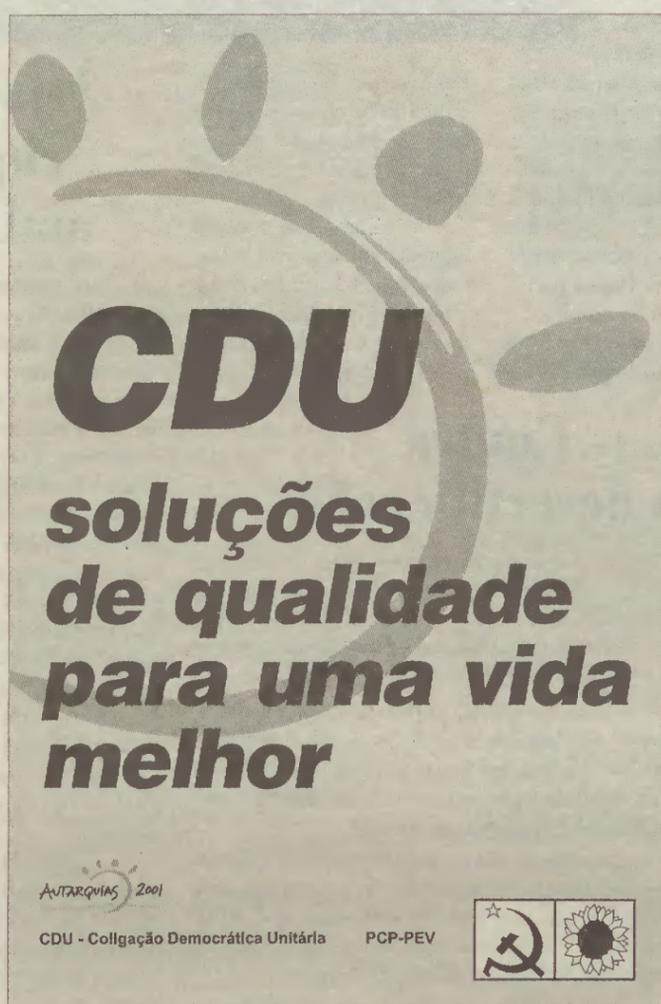


## Candidatura CDU ao novo concelho de Odivelas

# Confiar no trabalho



**CDU**  
**soluções  
de qualidade  
para uma vida  
melhor**

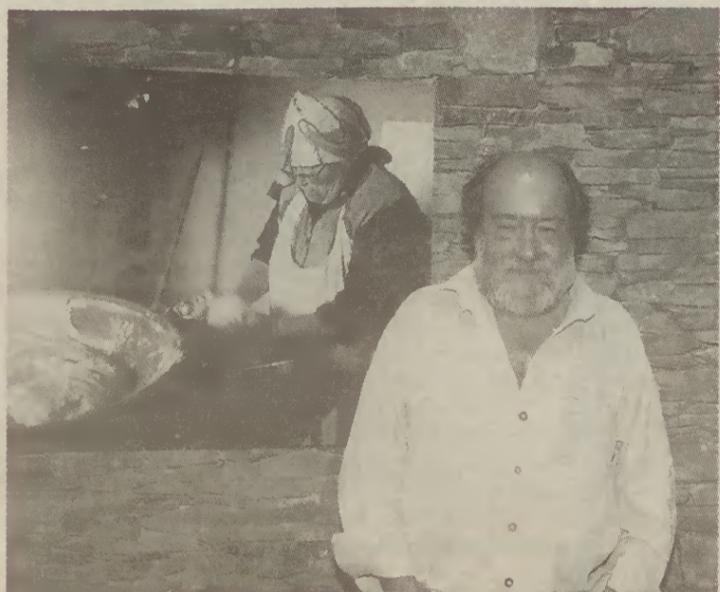
AVITARQUIAS 2001  
CDU - Coligação Democrática Unitária PCP-PEV

Meio milhar de apoiantes participou na apresentação dos candidatos CDU para Odivelas. Por todo o País prosseguem as apresentações de candidaturas da Coligação Democrática Unitária. Como diz o «mupi» que já aí está a mostrar-se, a CDU tem «soluções de qualidade para uma vida melhor».

Págs. 5, 6 e 7

## José Vila festeja 20 anos a promover A cozinha tradicional algarvia

# «Honestas mesa aberta»



Pintor e cozinheiro, José Vila insiste em fazer da comida um motivo de convívio e de prazer, combate a aculturação gastronómica e deseja «que a minha terra amada seja honesta mesa aberta, sobre o Atlântico e o mundo». Do livro que lançou sábado, sugere uma receita aos leitores do *Avante!*

Centrais

## Apresentação de candidatos

### Amar Lisboa

Hoje, quinta-feira, às 21.30 horas, no Parque das Nações, sob a pala do Pavilhão de Portugal, serão apresentadas as candidaturas da coligação Amar Lisboa à Câmara e à Assembleia Municipal de Lisboa.

### Privatização da Brisa

#### Mais um «bodo»...

O Governo prepara-se para privatizar o que resta de capital do Estado na Brisa. É a alienação do património público a favor do grande capital. Sem acautelar direitos dos trabalhadores.

Pág. 13

### UE em compasso de espera

#### Alargamento sem data

A falta de novidade das decisões dos chefes de Estado e de governo da UE foi largamente suplantada pelas poderosas manifestações que rodearam a cimeira de Gotemburgo.

Pág. 21

**Avante!**  
Proletários de todos os países  
UNI-VOS!

**PROPRIEDADE**

Partido Comunista Português  
R. Soeiro Pereira Gomes, 3  
1600 - 196 Lisboa  
Tel. 21 781 38 00

**ADMINISTRAÇÃO**

Editorial «Avante!», SA  
Av. Almirante Reis, 90,  
7.ª-A, - 1169-161 Lisboa.  
Capital social:  
15 000 000\$00.  
CRC matrícula: 47058.  
NIF - 500 090 440

**DIREÇÃO E REDACÇÃO**

R. Soeiro Pereira Gomes, 3  
1600 - 196 Lisboa  
Tel. 21 781 71 90/91  
Fax: 21 781 71 93

E-mail:  
avante.pcp@mail.telepac.pt  
Web:  
http://www.pcp.pt

**Director**

José Casanova

**Chefe de Redacção**

Leandro Martins

**Chefe Adjunto**

Anabela Fino

**Redactores**

Carlos Nabais  
Domingos Mealha  
Henrique Custódio  
Isabel Araújo Branco  
João Chasqueira  
Lúcia Calapez  
Margarida Folque

**Grafismo**

José Araújo

**Fotografia**

Jorge Caria  
Sérgio Moraes

**Secretaria de Redacção**

Ivone Dias Lourenço  
Noémia Presúncia

**DISTRIBUIÇÃO**

**DISTRIBUIÇÃO ADE's**  
Editorial Avante!  
Av. Gago Coutinho, 121,  
1700 Lisboa  
Tel. 218 429 836

**Alterações de remessa**

Até às 17 horas  
de cada sexta-feira:  
Tel. 218 429 836

**DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL**

**DELTA PRESS**  
Delegação Lisboa:  
Tapada Nova - Capa Rota  
Linhó - 2710 Sintra  
Tel. 21 923 99 21  
Delegação Norte:  
Zona Industrial da Maia  
Sector IX  
Rua B Lt. 227 - 4470 Maia  
Tel. 22 941 76 70

**ASSINATURAS**

Av. Gago Coutinho, 121,  
1700 Lisboa  
Tel. 218 429 836

**TABELA DE ASSINATURAS\***

(IVA e portes incluídos)

**PORTUGAL**

(Contínente e Regiões  
Autónomas)

50 números: 9 000\$00

25 números: 4 600\$00

**EUROPA**

50 números: 23 000\$00

**EXTRA-EUROPA**

50 números: 33 000\$00

\*Enviar para

Editorial «Avante!»  
nome, morada  
com código Postal  
e telefone  
acompanhar cheque  
ou vale de correio.

**Composição e impressão**

Heska Portuguesa, SA  
Campo Raso  
2710 - 139 Sintra  
Depósito legal n.º 205/85



**Apresentação dos cabeça de lista da CDU à Câmara Municipal e Assembleia Municipal de Odivelas**

## Resumo

### 13 Quarta-feira

Cerca de dois mil trabalhadores de instituições particulares de solidariedade social dos Açores entram em greve reivindicando equiparação de salários e regalias aos colegas da função pública • Noventa crianças da Escola Básica de Fonte da Casa, Vila Franca de Xira, ficam sem almoço habitualmente fornecido por uma Instituição de Solidariedade que optou por cumprir o feriado municipal de Lisboa • A UNITA reivindica um ataque «com sucesso» à Academia Militar da cidade de Benguela de que resultou a morte de seis soldados governamentais • Israel e Palestina aceitam um plano de tréguas proposto pelo director da CIA, George Tenet, segundo fontes oficiais.

### 14 Quinta-feira

Os arguidos do processo da Universidade Moderna são ouvidos no Tribunal de Instrução Criminal de Lisboa • A ministra da Saúde, Manuela Arcanjo, falta à cerimónia comemorativa do Dia Nacional de Luta Contra a Dor, que se realiza em Vila Nova de Gaia • O Tribunal Europeu dos Direitos do Homem condena o Estado Português a pagar indemnizações superiores a 2500 contos a cidadãos que se queixaram da lentidão da justiça nacional • Israel retira armamento pesado da Cisjordânia e Gaza, iniciando assim a implementação das medidas preconizadas no acordo de cessar-fogo «conseguido» pelo director da CIA.

### 15 Sexta-feira

A Associação Portuguesa dos Jovens Farmacêuticos manifesta-se contra a abertura de novos cursos de Farmácia, considerando tratar-se de «uma irresponsabilidade total» face à saturação do mercado de trabalho • Os chefes de Estado e de Governo da União Europeia aprovam em Gotemburgo orientações económicas para os Quinze que incluem recomendações ao Governo português, como a necessidade de assegurar a «moderação» salarial • Os separatistas albaneses da Macedónia prolongam por mais 12 dias o cessar-fogo declarado • Os principais partidos indonésios anunciam a intenção de propor à Assembleia Popular Consultiva que o processo de destituição do presidente Wahid seja antecipado para Julho.

### 16 Sábado

Os advogados dos quatro arguidos no processo da Moderna encontram-se para decidir se avançam com um pedido de «habeas corpus» ao Supremo Tribunal • Cerca de 300 pessoas fazem uma marcha silenciosa em Genebra, Suíça, em memória da bebé de 16 meses que morreu à fome e à sede,

depois de passar 10 dias sozinha em casa, enquanto a mãe estava detida • Um jornal iraquiano apela à Rússia, China e França para usarem o seu direito de veto no Conselho de Segurança da ONU, e provocaram assim o falhanço do projecto dos EUA de sanções «inteligentes» • Vários funcionários alemães de uma organização não governamental são sequestrados no Tadjiquistão por um grupo armado não identificado.

### 17 Domingo

O Pavilhão Carlos Lopes, em Lisboa, recebe mais de mil crianças de bairros carenciados dos arredores da capital, integrado nas comemorações do dia Mundial da Criança • Pelo menos 18 civis e guerrilheiros são mortos em consequência de violentos confrontos entre o movimento separatista e o exército indonésio, na província de Aceh • O Movimento Nacional de Simeão II vence as eleições legislativas na Bulgária, com 43 por cento dos votos • Um funcionário do Jardim Zoológico de Lisboa e um segurança são agredidos por dois indivíduos que assaltaram a secretaria do Zoo • A Feira do Livro de Lisboa encerra as suas portas no Parque Eduardo VII.

### 18 Segunda-feira

Apresentação pública dos cabeça de lista da CDU à Câmara Municipal e Assembleia Municipal de Odivelas • A Comissão Concelhia de Santa Maria da Feira do PCP organiza uma acção de protesto sob a forma de buzinao, referindo a falta de escoamento de trânsito na localidade • Greve dos maquinistas da CP • Cerca de noventa mil alunos começam a 1.ª fase dos exames nacionais do 12.º ano • Treze pessoas morrem e centenas ficam feridas no Estado indiano de Manipur, quando a polícia abre fogo sobre os manifestantes que protestam contra o cessar-fogo com rebeldes separatistas

### 19 Terça-feira

Um grupo de professores e educadores de infância concentra-se junto ao Ministério da Educação para contestar a intenção governamental de reduzir o número de docentes nesta área • A Assembleia da República debate a proposta de lei que autoriza a transferência de algumas competências dos tribunais judiciais para as Conservadoras de Registo Civil, Predial, Comercial e Automóvel e os cartórios notariais • O Tribunal de Moura absolve os responsáveis pelos touros de morte nas festas de Barrancos • A Iberia anuncia o cancelamento de 28 por cento dos seus voos, em consequência da greve dos pilotos da companhia aérea espanhola.

## Aconteceu

### Feira do Livro em Lisboa...

A Feira do Livro de Lisboa, que tradicionalmente se realiza no Parque Eduardo VII, em Lisboa, encerrou, domingo passado, a sua 71.ª edição.

O evento, organizado pela Associação Portuguesa de Editores e Livreiros (APEL) e pela Câmara Municipal de

Lisboa, apresenta, talvez pela última vez, a familiar imagem dada pelas longas fileiras de pavilhões azuis e amarelos, já que se pretende renovar a imagem do certame.

Este ano foram 202 pavilhões, que correspondem a 128 participações de editoras e instituições.

Esta 71.ª edição destacou-se pela introdução do conceito «Dias Temáticos», uma forma de animação e promoção que consagra o livro técnico, o livro de arte, o livro infanto-juvenil, o livro da poesia, o livro sobre o ambiente, o livro do autor estrangeiro de língua portuguesa, o livro de crónicas, o livro sobre Portugal, o livro sobre Lisboa e o livro religioso.



Pessoa, com homenagens a Vitorino Nemésio e a José Régio, e uma mostra dedicada ao poeta e escritor José Gomes Ferreira.

Num primeiro balanço de algumas editoras presentes, este ano houve menos vendas e menos visitantes, talvez devido a uma descida do poder de compra.

## Contra a desertificação

A desertificação afecta gravemente, em mais de 100 países, cerca de 3,6 mil milhões de hectares, refere a organização da ONU para a Alimentação e Agricultura (FAO), por ocasião do 17 de Junho, Dia Mundial da luta contra a desertificação.

Segundo responsáveis da FAO, a desertificação compromete gravemente a cobertura vegetal das terras cultivadas, pastagens e florestas e tem um impacto negativo na diversidade biológica, fertilidade dos solos, ciclo de chuvas, e rendimento das culturas e da produção animal.

Em 1994, a comunidade internacional lançou a Convenção de luta contra a desertificação, que entrou em vigor em Novembro de 1997, mas, nos mais de 180 países que ratificaram a convenção, raros são os que lançaram programas tendo em vista a sua aplicação, afirma a FAO.

## Chile recorda vítimas da ditadura

O governo do Chile inaugurou, em Araucania, 800 quilómetros a sul da capital do país, o primeiro Parque da Paz instalado em local público para recordar as vítimas das violações dos direitos humanos durante a ditadura militar de Augusto Pinochet (1973-1990).

Numa das paredes da obra, construída em betão armado e recoberta com placas de aço e pedra, pode ler-se o nome das

115 pessoas que viviam na região e morreram às mãos dos militares.

Noutra parede pode ver-se o nome de outras 102 pessoas que morreram ou estão dadas como desaparecidas em diversas regiões do Chile e cujas famílias se encontram radicadas na região de Araucania.

A obra encontra-se rodeada de árvores, parques infantis e bancos.



## ... e em Évora

A Feira do Livro de Évora abre portas amanhã à tarde. Uma iniciativa da responsabilidade da Câmara Municipal de Évora, inserida nos projectos desenvolvidos pelo Galilei-Gabinete do Livro e da Leitura autárquico. A par da actividade normal da venda de livros, este certame - que decorre na Praça do Giraldo até 1 de Julho - inclui um programa de animação cultural diário bastante heterogénio.

O certame inclui 30 stands, em que se encontram representadas cerca de 50 editoras e instituições do concelho, nomeadamente o museu e a Universidade de Évora.

## Ásia perde riqueza ambiental

A Ásia perdeu entre 70 a 90 por cento das suas riquezas naturais, informou o Banco Asiático de Desenvolvimento. O relatório anual do BAD sobre as perspectivas ambientais na Ásia mostra que o desenvolvimento económico asiático das passadas décadas teve um custo ambiental de proporções gigantescas.

A região, na qual se encontra metade da flora e fauna do planeta e dos recifes co-

rais, sofre uma progressiva degradação ambiental que aumenta o nível de pobreza dos seus habitantes, destruindo os cada vez mais escassos recursos naturais.

Esta progressiva destruição dos ecossistemas asiáticos impede o crescimento económico e constriange os programas que prevêm uma redução progressiva da pobreza na região ao longo dos próximos 20 anos.

Com dois terços dos pobres do mundo, 900 milhões de asiáticos vivem com menos de um dólar por dia (236 escudos), calculando-se que dentro de 15 anos metade da população asiática resida nas cidades deste continente. Para o ano 2000, calcula-se que mil milhões de pessoas vivam nas cidades asiáticas, enquanto em 1990 esse valor se situava nos 360 milhões.

Isso vai implicar, segundo o BAD, um processo de industrialização que deverá adoptar tecnologias limpas para conseguir um desenvolvimento sustentado.

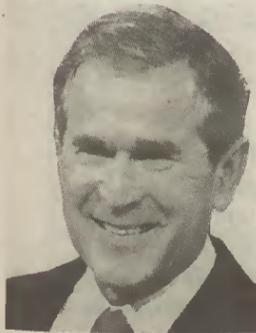
## Crónica Internacional

• Domingos Lopes

# A viagem europeia de Bush

Bush entrou na Europa pela Espanha conhecendo de antemão o apoio do conservador Aznar ao seu projecto de defesa antimísseis e com esse apoio tentar influenciar os restantes membros da União Europeia e da opinião pública. Os EUA têm sido claros quanto à necessidade de rasgar o Tratado ABM de 1972, o qual foi o resultado de longos anos de negociações e permitiu ao mundo enfrentar com realismo a corrida aos armamentos nucleares. Não têm sido porém claros quanto ao que pretendem com o seu projecto. Antes da era Bush, pretendiam (e pretendem) deter uma arma que lhes permitisse estar a coberto de qualquer ataque. Isto significava (e significa) que podiam atacar e impedir o contra-ataque. É óbvio que por mais fiéis que sejam os aliados há sempre desconfiança face a tal arma, sobretudo da parte de quem almeja ter na vida internacional um papel de decisão como é caso da Alemanha, França, Rússia e a China. Nesse contexto, e para ganhar terreno, Bush alegou que o sistema não era para uso exclusivo dos EUA e não se destinava a atacar países como a Rússia ou China, mas sim o que ele vem designando como Estados párias, há anos alguns deles fiéis aliados dos EUA...

A reunião em Bruxelas visou vencer algumas reticências. Chirac foi frontal e disse uma grande verdade: aquele sistema vai lançar uma nova corrida aos armamentos nucleares. E porquê? Porque o sistema de defesa anti-mísseis atrai por terra todo o equilíbrio nuclear existente. Se os EUA passarem a deter uma arma que impedirá os outros de o atacar, o que vão fazer as outras potências mundiais? Com toda a naturalidade e legitimidade tentar encontrar formas que respondam ao tal "escudo".



O sistema de defesa antimísseis atrai por terra o equilíbrio nuclear

É curioso assinalar nesta encruzilhada da corrida aos armamentos nucleares ora o sentido das rivalidades entre as diversas potências ora o sentido da coordenação, seja por via da NATO, seja por via da União Europeia. De momento não é possível determinar nesta questão central o que é decisivo entre os desígnios dos EUA e os dos seus aliados.

A Cimeira de George W. Bush com Vladimir Putin sobre esta matéria deixou tudo como dantes: Putin defendendo o Tratado ABM e Bush alegando que o novo sistema não visa a Rússia nem a China. É caso para perguntar quem visará o sistema? Ninguém realisticamente acredita que os EUA invistam quantias astronómicas naquele sistema para se defenderem de Estados em vias de desenvolvimento, sem a mínima capacidade económica, militar e até política para atacar o território dos EUA.

O que pretende a Administração dos EUA é fazer-se dotar de um sistema para cobertura do seu espaço nacional que lhe permita fazer a guerra onde quiser sem sofrer as devastadoras consequências que o actual sistema de equilíbrio implica. É aliás bizarro notar como a potência mundial dominante tenta impor aos outros a globalização e, por outro lado, erige para ela um sistema seu que lhe permite atacar sem ser atacado.

A opinião pública começa a entender os desígnios hegemónicos dos EUA e a responder, embora de forma contraditória, como recentemente em Gottemburgo.

O melhor sistema de defesa para toda a Humanidade é o caminho do Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares, a defesa do Tratado ABM, o recomeço de renegociações entre as diversas potências mundiais com armas nucleares, para as limitar, reduzir e abolir. Este é o único caminho que nunca pode ser unilateral, mas sim bilateral e multilateral. Assim o exigem os interesses de todos os povos e países do mundo. No fundo trata-se de um confronto entre a Humanidade e os interesses egoístas dos EUA, dos seus aliados e do complexo militar-industrial.

Lutando nas instituições, tentando influenciá-las e fazer gerar convergências que impeçam que o projecto vá por diante, os comunistas portugueses têm consciência da importância do reforço da acção do movimento da paz, do CPPC e de outros movimentos à escala mundial, para organizar a mais ampla resposta política.

## Editorial

# EM NOME DA DEMOCRACIA

Do conteúdo participativo da democracia, sabe-se que é uma espécie em vias de extinção e da qual o sistema dominante nem quer ouvir falar; da sua componente representativa, vê-se que para lá caminha e que a construção da relação *representantes/representados* se assemelha cada vez mais a uma mascarada. Os mecanismos de engenharia eleitoral, visando normalizar e formatar a *ordem natural das coisas* e assegurar à escala planetária o sistema do unipartidarismo bicéfalo e da alternância de fachada democrática, tendem a atingir a perfeição. Veja-se a forma como tem vindo a evoluir a legislação eleitoral na generalidade dos países: redução sistemática da proporcionalidade, facilitação da obtenção de maiorias absolutas de lugares a partir de maiorias simples de votos, enfim criação das condições necessárias para assegurar através da lei o que o eleitorado persiste em recusar através do voto — num processo que, progressivamente, vem esva-

tão a que, curiosamente, nenhum órgão de informação aludiu agora, nem mesmo aqueles que a referiram na altura da consumação fraudulenta da eleição do presidente da pátria-do dólar).

Aznar — de quem Bush nem o nome sabia — não se cansou de exibir a «honra» de ser o primeiro, na Europa, a receber o presidente ilegítimo e ofereceu-se-lhe rastejante: «Podemos e queremos ser o vosso grande amigo» (...) «Espanha e EUA têm em comum a liberdade, a democracia e o respeito pelos direitos humanos». Isto enquanto, numa prisão dos EUA, um cidadão espanhol espera a sua vez no corredor da morte e outro se livrou da cadeira eléctrica apenas porque teve a sorte que a muitos tem faltado: a prova da sua inocência foi encontrada antes da execução...

É também em nome da democracia que os chefes da União Europeia, preocupados com o «não» irlandês ao Tratado de Nice, procuram os caminhos de superação da situação criada. Por razões óbvias, os referendos têm sido um entrave de peso à construção desta UE. Daí o facto de, até agora, apenas três países a eles terem recorrido e de, em todos os casos, ter sido necessário accionar os tradicionais mecanismos de defesa... da democracia: na França através de uma campanha eleitoral memorável que terminou com a vitória do vale-tudo; na Irlanda onde o «sim» a Maastricht saiu vencedor graças ao argumento fatal do socialista Jacques Delors (ou votam «sim» e recebem x milhões; ou votam «não» e não recebem um centavo); na Dinamarca onde, após a vitória do «não», o mesmo Delors, em notável persistência democrática, resumiu a situação dizendo que era necessário fazer tantos referendos quantos os necessários para o «sim» vencer — e assim se fez. E assim se fará na Irlanda.

“A seis meses das eleições autárquicas, o Governo PS prossegue a sua cavalgada eleitoralista”

ziando de conteúdo democrático esse pilar essencial da democracia que é o sufrágio universal e faz da democracia um utilitário faz-de-conta. E as falhas ainda existentes no sistema são superadas, quando é necessário, pelo recurso ao velho método da fraude eleitoral que, como se sabe, assume múltiplas e diversificadas expressões. Tudo sempre em nome da democracia, naturalmente...

Exemplo acabado do perfeito funcionamento do sistema, foi a eleição do actual presidente dos Estados Unidos da América — o mais poderoso país do Mundo e que persistente e profusamente nos é apresentado como «pátria da democracia, da liberdade e dos direitos humanos». Num cenário em que milhões de cidadãos não têm direito de voto e em que a imensa maioria dos eleitores inscritos optou pela abstenção, o candidato vencedor não só obteve menos quinhentos mil votos do que o vencido, como terá beneficiado de uma monumental e decisiva *chapelada*.

Em nome da democracia, Bush veio agora à Europa e trouxe consigo o escudo antimísil, a recusa de Quioto e a pena de morte: «as democracias respeitam a vontade do povo e a pena de morte é a vontade do povo americano», proclamou este presidente eleito graças a uma série ininterrupta de desrespeitos pela vontade do povo e que culminou com o escandaloso, mas decisivo, processo de contagem de votos (ques-

Por cá, também tudo bem nesta matéria — a única, aliás, que coloca o Governo do engenheiro Guterres no pelotão da frente: a seis meses das eleições autárquicas, o PS — abusando do poder que lhe dá o facto de ser Governo — prossegue a sua cavalgada eleitoralista à rédea solta. Fá-lo, como não podia deixar de ser e tal como os seus pares na Europa e no Mundo, em nome da democracia. E tamanha é a sua eficácia na violação e perversão das regras democráticas que a democraticidade do próximo acto eleitoral está já gravemente ferida. Tudo isto perante o silêncio total, profundo e altamente preocupante do Presidente da República — cuja filiação partidária é de todos conhecida e que, ao longo dos seus mandatos, com frequência se tem colado ao Governo do PS e à sua política.

Não é crível que o Presidente Jorge Sampaio ignore o que toda a gente sabe: os sacos azuis comprando votos para o PS com dinheiro que é de todos os portugueses; os titulares de cargos propícios à caça ao voto, acumulando e complementando essas funções com as de candidatos autárquicos do PS; os governantes, enquanto tal, intervindo intensamente na campanha à maneira de Delors: carregados de promessas para quem votar no PS e de ameaças para quem não o fizer... Assim sendo, o silêncio do Presidente da República perante tais atropelos democráticos é insustentável.

## Actual

## Dar-lhes a volta!

● Jorge Cordeiro

Enganam-se os que pensaram que a vitória do «Não» no referendo realizado na Irlanda poderia levar os principais responsáveis da União Europeia a repensar a corrida em que se lançaram na direcção do federalismo. Nada de mais errado. Em vez de ser entendido como um sinal para ser levado a sério, a expressão da vontade manifestada pelo povo irlandês não passa de um mero contratempo sem valor nem consequências. Em vez de conduzir a uma reflexão responsável sobre o seu significado e a vontade de opinião que lhe está associada, aquele resultado apenas merece dos mandantes da União Europeia aquela parcela de atenção neces-



sária para encontrar a forma de passar por cima daquele resultado. O processo de ratificação do tratado exige o assentimento constitucional de todos os Estados-membros? Nada que não se resolva. A tática é encontrar a forma de criar as condições para o governo irlandês convocar um novo referendo numa base diferente. Ou como mais desajeitadamente mas com a clareza própria de quem lhe viu fugir a boca para a verdade confessou o nosso ministro Jaime Gama ao afirmar que «temos que ser construtivos e cooperativos com as autoridades irlandesas para absorver esta situação e dar-lhes a volta». A receita está dada. O povo irlandês está inquieto com o rumo da construção europeia, discorda do processo, manifesta opinião oposta? Nada que inquiete a

ambição federalista. O que é preciso é dar-lhes a volta!

Estamos conversados em matéria de cidadania europeia. Os discursos sobre direitos de cidadãos, soberania de opinião, independência de decisão, expressão democrática da vontade de cada um tem um limite e uma condição. Um conceito de cidadania endeusado desde que o seu exercício se limite ao papel de diligentes consumidores. E a condição de valerem se coincidentes com os desígnios dos directórios políticos da União Europeia. Sob pena de se sujeitarem a ameaças como a que Jaime Gama, no triste papel de serviçal bem comportado que decidiu assumir, deixou escapar ao afirmar «A Irlanda terá de corrigir a posição e evoluir». Talvez assim se fique a perceber melhor porque deliberadamente o nosso Governo prefere optar por decidir em questões europeias nas costas dos portugueses.

## Palavras, só palavras

● Vítor Dias

Nos últimos tempos, voltou a falar-se muito de desconcentração, descentralização e regionalização, boa parte das vezes em termos absolutamente confusos ou superficiais mas absolutamente adequados ao nível de grande parte do universo político que, desinformado e desmemoriado, borboleteia à volta dos temas valorizados pelos «média».

Dir-se-á que tudo isto é trivial nos tempos que correm. Pois será, mas continua a custar que nos tomem por parvos ou distraídos.

Assim, reparámos, por exemplo, que Jorge Coelho trovejou há dias que «para o país poder dar um salto no seu desenvolvimento (...) tem de haver uma descentralização ao máximo nível que for possível».

Acontece que o ex-ministro Coelho gritará quanto quiser pela descentralização mas a verdade é que, nas recentes medidas anunciadas pelo Governo, não há cisco ou miligrama de descentralização - que, em rigor, só se pode fazer transferindo competências e poderes da administração central para as freguesias, os municípios e as regiões (que não há).

Apenas há desconcentração, como honestamente reconheceu o Ministro Alberto Martins em entrevista ao «Público» de 18/5 - e ainda por cima, no essencial, numa pura perspectiva de apuramento da linha de comando central da política governativa, como é ostensivo no absurdo reforço



dos poderes dos governadores civis e dos presidentes das CCR's, e colocando estes agora na dependência directa do Primeiro-Ministro.

E, para que alguns «campeões» da descentralização desçam à terra, convirá lembrar que, há exactamente um ano, foi debatido e votado na Assembleia da República um projecto de lei do PCP visando, num quadro drasticamente condicionado pelos resultados do referendo sobre a regionalização, proceder a uma reforma das CCR's (que

se poderiam passar a chamar de institutos regionais ou manter o nome actual) fundamentalmente marcada por formas inovadoras de participação dos municípios naquelas estruturas e designadamente na sua direcção. E assim substituindo a definição centralizada das políticas regionais por um sistema de desconcentração participada.

E qual foi a sorte deste sensato, equilibrado e nada radical projecto de lei do PCP? Apesar de ter contado com o apoio de todas as outras bancadas parlamentares, foi chumbado sem apelo nem agravo pelo PS.

E talvez baste este facto para que se perceba que, na boca dos dirigentes do PS, há palavras, sobre descentralização e sobre tantas outras coisas, que valem zero e são puro falar para falar, falar para empatar ou falar para enganar.

## Efeitos colaterais

● Aurélio Santos

O cidadão norte-americano que em Oklahoma-City, num atentado, matou à bomba mais de uma centena e meia de pessoas foi executado a semana passada. Não sem antes ter a oportunidade de dizer que essas mortes se tinham ficado a dever a «efeitos colaterais», como acontecia durante a guerra do Golfo, na qual participou, e por cuja participação foi condecorado. O que se prova é que é fácil matar... desde que nos sítios certos. Sem quaisquer consequências maléficas a não ser uma condecoração.

Num tratado que ficou famoso, Clausewitz afirmava que a guerra não era senão a política prosseguida por outras formas. Tinha razão. Está à

vista desarmada. E se hoje se invocam «efeitos colaterais» para desculpabilizar o bombardeamento de escolas e hospitais, ou a matança de civis, temos que pensar nas raízes do problema. É que se a guerra prossegue a política, a política precede sempre a guerra.

«Colateral» significa, entre outras coisas, atacar de flanco, de lado. Grandes generais da NATO já vieram desculpar-se publicamente por erros alegadamente colaterais. Mas os hipócritas tartufos de ideias merecem lição: a de serem desmascarados.

Há por aí ilustres que teorizam nos grandes meios de comunicação social e de rabo comodamente sentado na cadeira (de braços, obviamente) que a luta de classes e as próprias classes são árvore que já deram fruto. A miopia - atingindo por vezes a cegueira histórica - nunca foi conveniente companheira da análise sócio-política. Interessa, porém, saber quem paga a falta de visão.

Porque se apregoa agora, em roda de brilhantes economistas, que é preciso «apertar o cinto»? Há por aí barguidos e papadas que basta vê-los na

televisão... E são eles que sustentam que nós - não eles, pois claro - vamos ter que apertar o cinto. É evidente que para um cidadão com menos de 30 contos de reforma isso será um simples «efeito colateral»...

Efeitos colaterais são muitas vezes aqueles que nos atingem cobardemente, sem terem sequer a força de se definir. E é necessário e urgente perguntar: quem é que deve apertar o cinto? Ou de outra forma: que cinto pôr à volta de quem?

Uma boa proposta seria apertar os cintos justos. Isto é, que fossem diminuindo rendimentos gordos e se alargassem os mais magrinhos. O contrário será sempre... um cinto de efeito colateral. E nos dias de hoje não só a apertar comida. Mas a negar direitos por este país fora. Aqueles que se chamam mesmo fundamentais. É caso para dizer: com direito a ataque sem contornos a vias colaterais.

É caso para perguntar ainda: que «efeitos colaterais» serão de esperar da pressão da direita para redução da despesa pública? Em escolas, hospitais, salários, pensões de reforma... E a que pena condenar os responsáveis por tais «efeitos colaterais»?

## Frases

“A preocupação em Pequim ou Moscovo não é certamente que o “chapéu-de-chuva” [nuclear] os impeça de lançar mísseis sobre o Pentágono (o que, de resto, se quisessem, podiam fazer agora...); será muito mais que, no futuro, o Pentágono poderá disparar os mísseis que quiser e nada se poderá fazer para o dissuadir”

(Ruben de Carvalho, *Diário de Notícias*, 14.06.01)

“O orçamento rectificativo apresentado esta semana - menos de seis meses após a aprovação! - é, de facto, a prova provada da desorientação política e da falta de liderança absolutas que hoje reinam no Governo”

(Manuel Villaverde Cabral, *idem*)

“O único objectivo útil de qualquer eleição, agora ou mais tarde, é arrasar o “guterrismo” como força política. Isto implica que o público, em geral - e não só uma fatia da classe média -, perceba a incompetência, a irresponsabilidade e a íntima intrujice da gente que o fabricou e dirige”

(Vasco Pulido Valente, *Diário de Notícias*, 16.06.01)

“Os empresários estão a dizer que querem a cabeça de Pina Moura - mas, na verdade, debaixo dos panos, o que afirmam é que Guterres se tornou parte do problema em vez de parte da solução. Por isso, é para já para a sua própria substituição que (...) apontam”

(Nicolau Santos, *Expresso*, 16.06.01)

“Nem a denúncia do protocolo de Quioto nem o projecto do novo sistema de defesa antimíssil têm por base apenas a vaga apologia do “interesse americano”. O famoso e tão criticado complexo militar-industrial e os principais financiadores da campanha eleitoral de Bush também querem cobrar a factura”

(Albano Matos, *idem*)

“Sampaio tem sido muleta e cúmplice da governação socialista, sem nenhuma demarcação significativa”

(Pedro Cid, *Jornal de Notícias*, 15.06.01)

“Político e jornalista são cúmplices - em muitos casos”

(Luís Salgado Matos, *Público*, 18.06.01)

“A continuarmos assim, os portugueses descobrirão que políticos e jornalistas são a mesma moeda. A imprensa terá a sorte da televisão: o desprezo dos portugueses”

(idem, *ibidem*)

“[A reunião do ministro Pina Moura com ex-ministros das Finanças] não é um acto falhado nem um tiro no pé, é um tiro no coração”

(Octávio Teixeira, *Público*, 19.06.01)

“Um Governo do PS que vai pedir conselhos a ex-ministros do PSD é totalmente ridículo e insustentável do ponto de vista político (...) uma ideia deste tipo é difícil de ocorrer em qualquer parte do mundo e em qualquer tempo (...) é a primeira vez, será a última e foi uma vez em excesso”

(idem, *ibidem*)

“A hora de Pina Moura reflectir já se esgotou e o Governo não deve mistificar a sua inacção com a ideia de que faz alguma coisa reflectindo. Agora tem é de provar que as horas anteriormente gastas na reflexão serviram para alguma coisa”

(Manuel Carvalho, *Editorial*, *idem*)

● João Aboim  
fotos

Meio milhar de apoiantes na apresentação  
dos candidatos da CDU ao novo concelho de Odivelas



# Confiar no trabalho de muitos anos



Carlos Carvalho, ladeado pelos candidatos, encontrou um clima de determinação e confiança

**Terminado o período de instalação do município, marcado por irregularidades e aproveitamento político por parte do PS, é tempo de ir a votos. Natália Santos, vogal da Comissão Instaladora do Município, é a candidata à Câmara. José Manuel Tudela avança para a Assembleia.**

Com a presença de Carlos Carvalho e de vários dirigentes do PCP e das outras forças que compõem a coligação, a sessão decorreu num restaurante de Caneças, que se provou ser pequeno para o meio milhar de pessoas que quiseram prestar o seu apoio às candidaturas da

## O PS transformou a Comissão Instaladora na sua Comissão Eleitoral

CDU ao novo concelho. Depois do jantar, chegava o tempo das intervenções políticas, iniciadas pelo candidato à Assembleia Municipal e ex-presidente do Movimento Odivelas a Concelho, José Tudela, que se confessou descontente com a actuação do PS – ao qual pertenceu durante mais de duas décadas – na Comissão Instaladora do Município de Odivelas. Um PS que, afirma, «é uma sombra do PS que conheci» e do qual se desvinculou para, na qualidade de independente, continuar a trabalhar por Odivelas integrado nas listas da CDU, força que «representa uma garantia de uma gestão dinâmica com a já reconhecida capacidade de realização participada e transparente».

Natália Santos, que tomou da palavra antes do secretário-geral do PCP, garantiu que a CDU parte para a batalha eleitoral com «tranquili-

dade e confiança, assente no valor do nosso projecto, na consciência do muito trabalho realizado, antes e depois da criação do concelho, e no reconhecimento e na adesão das populações do agora município de Odivelas ao projecto autárquico da CDU, a quem têm repetidamente expresso a sua confiança para gerir a Câmara e as freguesias».

## Eleitorais e irresponsabilidades

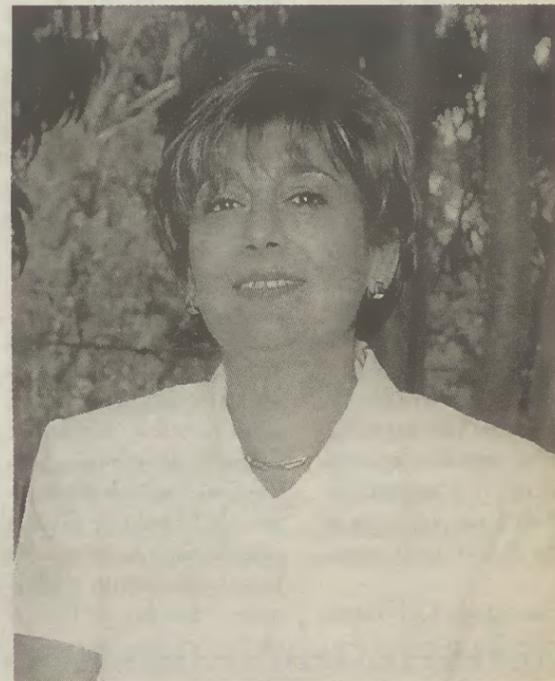
A fase de instalação do Município, que com as eleições de Dezembro termina, foi prejudicada pela actuação daqueles que se preocuparam «com a sua própria candidatura ou em se afirmarem dentro dos seus partidos». Isto veio a provocar que, muito do que deveria ter sido assegurado nesta fase – como por exemplo a organização de estruturas e serviços fundamentais e a resolução do problema do edifício dos serviços camarários –, tenha de o ser pela futura Câmara. Ao invés de resolver estes problemas, o PS optou, acusa Natália Santos, por medidas eleitorais, como a assinatura

de protocolos (já assinados em Loures) para justificar visitas ministeriais, actos de propaganda para «tentar fazer crer que é obra sua o resultado do trabalho de muitos anos» e, pasme-se, a distribuição de convites à população, com a fotografia do presidente da Comissão Instaladora, para uma missa celebrada por... Ximenes Belo.

Afirmando que a CDU tem ideias e capacidade para as realizar, a candidata destacou a prioridade a ser dada ao apetrechamento do concelho ao nível dos serviços públicos (camarários e não só), à especial atenção concedida à elabo-

ração do Plano Director Municipal e à rápida conclusão da recuperação e legalização de bairros de génese ilegal, bem como à resolução «das necessidades de habitação das mais de 500 famílias que ainda hoje vivem em barracas no nosso concelho, no âmbito do Programa Especial de Realojamento, a que o Governo do PS, durante estes três anos, não permitiu dar continuidade».

A luta pelo novo Hospital e a atenção às populações mais carenciadas, com a participação da população e dos trabalhadores da autarquia foram as outras prioridades assumidas no jantar.



Natália Santos

## Por Odivelas

Com 43 anos, Natália Santos já conta com um longo caminho percorrido. Data de antes da Revolução dos Cravos a sua participação no movimento reivindicativo estudantil e no movimento católico. Licenciada em Geografia e em Direito, Natália Santos desempenhou funções de assessoria autárquica entre os anos de 1994 e 1999. Um ano antes, integrava a comissão nomeada para instituir o processo de criação do município.

Eleita na Assembleia de Freguesia de Odivelas, desempenhou este cargo até ser chamada, em 1999, para vogal da Comissão Instaladora, função que actualmente assume, por indicação da CDU, com a responsabilidade pelo Gabinete de Saúde e Divisão Municipal de Habitação.

## Condenado à nascença

Ainda a Câmara Municipal de Odivelas não existe e já está endividada. Foi esta uma das denúncias feitas pela CDU após terem sido aprovados no passado dia 12, em reunião da Comissão Instaladora do Município de Odivelas, quer o Relatório de Partilhas entre os Municípios de Loures e Odivelas quer o processo de contracção de um empréstimo de 2,2 milhões de contos para pagamento ao município de Loures.

Sobre este último assunto, a CDU – numa nota de imprensa contendo as declarações de voto dos seus dois vogais na comissão, Natália Santos e Francisco Pereira – considera que o seu voto favorável «tem como propósito exclusivo viabilizar a conclusão do processo de partilhas e pôr termo a um situação que se vem incompreensivelmente arrastando por responsabilidade do Governo PS, com consequências penalizadoras para a população de Odivelas», visto o empréstimo seria, eventualmente, desnecessário, «se o Governo tivesse cumprido as suas obrigações de apoiar a instalação do município».

Apesar do voto favorável – para permitir o desfecho deste processo – a CDU vê «muito negativamente a pesada herança, o legado de compromissos, encargos e constrangimentos financeiros que deixamos à primeira Câmara Municipal eleita do município de Odivelas».

Sobre o Relatório de Partilhas, o voto favorável da CDU

«é a expressão do nosso empenhamento na conclusão de um processo que, por completa incompetência e desrespeito do Partido Socialista no Governo, se arrasta há quase três anos, gerador de instabilidade nos dois municípios e penalizador para as populações atingidas». Natália Santos, que apresentou as declarações, acusou o executivo central de não prestar o «apoio técnico e financeiro ao processo de instalação, como determina a lei e o respeito pelo município» e de, passados onze meses sobre a conclusão do dito relatório, ter devolvido aos municípios a «resolução de uma situação que não soube nem quis resolver mas que em muito contribuiu para criar». Este acordo, que para a CDU não é o ideal, «já podia ter sido estabelecido há um ano atrás» se tivesse havido empenhamento e interesse político.

Também a inexistência de qualquer referência à partilha dos direitos e obrigações relativas ao Plano Especial de Realojamento (PER), mereceu da CDU vivos protestos, por se tratar de uma matéria «que impunha respostas e soluções rápidas mas que o Governo PS arrastou quase três anos, conduzindo à situação no mínimo caricata de serem ambos os acordos – o do PER e o Final de Partilhas – assinados no mesmo dia», adiando a resolução de um problema que condiciona a qualidade de vida de milhares de habitantes do concelho.



Jerónimo Loios novamente candidato da CDU à Câmara Municipal de Arraiolos tem confiança num grande resultado a nível nacional

## Com os olhos no futuro

No passado dia 10 de Junho, participaram mais de duas centenas e meia de pessoas na apresentação pública dos cabeças de lista da CDU aos órgãos autárquicos de todo o Concelho de Arraiolos.

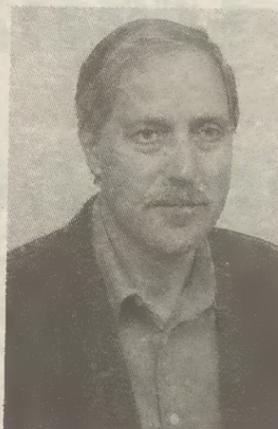
Joaquim Páscoa, mandatário concelhio da candidatura, foi chamando os primeiros candidatos aos vários órgãos, enquanto falava sobre o trabalho de elaboração das listas, tendo chamado a atenção para o facto de que nas freguesias de S. Gregório, Vimieiro e S. Pedro da Gafanhoeira, os cabeças de lista vão-se candidatar pela primeira vez. Carolina Páscoa, cabeça de lista à Junta de Freguesia de Arraiolos fez, em nome de todas as candidaturas às freguesias, uma saudação aos presentes bem como testemunhou a sua confiança na vitória da CDU neste concelho.

A Juventude CDU esteve

presente e Elsa Paixão interveio sobre o papel da juventude e o seu empenho na campanha mas também na discussão da elaboração das listas.

Apresentou de seguida o cabeça de lista à Assembleia Municipal, Joaquim Charneca Miguel, actual presidente do órgão, e militante do Partido, membro da DOREV e do seu Secretariado.

À Câmara Municipal de Arraiolos apresenta-se de novo Jerónimo Loios, de 52 anos. Bancário, membro do Conselho de Administração da Associação de Municípios do Distrito de Évora e presidente da Associação de Desenvolvimento a «Tri-lho», é membro da Comis-



Jerónimo Loios

são Concelhia do PCP de Arraiolos. O candidato interveio para salientar o trabalho desenvolvido pela CDU, o de descentralização para as Juntas de Freguesia, bem como o realizado junto dos trabalhadores da Câmara. Enunciou depois um conjunto de obras em curso no concelho, com as quais se dará um importante contributo à requalificação de vida das populações. Pros-

seguiu depois enumerando já um conjunto de ideias e programas no concreto com vista ao futuro. Jerónimo Loios salientou ainda o que tem sido a luta e acção dos eleitos no Poder Local na reivindicação junto do Governo para que este cumpra os compromissos feitos para com o Concelho e a Região, procurando ao mesmo tempo ilustrar as obras em curso ou anunciadas que são fruto dessa luta e dessa acção. Terminou afirmando que existe uma grande confiança na vitória da CDU nas próximas eleições.

### Vencer localmente Transformar globalmente

Por fim interveio Diamantino Dias, membro do Comité Central do PCP, que saudou todos os candidatos,

bem como todos aqueles que têm dado o seu contributo a esta enorme obra da CDU, destacando quanto era importante o trabalho realizado em Arraiolos. Salientou depois a política levada a cabo pelo Partido Socialista, a qual conduz o País para uma situação muito preocupante, agravando a situação das camadas mais desfavorecidas como é o caso dos reformados, as condições do direito à saúde e muitas outras. Também a importância de uma grande votação na CDU nas autárquicas de Dezembro – pois os seus resultados não se reflectem apenas ao nível local, mas terão também um significado político nacional de combate à política do Governo – foi salientada pelo dirigente do Partido.

Na sua intervenção, Diamantino Dias considerou muito importante fazer-se

um trabalho junto das populações do sentido de as esclarecer e mobilizar para um voto na esquerda consequente e que luta por uma alternativa de esquerda, com uma política de esquerda ao serviço do País e das populações. Afirmou ainda que, «enquanto hoje alguns falam de descentralização, o PCP lutou firmemente pela Regionalização que foi rejeitada, não apenas no referendo mas também pela falta de empenho de alguns que hoje tanto falam em descentralizar», mas que, mesmo assim, o PCP no quadro da CDU «continua o trabalho de descentralizar como se pode verificar no exemplo da gestão do Poder Local onde estamos em maioria». Terminou afirmando ser possível e estar ao alcance da CDU no distrito de Évora a CDU ter uma vitória reforçada.

De 23 de Junho  
a 1 de Julho

## Jornada nacional da CDU

Por iniciativa da Comissão Coordenadora Nacional, a CDU promove em todo o País, entre o dia 23 de Junho e 1 de Julho, uma jornada nacional de informação e de contacto directo com as populações.



Inserida na preparação das próximas eleições autárquicas e no desenvolvimento do amplo trabalho em curso, esta jornada visa permitir simultaneamente uma forte afirmação nacional da Coligação Democrática Unitária, do seu projecto

e obra no poder local e uma ainda maior dinamização da sua intervenção no plano local.

Neste sentido, esta jornada nacional basear-se-á prioritariamente num conjunto muito amplo de iniciativas locais – acções de prestação de contas, distribuição de documentos de candidaturas, visitas e contactos de candidatos, debates.

Esta jornada será apoiada em termos centrais pela edição de um folheto, que tem natureza complementar em relação aos documentos locais, e pela afixação de um cartaz MUPI.

Mirandela

## Condições para crescer

Manuel Carlos Madureira e Fernando Pilão são os candidatos da CDU à Câmara e Assembleia Municipal de Mirandela, apresentados no passado dia 8. Enfermeiro no Hospital Distrital de Mirandela e membro da União de Sindicatos de Bragança e da Comissão Distrital de Bragança do PCP, Manuel Madureira confia nas «condições excepcionais» - fruto das suas condições geográficas – que o concelho possui para se afirmar como o principal pólo de desenvolvimento da «Terra Quente», realidade nunca verificada por culpa daqueles que, «nas últimas

décadas, têm dividido entre si o poder executivo municipal, quer com a presidência efectiva da Câmara Municipal quer com vereadores», ou seja, PSD, PS e PP. As responsabilidades destas forças no entravar do desenvolvimento do concelho não ocorre só ao nível do poder autárquico, mas também do poder central onde, «ou nada fazem ou ainda dão autênticas «machadadas» na economia da região», dando os exemplos do esvaziamento ou encerramento dos serviços públicos como a EDP, a Portugal Telecom e a EPAC, bem como da ameaça de desclassificação do Hos-

pital Distrital de Mirandela. A CDU, afirmou Manuel Madureira, não tem estado calada na denúncia a estas situações, mas vai mais longe, apresentado propostas para a resolução destes problemas. Com o lema «Desenvolver Mirandela na cidade e nas aldeias», a CDU apresenta-se às eleições com seis objectivos fundamentais: a assumpção da participação das populações como um factor essencial de uma gestão democrática, uma gestão equilibrada e planificada que assegure o crescimento equilibrado do concelho – apontando como necessidade urgente a revi-

são do PDM e a adopção de planos de pormenor –, o fomento de uma política cultural e desportiva municipal com acesso a todos os municípios e o fomento do associativismo, a defesa do carácter público dos serviços prestados pela autarquia, a prioridade às infra-estruturas básicas fundamentais – sobretudo o que respeita ao abastecimento de água de qualidade e à rede viária. Por último, o candidato lembrou que, para o desenvolvimento económico do concelho é necessário criar as condições para a fixação de micro-empresas e para o apoio aos agricultores.

Vinhais

## Aproveitar potencialidades

No passado dia 15, a CDU apresentou os seus candidatos à Câmara Municipal de Vinhais, no distrito de Bragança, Manuel António Morais, de 43 anos, candidato à presidência da Câmara Municipal, e Manuel Lousada, primeiro candidato à Assembleia Municipal.

Manuel Morais, membro do PCP desde 1974, é actualmente empresário, tendo sido, anteriormente, trabalhador metalúrgico. Na sua intervenção de candidatura, manifestou a sua preocupação com o facto do concelho de Vinhais ter vindo a perder população, mais exactamente cerca de 25

por cento nos últimos vinte anos. Para os próximos anos, a situação promete continuar, com as perdas a atingirem os 40 pontos percentuais até 2006. Manuel Morais afirmou que a população do concelho, constituída maioritariamente por idosos, «tem visto degradar-se todo o sistema de saúde e de prestação dos cuidados primários de saúde; são os postos médicos nas aldeias que encerram ou deixam de funcionar regularmente, é o próprio Centro de Saúde que perde valências e não possui meios complementares de diagnóstico», bem como a própria agricultura, área relevante na economia

da região, que «está nas ruas da amargura».

Quanto ao apuramento das responsabilidades, o cabeça de lista da CDU é peremptório: «os partidos que têm governado a Câmara Municipal de Vinhais (PS, PSD e CDS), não têm sabido defender os reais interesses do concelho». Mesmo quando, como actualmente, contam com governos da mesma cor política, acusa o candidato.

«Depois de décadas de uma maioria PSD/CDS, prepotente e autoritária, nos últimos dois mandatos tem sido o PS a força política autárquica maioritária» para, diz Manuel Morais,

ficar tudo na mesma. A localização do concelho, entre Bragança e Chaves, a sua riqueza hídrica, paisagística e ambiental foram consideradas pela CDU e pelo seu candidato como potencialidades do concelho a serem aproveitadas «tanto para as suas gentes, como para o concelho».

Face a esta situação, Manuel Morais apresentou como linhas de acção para o próximo mandato, o assegurar da prestação dos principais cuidados de saúde, a participação das populações nas decisões, a atenção ao planeamento e ordenamento do território e a promoção dos produtos tradicionais.

## Manuel Coelho recandidata-se à Câmara de Sines

# Habitação e qualidade



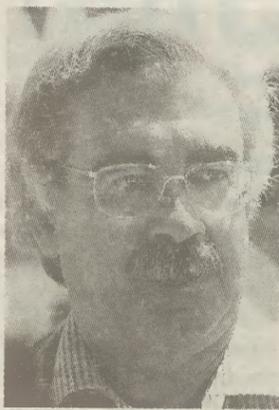
Perante mais de setecentas pessoas e com a presença do secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, a CDU apresentou Manuel Coelho e Francisco do Ó Pacheco como candidato aos órgãos que actualmente presidem.

O candidato à Assembleia Municipal – órgão a que preside –, Francisco do Ó Pacheco, lembrou que a população de Sines «sempre reconheceu que a Coligação Democrática Unitária detinha os atributos indispensáveis à governação do concelho, daí lhe ter confiado a vitória – e às coligações que a precederam, a FEPU e a APU – nos sete actos eleitorais anteriores. Francisco Pacheco, que dirigiu a autarquia durante 21 anos, afirmou que humildade, simpli-

cidade, trabalho, honestidade e competência foram e são a chave do sucesso da CDU.

**A obtenção de habitação condigna para todos é uma das causas da CDU**

Já o presidente da Câmara, Manuel Coelho Carvalho, considerase orgulhoso do trabalho feito e, devido à experiência acumulada nos últimos anos, melhor preparado para os desafios que o esperam. Para justificar o apelo ao voto na CDU, o candidato passou revista ao que de mais significativo foi – e será – realizado no corrente mandato. Assim, o autarca destacou



Manuel Coelho

uma série de obras que farão de Sines o «centro dinamizador da vida do Litoral Alentejano», como o plano de salvaguarda da Zona Histórica, o projecto da nova biblioteca e os projectos de construção de habitação social. Sobre este último aspecto, Manuel Coelho explicou os vários programas em curso. Um, que prevê

a construção de 124 fogos, destina-se ao realojamento das famílias que vivem actualmente em barracas. Outro, composto por 128 fogos destinados, sobretudo, a trabalhadores da função pública, pescadores com necessidade de habitação condigna, a bombeiros voluntários e a trabalhadores de instituições de solidariedade social. Na calha estão já outros programas de habitação, onde haverá lugar para contratualizações com cooperativas de habitação, «de modo a alargar a acção de criação de condições de habitação para todas as camadas sociais de Sines».

**Disponível para a luta**

Para o próximo mandato, o candidato assumiu o compromisso de qualificação de

toda a cidade de Sines, bem como garantir as grandes obras em Porto Covo. As infra-estruturas culturais e desportivas, como as novas piscinas, o apoio às populações mais carenciadas e a promoção do potencial turístico do concelho são algumas das grandes preocupações da CDU. Sobre o turismo, o candidato destaca o papel essencial desempenhado por Porto Covo, «que necessita de grandes e pequenas obras», para além dos mais de 100 mil contos investidos na zona durante este mandato.

Isto para além, é claro, da conclusão dos projectos pendentes deste mandato, com especial destaque para os já referidos programas de habitação.

Manuel Coelho parte para este mandato «disponível

para a luta», como, aliás, mostra estar há largos anos. Trabalhador rural até aos dezanove anos, o presidente da Câmara Municipal de Sines alcançou a licenciatura em medicina como estudante-trabalhador em 1976. Com actividade política desde os anos 60 no movimento estudantil, o candidato da CDU, actualmente com 60 anos, começou a colaborar com o PCP em 1973, um ano depois de ter sido preso e torturado pela PIDE.

Actualmente, é membro da Comissão Concelhia de Sines do PCP e da Direcção da Organização do Litoral Alentejano.

Como médico, é especialista em medicina familiar e do trabalho, tendo sido responsável por este último sector na refinaria de Sines da Petrolgal.

Alcoutim

## Apresentar candidatos Definir prioridades

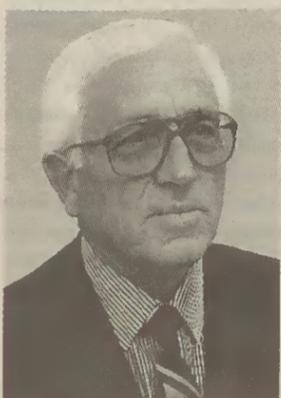
O Encontro Concelhio da CDU realizado, no dia 16 de Junho, em Martinlongo, designou os primeiros candidatos da Coligação Democrática Unitária às eleições para os órgãos das autarquias locais, que terão lugar no próximo mês de Dezembro. Foram desde já designados o candidato da CDU à Presidência da Câmara Municipal de Alcoutim e os cabeças de lista à Assembleia Muni-

cipliar e da divisão de Aprovisionamento da Câmara Municipal de Loures. É ainda eleito e porta-voz da CDU na Assembleia Municipal de Torres Vedras.

Para cabeça de lista à Assembleia Municipal de Alcoutim, a CDU escolheu Carlos Brito, escritor, de 68 anos de idade e residente em Alcoutim. Membro do PCP, foi deputado pelo Algarve à Assembleia da República, desde 1975 até 1991, e durante quinze anos presidiu à bancada parlamentar do PCP. Foi candidato à Presidência da República nas eleições de 1980. Dirigiu o jornal «Avante!» durante seis anos.

A CDU afirma que «desenvolverá a sua campanha dando prioridade aos problemas que mais afectam as populações do concelho e que melhor podem assegurar o seu futuro», nomeadamente as acessibilidades, a saúde, com grande atenção à garantia do funcionamento do Centro de Saúde de Alcoutim e suas extensões e à melhoria e expansão dos serviços prestados, o saneamento básico, com especial atenção à entrada em funcionamento da ETAR e da ETA de Alcoutim e o abastecimento de água e a instalação de esgotos nos montes mais populosos e a habitação, com a rápida revisão do PDM e a necessária aceleração da construção da habitação social.

A juventude e a terceira idade serão outras das prioridades da coligação em Alcoutim.



Álvaro Fernandes

pal do concelho e à Assembleia de Freguesia de Martinlongo.

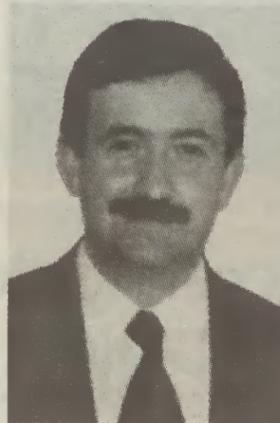
Para candidato à Presidência da Câmara Municipal de Alcoutim, a CDU escolheu Álvaro Castro Fernandes, economista, de 69 anos de idade, natural de Alcoutim, onde decidiu residir. É membro do PCP. Fez parte do Conselho Geral de Trabalhadores da Lisnave. Tem larga experiência de gestão autárquica, pois foi chefe de divisão Administrativa e Financeira da Câmara de Alcácer do Sal e chefe de divisão do Patrimó-

Covilhã

## Participação, desenvolvimento, solidariedade

Sob o lema «Covilhã p'ra todos», decorreu na passada segunda-feira, na esplanada da sede da Associação Académica da UBI, perante várias dezenas de activistas, a apresentação das candidaturas da CDU ao concelho, Luís Garra e Jorge Fael, este último candidato à Assembleia Municipal.

Presidente do Sindicato dos Têxteis da Beira Baixa, dirigiu-se aos trabalhadores que sucessivamente o têm eleito para seu representante, para dizer que «esta candidatura não é uma deserção, não é um abandono», mas sim uma nova etapa da luta «pela melhoria das condições de vida dos trabalhadores que também são populações e gente deste concelho e que, claramente, são os que mais precisam».



Luís Garra

«Covilhã p'ra todos é a nossa primeira mensagem. Foi a juventude CDU que escolheu e fomos todos que decidimos» disse o candidato, que referiu a seguir que «na Covilhã, o poder local, dominado pelo PS e pelo PSD em continuada alternância, não tem tratado a

todos por igual, sendo os jovens, todos eles e em especial os das freguesias rurais, a sentir a marca da exclusão que os atira para fora das suas terras, dos seus amigos e para longe das suas famílias». O lema simboliza, na opinião do sindicalista, uma ideia que se pode sintetizar em três palavras: participação, desenvolvimento, solidariedade. Três palavras que «constituem o ponto de partida de um projecto autárquico que reafirme a Covilhã como o maior pólo económico, industrial e do saber do interior do País».

Na prática, estas três palavras simbolizam um grande número de acções e intervenções que a CDU defende para o concelho. Entre outras, destacou o ordenamento do território –

para pôr termo aos atentados de que a cidade está a ser alvo –, a expansão urbana das freguesias rurais como meio de fixar aí a juventude, uma maior importância a uma habitação social que evite a proliferação de guetos são algumas das prioridades da coligação para o concelho. Mas há mais. Luís Garra comprometeu-se ainda a dinamizar as obras previstas no Polis, mas ressaltou que «não permitiremos que os edifícios fabris sejam demolidos sem que a transferência e funcionamento das empresas estejam devidamente acautelados». Chamando a atenção para o trabalho do vereador da CDU, Vítor Reis Silva, Luís Garra acredita que a CDU «mostra que a alternativa existe, mostra que a esquerda na Covilhã não está orfã».

Montemor-o-Novo

## Reafirmar a vitalidade de um projecto

No passado dia 14, pelas 21 horas, a Comissão Coordenadora de Montemor-o-Novo da CDU apresentou publicamente os cabeças-de-lista à Câmara Municipal e à Assembleia Municipal daquele concelho alentejano.

A sessão decorreu ao ar livre e juntou mais de 500 pessoas que encheram o Anfiteatro do novo Parque Urbano da cidade. Animação musical com a participação de Samuel e uma projecção multimedia com imagens do trabalho das autarquias e dos eleitos da CDU antecederam as intervenções.

João Manuel Silva, actual presidente da Assembleia Municipal e membro da Coordenadora da CDU

apresentou Carlos Pinto de Sá, actual presidente do Município, como cabeça de lista da CDU à Câmara e José Vicente Grulha, operário metalúrgico, para encabeçar a lista à Assembleia Municipal.

Seguiram-se as intervenções de Carlos Pinto de Sá e de Jorge Cordeiro, membro da Comissão Política do Comité Central do PCP.

O actual presidente da autarquia afirmou que, «mais do que a apresentação dos cabeças-de-lista, estamos a reafirmar a diferença, a pujança, a vitalidade, a capacidade de um projecto político que, reconhecidamente, vem mudando e quer continuar a transformar positivamente o concelho de Montemor-o-

Novo e as condições de vida da sua população no que do Poder Local depende».

Identificando a gestão autárquica da CDU no concelho com as características nacionais da CDU, honestidade, trabalho, competência, Carlos Sá comprometeu-se, não a tudo prometer, mas a tudo fazer para resolver os reais problemas das populações, porque «ao contrário do que a ideologia dominante nos tenta incutir usando poderosíssimos meios audiovisuais, não somos todos iguais».

Como prova desta diferença, «a obra realizada fala por si». «Ao longo dos anos, apostámos fortemente na resolução das princi-

pais carências em infra-estruturas básicas de que Montemor carecia como legado do fascismo e hoje apresentamos dos mais elevados índices do país no que diz respeito ao abastecimento público de água, ao saneamento básico, à electricidade, à higiene e limpeza públicas, aos caminhos, estradas e arruamentos.»

A par disto, em áreas fundamentais para a qualidade de vida dos cidadãos, como o ordenamento do território, o ambiente, a educação, o apoio a idosos, «fomos pioneiros», assegurou.

Como conclusão, considerou apenas ser inegável que «foi dado um salto qualitativo no concelho».

Buziño reclama, em Santa Maria da Feira, via rápida de ligação a São João da Madeira

## Adiamentos «inadmissíveis»

Um «buziño» foi a forma escolhida pela Comissão Concelhia de Santa Maria da Feira do PCP para, na segunda-feira, protestar ao lado da população contra a situação caótica existente na variante que liga a ICI e a AI à ENI, reclamando uma via rápida entre Feira e São João da Madeira, alternativa à estrada nacional 223.

O presidente da Câmara da Feira e o vice-presidente do município de São João da Madeira, que apoiaram o buzniño do PCP, são obrigados a reconhecer as razões do PCP, admitindo, segundo a Agência Lusa, que o protesto dos comunistas expressa preocupações que as suas autarquias mostram «há muito tempo».

De facto, de acordo com a Concelhia do PCP, dos 30 km de percurso entre São João da Madeira e Porto, através da auto-estrada, são os 3 km entre Santa Maria da Feira e Arrifana os que mais tempo gastam a percorrer.

Simultaneamente, e a agravar a situação, quem queira ir para S. João da Madeira não pode agora utilizar a antiga estrada Santa Maria da Feira/S. João da Madeira, devido ao estado de degradação a que o seu pavimento chegou.

Também a quota de incli-

nação e a existência de semáforos no cruzamento de Sanfins são factores que servem para agravar a circulação e causar elevada sinistralidade, tornando imperiosa a construção de nova variante.

**Os semáforos do cruzamento de Sanfins agravam também a circulação**

Entretanto, o Governo continua a sujeitar a construção quer da IC2 (entre Arrifana e Carvalhos), quer das variantes previstas, a sucessivos

adiamentos que a Comissão Concelhia de Santa Maria da Feira do PCP considera «inadmissíveis».

Com o «buzniño», o PCP pretendeu chamar a atenção para o problema e exigir do Governo o início da construção da IC2 e respectivas variantes ainda este ano, a melhoria da ligação da antiga ENI e o acesso à auto-estrada à saída de Arrifana, utilizando para o efeito uma rotunda.

Da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, os comunistas exigem a imediata reparação das estradas alternativas de Santa Maria da Feira a Arrifana e o estudo de soluções técnicas adequadas para minimizar o problema de trânsito na actual variante. Soluções que, na opinião do PCP, podem passar, entre outras medidas, pela obrigação de que todas as entradas e saídas sejam feitas pela direita, pela construção de cruzamentos desnivelados ou pela retirada dos semáforos, garantindo a segurança dos peões.



## Horários de Verão da CP PCP questiona Governo

O deputado do PCP, João Amaral, entregou, na semana passada, na Assembleia da República um requerimento ao Governo sobre os novos horários da CP.

O requerimento, que incide particularmente sobre as paragens dos Intercidades em Ovar, surge na sequência de insistentes rumores, indicando que o reajuste dos horários de Verão da CP vai representar um verdadeiro «corte» nos comboios ou paragens de algumas estações e, desta forma, lesar as populações envolvidas.

Tendo em conta que o porta-voz da CP não desmentiu tais rumores, o deputado comunista quer saber se o Governo tem conhecimento das alterações previstas e a garantia de que não vão cor-

responder a novos cortes de linhas.

A Direcção da Organização Regional de Aveiro do PCP, por sua vez, em nota à comunicação social, sublinha o facto de as estações de Ovar e Estarreja servirem uma importante região do Norte do distrito de Aveiro, que envolve vários concelhos, centenas de milhares de pessoas e importantes centros balneares e, lembrando o facto de em anteriores alterações de horários a CP ter aproveitado para suprimir comboios, nomeadamente na linha do Vouga, assaca ao Governo a responsabilidade de intervir junto da CP - «empresa pública e de serviço público» - para «travar intenções nesse sentido».

## Institutos Públicos em debate

O Conselho de Ministros aprovou recentemente o pedido de autorização para legislar sobre a Lei-Quadro dos Institutos Públicos, pelo que a respectiva proposta de lei vai

em breve dar entrada na Assembleia da República.

Com esta iniciativa, sustentada pelo relatório e pelo projecto de Lei-Quadro dos Institutos Públicos resultantes de

um grupo de trabalho nomeado pelo ministro da Reforma do Estado e da Administração Pública, o Governo pretende introduzir o contrato individual de trabalho e reduzir drasticamente o número de trabalhadores com vínculo público.

O relatório confirma, assim, segundo o PCP, a justeza das suas posições sobre a matéria e mostra que esta iniciativa legislativa configura, de facto, «uma verdadeira «contra-revolução» a nível da Administração Pública, da natureza do Estado e da situação e estatuto dos trabalhadores da Função Pública».

«Preocupante» é, também, o facto de o Governo se preparar para lançar esta discussão, no período de Verão, «enquanto se intensifica na comunicação social uma campanha contra os trabalhadores da Função Pública».

Os comunistas, porém, não abdicam de discutir amplamente e tomar posição sobre esta problemática, pelo que vão realizar, no próximo dia 27, no Centro de Trabalho Vitória, em Lisboa, um debate sobre «Institutos Públicos - que futuro para a Administração Pública?»

## Almoço na Atalaia

Entusiasmo e confiança marcaram o almoço de confraternização e convívio promovido pelo núcleo de apoio ao trabalho central do Partido, no sábado passado, na Atalaia.

O almoço, que reuniu cerca de duas centenas de camaradas e amigos, integrou-se na campanha Nacional de Fundos dos 250 mil contos.

Várias organizações fizeram questão de contribuir para a iniciativa com a oferta de diversos produtos regionais, tanto para o almoço como para o leilão que se lhe seguiu, permitindo perfazer a estimável quantia de mais de 200 contos limpos.

Uma intervenção política, a cargo de Blanca Teixeira, abordou aspectos da actualidade política, a necessidade de reforço do Partido e, naturalmente, a importância do empenhamento de todos os militantes e simpatizantes nas próximas eleições autárquicas.

Entretanto, impossibilitado de comparecer, Álvaro Cunhal enviou uma saudação aos presentes, expressando os votos de êxito para a iniciativa e incitando à contribuição de todos para o reforço do Partido.

A iniciativa terminou com as actuações, muita aplaudidas, dos cantores Lúsa Basto e Edmundo.

Cascais

## Sofarimex encerra

A administração da Sofarimex pretende encerrar a sua unidade fabril de Cascais e, para tanto, reuniu com os trabalhadores, propondo-lhes que se «oferecessem» para rescindir os contratos, já que eram poucos os que precisava para a sua unidade do Cacém.

«É o espectro do desemprego» para muitos trabalhadores, alguns com idades que não lhes permite encontrar novos empregos, diz o sector de empresas de Cascais do PCP, que há um ano alertava os trabalhadores, então da Sanofi, para os perigos resultantes da política de concentração do capital, seguida pelo Governo do PS.

De facto, em 1998, a Sanofi comprou a Synthelabo, dizendo aos trabalhadores que a empresa passa-

ria a ser o 3.º grupo económico da indústria farmacêutica a nível europeu e, inclusive, candidatando-se a fundos europeus.

Dois anos mais tarde, a empresa foi vendida à Sofarimex, com a passagem administrativa dos trabalhadores para esta empresa, com todos os seus direitos. Já então, este processo suscitou a desconfiança dos trabalhadores que sabiam ter esta empresa, em 1999, reduzido os postos de trabalho. Hoje vêm confirmadas as suas desconfianças, com o desmantelamento de mais esta unidade fabril.

Face à situação, o PCP apela à unidade dos trabalhadores da Sofarimex e exorta-os a lutar pelos seus direitos, pelo emprego e pelo salário.

## Torneio em Manteigas

A par da construção da Festa do Avante, na Atalaia, multiplicam-se por todo o lado as iniciativas com vista ao seu enriquecimento e sucesso.

É o caso de Manteigas onde, desde sexta-feira e até 30 de Junho, no Pavilhão Gimnodesportivo, está a decorrer o Torneio de Futebol Festa do Avante 2001.

Neste Torneio encontram-se a participar sete equipas e cerca de 55 atletas.

### ▼ CAMARADAS FALECIDOS

#### Alice Rosa Engrácia

Faleceu recentemente, vítima de doença súbita, a camarada Alice Rosa Engrácia, de 63 anos de idade. Natural de Alpiarça, era militante do Partido desde 1977.

#### Gonçalo Cabaço

Vítima de doença de coração, faleceu, no dia 15 de Junho, com 69 anos de idade, o camarada Gonçalo Cabaço, operário gráfico. Participou nas eleições de Norton de Matos e Humberto Delgado. Foi delegado à mesa de voto pela oposição, nas eleições de 1969 e 1973, e participou como delegado nos Congressos da Oposição em Aveiro e Figueira da Foz. Antes do 25 de Abril foi perseguido pela Pide, vendo-se obrigado a emigrar para a Alemanha e Holanda. Vereador da Câmara Municipal da Chamusca entre 1976 e 1989, era actualmente membro da Assembleia Municipal da Chamusca pela CDU. Membro do Partido desde Setembro de 1974, integrou, durante anos, a Comissão Concelhia da Chamusca. No seu funeral, que constituiu uma grande manifestação de pesar, participaram dirigentes regionais e concelhios do Partido.

#### João Manuel Garrafão Lourenço

Faleceu, no dia 5 de Junho, o camarada João Manuel Garrafão Lourenço, de 62 anos de idade. Militava na organização de Alhandra. Desde muito jovem ligou-se às Juventudes Comunistas. Participou, em 1958, na campanha do general Humberto Delgado, altura em que foi preso e espancado barbaramente por dois guardas da GNR, em Alhandra.



Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

## COVA DA PIEDADE Carência de transportes

Uma delegação do PCP da Freguesia da Cova da Piedade entregou, na semana passada, nas instalações da Transportes Sul do Tejo, um abaixo-assinado com 320 assinaturas, recolhidas entre a população da Romeira, solicitando à administração dessa empresa a dotação daquela zona da freguesia com um transporte rodoviário.

Os subscritores do documento propunham ainda que a carreira minibus Cova da Piedade/Hospital Garcia da Horta - que estaciona junto ao Hospital Particular de Almada, nos limites da Romeira -, fizesse um desvio por dentro da Romeira, onde os idosos, em grande número, sentem particularmente a carência de transporte rodoviário.

O abaixo-assinado vai ser também enviado à Câmara Municipal de Almada, à Assembleia Municipal de Almada, à Junta de Freguesia da Cova da Piedade, ao ministro da tutela e à Assembleia da República, através do Grupo Parlamentar do PCP.

## ALTO DO ESTANQUEIRO Promessas por cumprir

O «PêCêPê Informa», Boletim da Comissão de Freguesia do Alto do Estanqueiro/Jardim do PCP, denuncia no seu número de Junho o repetido incumprimento pelo PS das suas promessas. De facto, como lembram os comunistas, o PS prometeu em 1997 alcatroar o Bairro Miranda mas, quatro anos passados, «o único alcatrão existente é o do acesso ao Bairro», efectuado por proposta da CDU e em resultado de um abaixo-assinado da população.

Assim, o PCP diz-se incapaz de imaginar que «desculpas ou mais promessas» a presidente da Câmara Municipal, Amélia Antunes, irá agora apresentar para o facto, dado possuir este ano um orçamento recorde de mais de 8,5 milhões de contos (cerca de três vezes o de 1997, no mandato da CDU), resultantes dos investimentos imobiliários que foram para o Montijo, devido à Ponte Vasco da Gama, «cuja construção entre Lisboa e Montijo» mereceu a desaprovação do Partido Socialista.

## HORTA CDU na Internet

Numa conferência de imprensa, realizada na sexta-feira passada, na cidade da Horta, o Grupo Parlamentar do PCP na Assembleia Legislativa Regional dos Açores fez a apresentação pública da página da Internet da CDU/Açores. A conferência de imprensa contou com a participação do coordenador do PCP/Açores e presidente do Grupo Parlamentar, José Decq Mota.

## PORTO Fundos comunitários

Uma delegação do PCP, constituída pela eurodeputada Ilda Figueiredo, pelos deputados, à Assembleia da República, Agostinho Lopes e Honório Novo e, ainda, por Teresa Lopes e José Timóteo, da Direcção da Organização Regional do Porto, encontrou-se, na sexta-feira, com o Presidente da Comissão de Coordenação da Região Norte. O objectivo do encontro foi o de conhecer a actual situação na distribuição dos fundos comunitários, no âmbito do III Quadro Comunitário de Apoio e da ON - Operação Norte.

# Uma primeira tentativa?

**É público e notório que o actual Governo do eng. Guterres entrou em queda livre. E não me parece ousado dizer que de forma irreversível. Já ninguém no País lhe empresta qualquer credibilidade. Nomeadamente os trabalhadores. Mas também o próprio partido que suporta o Governo, o PS.**



**Octávio Teixeira**  
Membro  
da Comissão  
Política

E o caso não é para menos. Não é passível de merecer sequer qualquer benefício da dúvida, quanto mais qualquer gota de credibilidade, um Governo em que (e como meros exemplos) o Primeiro-Ministro diz que não consegue ou tem muita dificuldade em falar com ministros e mesmo com os chefes de gabinete destes; vota uma moção que exige a remodelação profunda do Governo, mas não a faz; elege como prioridade a reforma do imposto sobre o património, e logo a seguir diz que essa fica adiada porque a prioridade vai para o programa de redução da despesa pública. Um Governo em que o ministro das Finanças diz que em matéria orçamental vai ser preciso (a partir de agora) rigor e não laxismo, impor eficiência e não permitir o despesismo - quando essa

devia ser uma sua preocupação diária de sempre - e que convida os ex-ministros do PSD para lhe dizerem como cortar na despesa. Um Governo em que a ministra da Saúde diz que o que se passa no seu Ministério é uma vergonha, e continua no lugar. Um Governo, enfim, em que ministros criticam publicamente a actividade ou ausência de actividade do Governo; que põe em debate público uma proposta de rede ferroviária de alta velocidade muito concreta, com traçados bem definidos, e diga que tal proposta não responsabiliza o Governo.

Isto não é um Governo, mais parece uma caricatura de Governo.

E o Primeiro-Ministro sabe-o tão bem, ou melhor, que qualquer de nós. Tal como sabe que o plano perigosamente inclinado em que entrou a economia portuguesa vai prolongar-se no tempo.

**“O plano inclinado em que entrou a economia portuguesa vai prolongar-se no tempo”**

E que será cada vez mais sentido, pelos trabalhadores e pelos reformados, que a inflação mais que anula os aumentos nominais dos salários e das pensões de reforma. E que as consequências de tudo isto tenderão a transformar a actual falta de credibilidade do Governo junto dos cidadãos

numa oposição crescente dos eleitores ao Governo e ao PS.

### Estratégias...

Por isso, há já algum tempo que se vem especulando que o Primeiro-Ministro estará politicamente orientado para provocar eleições legislativas antecipadas, para tentar obter um novo mandato de quatro anos enquanto o descrédito não se transforma em clara e assumida oposição popular. Só que, para que essa estratégia possa ter algum sucesso, dizem, o Primeiro-Ministro tem de tentar que a «crise política» seja atribuída aos partidos da oposição, que não ao Governo.

Se esta tese tem quaisquer «pés para andar», a ideia do Primeiro-Ministro de apresentar (amanhã) um Orçamento Rectificativo encaixa que nem uma luva.

Não há nada que seriamente possa justificar a apresentação de um tal Orçamento neste momento. Nem mesmo o descalabro financeiro que o Governo gerou no SNS, já que o orçamento respectivo aprovado em Dezembro tem dotações suficientes para «aguentar» até ao final de Outubro. A justificação mais plausível para a sua apresentação agora parece ser a de tentar que as oposições o chumbem para o Governo assumir o papel de vítima e «apelar» aos eleitores que lhe renovem a confiança em eleições. O PSD, completamente aterrado com a perspectiva, declarou de imediato que viabilizaria o tal Orçamento Rectificativo. Parece assim gorada, para já, a aparente intenção do eng. Guterres. Mas não terá sido esta uma primeira tentativa, a que outras se poderão seguir, do eng. Guterres e o PS buscarem a tal «crise política»?



## Norporte

A assembleia de credores da Norporte Confecções foi convocada para ontem à tarde, no Tribunal do Comércio de Lisboa, informou o Sindicato dos Têxteis, Lanifícios e Vestuário do Sul, recordando que estão em causa os postos de trabalho, os direitos e os interesses de 450 trabalhadores. Na véspera, o sindicato levou a cabo uma reunião com os trabalhadores, em Alhos Vedros (Moita).

## Recheio

A Inspeção Geral do Trabalho vai ser solicitada para efectuar «uma intervenção global e em profundidade» no Recheio, depois de os responsáveis pela empresa do grupo Jerónimo Martins terem optado «por outro caminho que não o do diálogo», informou o Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços de Portugal. O CESP/CGTP adiantou ainda, em nota à imprensa, que «irá desenvolver as acções sindicais adequadas aos fins em vista».

O sindicato afirma que a empresa não está a ser gerida «por gente séria e responsável», pois ao fim de mais de um ano de reuniões, em que os Recursos Humanos do Recheio foram confrontados com a exigência de cumprimento do contrato colectivo de trabalho para o sector da distribuição alimentar (designadamente, acusa o CESP, não classifica os trabalhadores de acordo com as funções desempenhadas, não paga nem regista o trabalho suplementar, não cumpre a tabela salarial), no dia 17 de Maio responderam que iam «estudar os problemas». Afinal, «era pura tática para ganhar tempo», pois o que a empresa fez foi mandar os gerentes aliciar os trabalhadores para aderirem a outra convenção de trabalho, «para fugir às responsabilidades». O sindicato afirma que «a eventual mudança de convenção não iliba o Recheio de pagar aos trabalhadores o que lhes deve».

## PREH

Contra o despedimento colectivo de 67 trabalhadores, intentado pela PREH, o Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Eléctricas do Norte convocou para ontem uma greve de 24 horas, com concentração do pessoal à porta da empresa, em Pateiras (Trofa), concretizando as formas de luta aprovadas em plenário. Na terça-feira o STIEN/CGTP apresentou aos trabalhadores um balanço das diligências levadas a cabo, designadamente no que toca aos contactos com várias entidades a quem foi solicitada intervenção. Corre um abaixo-assinado exigindo a anulação do despedimento colectivo e vai prosseguir o trabalho de esclarecimento da população do concelho e dos restantes trabalhadores da empresa, pois «se este despedimento se vier a consumir, outros se podem suceder», alerta o sindicato.

• Manuel Guerreiro\*

O Estado não é capaz de administrar justiça aos cidadãos

# Vergonha nacional

Na iniciativa «Justiça tardia não é Justiça», realizada em 12 de Maio, no auditório do CESP/CGTP, em Lisboa, foi apresentado um levantamento exaustivo, a nível nacional, e foi ouvido o testemunho de trabalhadores envolvidos em processos de falência, que se arrastam pelos tribunais cíveis, alguns há mais de 20 anos.

É uma vergonha nacional: o Estado não é capaz – não quer – administrar Justiça aos cidadãos trabalhadores, vítimas dos processos de falência.

Com vista a fazer valer os legítimos direitos dos trabalhadores, os sindicatos têm gasto rios de dinheiro para acompanhar, intervir, recorrer e apressar os processos de falência e de recuperação de empresas, que se arrastam pelos tribunais, sem explicação nem justificação, durante 10, 15, 20 e mais anos.

Os trabalhadores são atirados para o desemprego, despojados de tudo, com dívidas de salários em atraso, de férias e indemnizações, que deveriam receber através da venda dos bens da empresa falida; não recebem, esperam e alguns morrem, sem que os tribunais façam justiça. Quando decidem, na maioria das vezes, mandam entregar tudo ao Estado (aos diversos credores públicos) e os trabalhadores nada recebem. Exemplos recentes são os da Nutripol, Gelmar e Contém; é previsível vir a acontecer nos casos Olavo Cruz, Olaio, Martinho & Ferreira, entre outros.

Os processos arrastam-se tantos anos, que alguns trabalhadores, quando são contactados, já nem se lembram dos processos e outros dizem «cobras e lagartos», porque não conhecem o trabalho e os custos despendidos, ao longo de anos e anos, para defender os seus direitos. Mas também há os trabalhadores que mantêm uma atitude de combate, reclamando denodadamente justiça, com grande dignidade, fazendo desta a última batalha da sua vida pela defesa dos seus direitos e especialmente da sua dignidade de trabalhadores.

A maioria dos trabalhadores não identifica os verdadeiros responsáveis por esta ausência de Justiça, ou seja, os governos e ministros da Justiça que, nos últimos vinte anos, ocuparam as cadeiras do poder.

É evidente que também há problemas, atrasos e atropelos que resultam da irresponsabilidade, da impunidade e do corporativismo que prevaleceram e prevalecem na administração da Justiça, que entorpecem e tornam absolutamente ineficaz e dúplice o sistema de Justiça em Portugal.



A Abel Pereira da Fonseca, com falência decretada em 1993 e actualmente sob gestão controlada, é a primeira empresa, numa lista com mais de três dezenas de casos de demoras sem justiça

Na verdade, este sistema é capaz de perseguir, prender e condenar o «pilha-galinhas», mas revela-se inapto e incapaz para investigar, perseguir e punir os crimes económicos, especialmente as falências, e de administrar a Justiça em tempo razoável, assim afirmando uma justiça de classe, que deixa impunes os ricos e poderosos e prejudica os pobres e desfavorecidos.

## Lufinha por exemplo

São inúmeros os processos em que, sem explicação ou justificação, os prazos não são respeitados por administradores judiciais, juizes e outros agentes da Justiça.

Exemplar é o caso que corre no Tribunal Judicial do Barreiro (Processo N.º 28/80, do 2.º Juízo) relativo à falên-

cia da Marques & Vincent (Móveis Baía) que se arrasta desde 1982. O Administrador Judicial, João Lufinha de Vasconcelos, retém indevidamente, em seu poder, pastas de documentos do processo, durante vários anos, que o funcionário judicial detecta. O juiz intima o Sr. Lufinha a entregar os documentos, vezes consecutivas, na última ameaçando com procedimento criminal. Lufinha de Vasconcelos explica-se, em carta ao Tribunal, dizendo que teve muito trabalho, resultante das

Os responsáveis são os que, nos últimos vinte anos, ocuparam as cadeiras do poder

por ter tido a mulher doente.

De uma assentada, torna-se evidência que os 50 trabalhadores, que esperavam indemnizações e a reparação de outros direitos, com o produto da venda dos bens arrolados na falência da Marques & Vincent, foram prejudicados em vários anos, porque o senhor Lufinha trabalhava no Tribunal Cível de Lisboa e

mudanças e das obras nas instalações da antiga Comissão de Falências, que funcionava no Tribunal Cível de Lisboa, e alega ainda estar psicologicamente afectado

houve lá obras. O senhor Lufinha, ele mesmo, funcionário judicial, por acaso ou não, foi nomeado administrador Judicial da Marques & Vincent pelo Tribunal Judicial do Barreiro.

Mas este senhor é o mesmo administrador judicial do processo N.º 120-A/78, a correr no 3.º Juízo cível do Tribunal de Oeiras. A sócia do CESP, por cujos interesses acompanhamos o processo, ganhou um primeiro processo no Tribunal de Trabalho, em 1977, cuja sentença não foi executada, porque surgiu a falência; ainda hoje aguarda (se for viva, esperamos que sim) que os 23 530\$00 de então lhe sejam pagos. O Tribunal de Oeiras, em 23 anos que perfazem desde a decisão da falência, em 26 de Junho de 1978, não teve tempo nem meios para resolver este problema.

Saiba-se que os créditos não sofrem qualquer correcção monetária, ao longo dos anos, nem vencem juros, o que desvaloriza as indemnizações, já insuficientes para compensar os trabalhadores dos prejuízos sofridos, resultantes dos despedimentos por falência das empresas, quantas vezes, condenadas a esse fim por má gestão, gestão fraudulenta, desvio de meios e de negócios, etc..

(\*) Presidente da Direcção Nacional do CESP e membro da Comissão Executiva da CGTP-IN.

## Uma proposta e outras ideias

Na iniciativa «justiça tardia não é Justiça» ainda houve engenho e arte para, com a participação de deputados do PS, PSD, PCP e outros ilustres convidados, aprofundar a discussão e avançar algumas soluções.

Desde logo, apresentada pela deputada Odete Santos, a Proposta de Lei do PCP, que foi aprovada na generalidade e se encontra em discussão na especialidade, em Comissão Parlamentar. A proposta visa graduar créditos dos trabalhadores e responsabilizar o Estado, obrigando-o a assumir as suas responsabilidades em casos destes, pagando aos trabalhadores e assumindo os créditos por conta. Esta proposta, a ser aprovada nos termos em que foi apresentada, resolveria muitos dos problemas e, por isso, é justa, útil e necessária.

Outras ideias foram inventariadas e reclamadas, designadamente:

- alargar a todos os processos os privilégios creditórios já consagrados na lei 17/86;
- rever o Fundo de Garantia Salarial, alargando períodos de referência relevantes para consideração de créditos, aumentando o valor e importâncias a pagar aos trabalhadores;
- responsabilizar o património pessoal dos administradores e gerentes das sociedades falidas;

– repensar a figura da *impugnação pauliana*;

– legislar no sentido de, por via da «desconsideração» da personalidade jurídica da sociedade em falência, não ser afectada a massa falida;

– criar listas publicitadas dos «profissionais» das falências e inibi-los de gerir;

– estabelecer um prazo máximo, findo o qual o Estado assume e paga os créditos aos trabalhadores;

– graduar e pagar os créditos aos trabalhadores, sem prejuízo do processo prosseguir;

– introduzir um factor de actualização monetária no que respeita aos créditos dos trabalhadores;

– desenvolver e melhorar a investigação criminal, sempre que haja uma situação de falência;

– responsabilizar os operadores de justiça.

Se o Governo português não se dispuser a intervir de modo célere e eficaz, os sindicatos avançam com processos para o Tribunal Europeu dos Direitos do Homem, para fazer valer o direito dos trabalhadores à Justiça, em tempo razoável.

## Novas greves nos transportes

Terminou sem acordo a reunião entre representantes da associação patronal do transporte pesado rodoviário de passageiros e a Festru/CGTP. Reunidos ainda na segunda-feira, os sindicatos decidiram responder com a marcação de novas greves à posição da Antrop, que mantém uma proposta de actualização salarial média de 2,75 por cento e recusa «a reposi-

ção da legalidade quanto à forma de pagamento do subsídio de agente único» aos motoristas que também cobram bilhetes.

Uma nota divulgada pela federação sindical informa que ficou decidido avançar com paralisações em Julho (dias 2, 3, 17 e 18) e em Agosto (a 1 e 7), no período entre as zero e as 10 horas. Esta duração das greves poderá ser

adaptada às condições de cada empresa, por decisão dos respectivos trabalhadores.

Para reclamar o justo pagamento do subsídio de agente único (bem como «milhares de contos» de créditos vencidos durante os últimos 5 anos), os sindicatos vão mover processos contra as empresas faltosas.

Nas empresas vão ser apresentados cadernos reivindicativos, de modo a permitir

que sejam estabelecidos acordos à margem da posição irredutível da Antrop, «como já aconteceu» em algumas transportadoras.

Enquanto para a Federação dos Sindicatos de Transportes Rodoviários e Urbanos «toda a actualização salarial que não cubra pelo menos o valor da inflação não é aumento» – como disse Fernando Fidalgo à Lusa – o secretário-geral da

Antrop referiu à agência que foi celebrado acordo com o SNM e o Sitra/UGT e que «não vai ser alterada nem mais uma vírgula».

Por iniciativa da Festru e com os mesmos objectivos, os trabalhadores das empresas privadas de transporte de passageiros, com especial incidência no Norte do País, estiveram em greve nos dias 7 e 8 de Junho.

Frente Comum aprovou proposta para 2002

# Parar de perder

Nos últimos anos, os salários dos trabalhadores da Administração Pública não tiveram «uma tão necessária como justa revalorização», antes sofreram «uma efectiva perda do poder de compra», salienta a Frente Comum dos Sindicatos.

A Cimeira da Frente Comum dos Sindicatos da Administração Pública aprovou, no dia 12, os princípios gerais da proposta reivindicativa para o próximo ano, considerando «urgente a inversão da opção política do Governo relativamente aos salários» e afirmando também «o empenho das estruturas e a mobilização dos trabalhadores para acções em defesa dos serviços públicos».

## Má fé sem correcção

A resolução aprovada pelos sindicatos da Administração Pública refere o processo de revisão salarial para o ano 2000 como «um exemplo claro de má fé negocial», pois foram sonegadas «informações relevantes sobre decisões políticas já preparadas, que vieram anular os pressupostos da percentagem de actualização salarial». Nesse ano, a prática desmentiu as previsões governamentais que apontavam para ganhos de 0,5 por cento.

«Quando o erro de previsão já era iniludível», o Primeiro-Ministro veio assumir o compromisso de proceder a uma correcção. Logo que começou o processo negocial para 2001, verificou-se que «o conceito governamental de correcção era tão só o de cobrir a diferença entre a inflação verificada e o valor de 2,5 por cento pelo que a actualização salarial em

2001 se cifrou em 3,31 por cento, porquanto a diferença para os 3,71 por cento se destinou a cobrir o «desvio» do ano anterior».

**A inflação prevista foi ultrapassada e a correcção não corrigiu a perda**

Neste ano, também as previsões do Governo erraram e a inflação já superou o valor da actualização salarial.

A Frente Comum nota que «a perda do poder de compra não é, em termos reais, apenas mensurável pela diferença entre a taxa de inflação e a percentagem de actualização salarial, uma vez que preços com um peso fundamental no rendimento dos trabalhadores — como é o caso das taxas de juro — não são contabilizados».

A degradação do poder de compra dos trabalhadores é também evidenciada pela depreciação do valor do índice 100 das carreiras de regime geral (salário mínimo na Administração Pública).

Por outro lado, refere a Frente Comum, o Governo «sistematicamente não faz reflectir nas actualizações salariais os ganhos de produtividade», contribuindo assim para que se acentue a diminuição do peso relativo dos salários na distribuição do rendimento nacional. Cresce também a diferença entre os salários portugueses e a média da União Europeia, sendo esta três vezes superior.

Neste quadro, o Governo recusa o ajustamento salarial intercalar de, pelo menos, 3 contos ainda em 2001, reivindicado pela Frente Comum, e



A promessa era ganhar, mas os trabalhadores têm ficado a perder

promove novos perigos para a estabilidade de emprego, os direitos e os rendimentos dos trabalhadores do Estado.

A Frente Comum contrapõe que «é tempo de definir e colocar com clareza aquilo que é direito dos trabalhadores e o que o Governo deve realizar, para que os salários em Portugal se aproximem gradualmente dos da média europeia», «para que se passe da retórica dos discursos a práticas consequentes». E realinha que, «contrariamente ao que tem sido publicamente defendido por membros do Governo, a anualidade da actualização salarial não está em discussão, sendo um direito consagrado na Lei de negociação colectiva da Administração Pública e do qual os trabalhadores não abdicarão, bem como da eliminação da diferença entre o valor do índice 100 das carreiras de regime geral e o valor do salário mínimo nacional e da aproximação à média dos salários da União Europeia».

## Componentes indissociáveis

A proposta reivindicativa para 2002 deve consagrar quatro componentes que, para os sindicatos da Frente Comum, são «indissociáveis»:

1 – Valor correspondente à recuperação e valorização do poder de compra efectivo e que considere factores de justiça social, o que implica a cobertura da taxa de inflação verificada, a integração de ganhos de produtividade e um aumento mínimo garantido.

2 – Uma cláusula de salvaguarda, automaticamente aplicável, que corrija, nas mesmas proporções, eventuais diferenças entre os valores previstos e os verificados, relativamente à inflação e aos ganhos de produtividade.

3 – Valor correspondente à progressão no sentido da prometida aproximação aos salários médios na União Europeia e à eliminação da diferença entre o valor do índice 100 das carreiras do regime geral e o valor do salário mínimo nacional, bem com o horizonte temporal de concretização desses objectivos.

4 – Medidas concretas no sentido da defesa de serviços públicos de qualidade, que assegurem a manutenção do emprego público com direitos e a efectivação dos direitos consagrados em lei.

## IPSS em greve nos Açores

Os trabalhadores das instituições particulares de solidariedade social e misericórdias da RA dos Açores estiveram em greve na quarta-feira, dia 13. A paralisação voltou a encerrar creches e jardins de infância em várias ilhas, tal como se havia verificado durante dois dias de paralisação, no final de Março.

Os cerca de 2 mil trabalhadores das IPSS e misericórdias açorianas reivindicam a equiparação de salários e regalias aos dos seus colegas da Função Pública. O Governo Regional, entidade que financia as instituições, recusa a equiparação, alegando o carácter privado das IPSS e misericórdias, e limitações orçamentais.

Cerca de 150 trabalhadores — de acordo com a Lusa — entregaram na Assembleia Legislativa Regional uma moção a expor os motivos da luta. Representantes dos tra-

balhadores foram recebidos, no dia da greve, pelo vice-presidente do parlamento açoriano, Fernando Lopes, e por deputados dos diferentes grupos parlamentares, após uma manifestação pelas ruas de Ponta Delgada. João Decq Mota, dirigente do Sindicato da Função Pública do Sul e Ilhas, informou que a paralisação atingiu, nas creches e jardins de infância das ilhas, uma adesão de 80 por cento, percentagem idêntica à registada em Março. Nas misericórdias, a adesão situava-se nos 60 por cento, mas poderia aumentar com a mudança de turnos, ao fim do dia.

A moção aprovada e entregue na ALR aponta para a necessidade dos trabalhadores prosseguirem a luta, até chegarem a uma plataforma de entendimento com o Governo Regional que permita a equiparação, a prazo, dos seus salários, horários e períodos de férias.

## Patrões da Tribor faltaram no tribunal

A administração da Tribor Indústria de Borracha, de Poiães (Lousado, Famalicão), faltou anteontem a uma audiência judicial, revelou o Sindicato dos Trabalhadores da Química, Farmacêutica, Petróleo e Gás do Norte, «confirmando assim que se encontra em parte incerta», o que significa, para o Sinorquifa/CGTP, que «persiste na sua atitude irresponsável, perante um problema de importantes e graves consequências sociais, incidindo sobre sete dezenas de trabalhadores e suas famílias».

Para ontem o presidente da CM de Famalicão agendou «finalmente» uma audiência com os trabalhadores e o sindicato, a qual tinha sido pedida há três semanas.

Entretanto, os 70 trabalhadores da Tribor, «despedidos arbitrariamente e ilegalmente pela administração, com salários em atraso e sem quaisquer indemnizações», mantêm-se desde dia 4 de Junho «de permanência nas instalações, impedindo a saída de produtos acabados e semi-acabados, em defesa dos seus direitos e do património do seu trabalho», informou o sindicato.

A falência da Tribor foi solicitada no final do ano passado pela Bescleasing, por falta de pagamento das prestações de uma dívida de 192 mil contos desde Dezembro de 1994; contraída em Março daquele ano, por um

prazo de 60 meses, implicou a hipoteca do edifício e terrenos onde se encontra instalada a empresa. A falência foi indeferida em Abril último, por sentença judicial que foi objecto de recurso.

Além das dívidas à Segurança Social e ao Estado, a empresa deve os salários de Janeiro e Maio, bem como os retroactivos devidos pela actualização salarial.

A Tribor — refere uma síntese divulgada pelo Sinorquifa — deixou de laborar a 1 de Junho (uma sexta-feira), por falta de matéria-prima. A permanência dos trabalhadores já impediu, por duas vezes, a saída de produtos. O sindicato admite que o caso desta empresa «revela contornos de práticas fraudulentas, a que não serão estranhos interesses imobiliários».

Quanto às cartas enviadas pela administração, a comunicar aos trabalhadores a decisão de despedimento, o sindicato afirma que estão escritas «em termos que não estão consonantes com a lei e, pelo contrário, configuram a prática objectiva de crime de lock-out».

Agostinho Lopes, dirigente e deputado do PCP, visitou a Tribor a 13 de Maio e, juntamente com Vicente Merendas, solicitou na AR esclarecimentos, por parte do Governo, sobre a grave situação da fábrica de Poiães.

## Resposta à moderação

Reúne hoje no Porto o Conselho Nacional da CGTP-IN, que vai debater «a resposta sindical à ofensiva de moderação salarial». O departamento de informação da *Inter* adiantou ainda que será definido «um conjunto de iniciativas e actividades, a desenvolver no segundo semestre de 2001, com o objectivo de colocar na sociedade portuguesa as grandes reivindicações laborais e intensificar a luta dos trabalhadores pelos seus direitos e por melhores salários e pensões». «Tendo presentes o orçamento rectificativo e a eventual tomada de medidas de contenção da despesa pública, os dirigentes nacionais da CGTP-IN procederão também a uma reflexão sobre as políticas de saúde, de protecção social, de ensino e de fiscalidade, a qual conduzirá à tomada de medidas e propostas a apresentar ao Governo e restantes órgãos do poder», informou a central.

## Amadora

Durante a próxima semana vão estar em greve os trabalhadores do Departamento de Resíduos Sólidos da CM da Amadora, em luta contra o processo de privatização que já levou à entrega a uma empresa de 4 circuitos de recolha de lixo. A Direcção Regional da Lisboa do STAL refere que esta paralisação «é o culminar de um conjunto de iniciativas e lutas constantes dos trabalhadores e do STAL em torno do estado de degradação dos serviços». Admitindo que a população do concelho será quem mais irá sofrer com os problemas que uma greve deste tipo causa, o sindicato imputa responsabilidades ao poder político da autarquia, «que poderia evitar» a greve, marcada para os dias 25 a 29 de Junho. No entanto, o sindicato salienta que a luta, «para além da defesa dos naturais interesses dos trabalhadores, nomeadamente no que se refere à segurança no emprego e à salvaguarda dos seus direitos, visa também defender os interesses da população da Amadora e da sua autarquia».

## Riscos profissionais

Para homenagear Vítor Ribeiro, antigo procurador-geral adjunto, já falecido, a CGTP-IN e a Associação Nacional dos Deficientes Sinistrados do Trabalho promovem amanhã, na Assembleia da República, um debate sobre riscos profissionais. A homenagem procura valorizar «a importante doutrina» legada por uma «das pessoas que, no nosso país, mais se bateram pela defesa dos sinistrados do trabalho», refere a CGTP. No debate participam o procurador-geral da República, o secretário-geral da CGTP, o presidente da ANDST, o director do Centro de Estudos Judiciários, o presidente do Instituto Nacional de Medicina Legal e outras personalidades.

# Os cotas

• Lino de Carvalho

**D**as múltiplas oposições a Alqueva que se têm desenvolvido ganhou particular relevo público nos últimos tempos o da oposição à cota 152 aparecendo até um movimento a reclamar-se da defesa de uma cota alternativa, 139. Embora o debate em torno desta questão esteja mais que realizado e diversos argumentos técnicos tenham já suficientemente desmontado o erro que constituiria a adopção deste último valor, vale a pena, ainda, voltar ao tema pelas dúvidas que em sectores bem intencionados mas menos informados e que reagem por ouvir dizer ainda possam existir.

Importa, primeiro que tudo, lembrar que o movimento defensor da cota 139 é constituído pelas mesmas organizações que desde o início do processo se opuseram pura e simplesmente ao projecto e que, depois, pelo isolamento perante a opinião pública e, em particular, perante as populações do Alentejo, têm vindo a levantar sucessivos obstáculos que, agora sem ousarem pôr em causa o empreendimento enquanto tal, na prática significaria a sua paralisação ou a sua redução a valores que liquidariam o seu carácter estratégico. Convém começar por esclarecer que a cota 152 (que é uma referência que mede a diferença de nível em relação ao mar) corresponde a uma altura máxima da parede da barragem de 96 metros. Na altura em que o projecto foi relançado, em 1992, os estudos técnicos de avaliação global então realizados debruçaram-se sobre várias alternativas. E concluíram que com a opção pela cota 139 só seria possível regar uma área de 60 000 hectares (54% dos previstos 110 000 hectares), perdia-se mais de 50% do volume de armazenagem (porque reduzir a cota em 13 pontos significaria diminuir a capacidade de armazenagem no cimo e na parte mais larga da "taça") bem como a capacidade de regularização dos caudais do Guadiana e "comprometidos ficariam o aproveitamento do potencial energético, o fornecimento de água a Sines e ao litoral alentejano e a regularização de caudais para o abastecimento de água ao Algarve e a Espanha". Lembremo-nos que, de acordo com o Convénio Luso-Espanhol, Portugal está obrigado a fornecer, a jusante, um certo volume de caudais ao país vizinho tal como a Espanha nos fornece a montante. E afirmava ainda o estudo que "não parece lícito promover a construção de infra-estruturas no Guadiana que possam condicionar, irreversível ou fortemente, a plena utilização dos seus recursos naturais e renováveis, só atingido o nível de pleno armazenamento fixado à cota 152". Aliás, à cota 152 pode alargar-se a área de rega até aos 140 000 hectares, abrangendo também o sistema de Ardila e, portanto, a margem esquerda do Guadiana, que agora ficaram de fora mas que à cota 139 seriam excluídos para sempre.

Isto é, a redução da cota 152 para a cota 139 significaria a transformação do Alqueva num "Alquevinha" sem condições para funcionar como reserva de água em relação às restantes barragens do sistema e perdendo-se igualmente a sua função estratégica e de fins múltiplos. Desmontada esta parte da tese outros argumentos avançaram. Tratar-se-ia agora de fazer o seu enchimento faseado. Só que o "esperar para ver" enchendo agora até à cota 139, aferir como o processo se desenrola e daqui a sete ou oito anos, se for caso disso, encher o restante, coloca problemas, inclusivamente de ordem ambiental e de ordenamento do território completamente irresolúveis. É que não só nesse período não se poderia promover o aproveitamento da valia energética como se criaria, nas margens do perímetro da albufeira (que tem só 1100 Km), uma "terra de ninguém" de muitos quilómetros, a aguardar a decisão final, inviabilizando a definição e execução de qualquer plano de ordenamento e dando pretexto para crescentes pressões dos interesses turísticos e imobiliários. Acresce que a cota 139 não evitaria a inundação da fábrica da Portucel (que se situa à cota 115) nem da aldeia da Luz (cota 135).

Outro argumento ainda é que a variação intermédias à cota 152 deixa "a descoberto sazonalmente áreas visivelmente importantes, de aspecto árido e com grandes dificuldades técnicas de tratamento paisagístico". É verdade. Mas afirma o estudo realizado que "à cota 152 a variação prevista para o nível das águas quase que atinge os 20 metros, mas à medida que a cota baixa essa variação tende a aumentar". Assim, à cota 139 "a variação dos níveis na albufeira subiria para cerca de 50 metros". Finalmente, quanto à qualidade dos caudais vindos de Espanha. É verdade que há aqui, como noutros cursos de água, problemas passíveis de preocupação. Mas a solução é exigir o pleno cumprimento do Convénio Luso-Espanhol, o funcionamento da Comissão de Acompanhamento e a instalação, à entrada de Portugal, de estações de monitorização. Quanto a perigos de salinização eles só existirão na embocadura e, mesmo assim, sublinha o Estudo de Impacte Ambiental (que afirma que globalmente os impactos são positivos), serão menores do que sucede actualmente.

Os problemas, pois, não estão na cota 152 embora, obviamente, a minimização dos impactos ambientais na sua vertente negativa deva prosseguir. Bem pelo contrário. Os problemas residem no facto das indefinições, atrasos e recusa do Governo em abordar questões centrais que se colocam ao empreendimento (como o PCP já largamente demonstrou) poder comprometer Alqueva como "componente de uma estratégia de desenvolvimento global para o Alentejo". Este é que é o combate para o qual interessa mobilizar esforços.



Agravam-se os défices das nossas relações económicas com o exterior

Avolumam-se os sinais de crise quanto à situação económica

## Urge inverter o rumo

«O tempo de semear ilusões acabou». Nesta frase sintetizou Octávio Teixeira, em juízo muito crítico, a actual situação económica do País, que considerou «deveras preocupante».

O líder parlamentar do PCP falava na interpelação ao Governo feita pelo PSD exactamente sobre política económica. Foi numa das sessões plenárias da semana transacta, no decorrer da qual o deputado comunista exigiu do Governo reformas que resolvam os desequilíbrios estruturais da nossa economia.

Reformas que, na perspectiva do PCP, passam, por exemplo, por uma alteração do padrão de especialização produtiva em que assenta a nossa economia, o qual, na opinião de Octávio Teixeira, não tem qualquer futuro, face designadamente «ao previsto alargamento da UE a leste e à acelerada abertura dos mercados europeus à exportação dos países asiáticos».

Urgente e necessária, ainda segundo o presidente do Grupo comunista, é também a melhoria da produtividade, um objectivo que todavia não pode ser alcançado assente nos baixos salários. «Essa é uma aposta perdida, nas perspectivas social e económica», advertiu o deputado comunista, para quem o aumento da produtividade

carece, isso sim, de «reformas profundas e estruturais» em planos como o da gestão e organização das empresas e ao nível da «inovação dos processos produtivos».

**O aumento da produtividade com base nos baixos salários é uma aposta perdida**

Mas para resolver os problemas da economia portuguesa outras reformas profundas importa igualmente adoptar. Delas falou também o dirigente comunista, chamando a atenção para a importância de uma actuação em profundidade em áreas como a saúde, educação e justiça, bem como para a necessidade de operar a descentralização administrativa.

São no entanto orientações como estas que o Governo persiste em não querer seguir, como o comprova o plano de redução de despesa que se prepara para aprovar. Esse, no entender do PCP, não é o caminho certo para fazer frente à actual situação económica do país. «Temos que o Governo julgue que ultrapassará a situação impondo cortes mais ou menos pesados em despesas orçamentais de natureza social, impondo o apertar do cinto aos trabalhadores e

reformados», afirmou o presidente da formação comunista, para quem essa «seria uma via socialmente injusta e politicamente inaceitável. Para além de ser a via, por querer vencer desequilíbrios com medidas conjunturais, que no passado apenas serviu para somar «novos erros a erros anteriores».

Com resultados que estão à vista. Foi sobre esse «retrato fiel da situação económica» que também falou Octávio Teixeira. Para recordar, por exemplo, o facto de o nosso País, entre os parceiros da UE, ser o que regista a maior desaceleração do crescimento económico. E onde os défices das relações económicas com o exterior não cessam de agravar-se (o défice da balança de mercadorias ultrapassou os 13 por cento do PIB, a balança corrente atinge já os 2400 milhões de contos, o défice da balança comercial representa já 85 por cento das exportações portuguesas).

Lembrada por Octávio Teixeira foi ainda a circunstância de Portugal ser hoje um país «perigosamente endividado», com uma inflação que disparou e, em consequência, absorveu os aumentos salariais e os aumentos nominais dos pensionistas e reformados. Para completar o quadro, observou, assiste-se pelo segundo ano consecutivo à derrapagem das receitas fiscais.

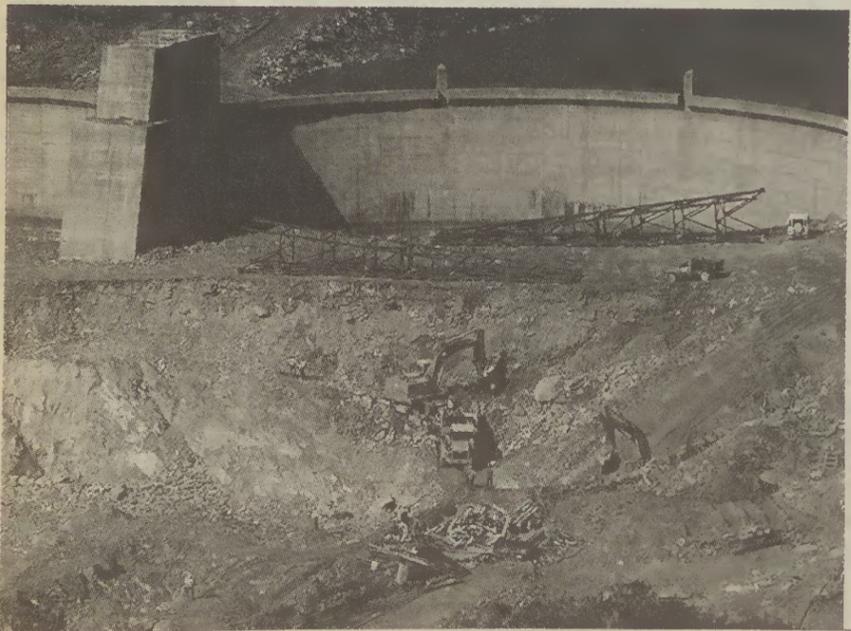
## Insegurança na Damaia PCP exige medidas

Tem aumentado nos últimos tempos o sentimento de insegurança na freguesia da Damaia, Amadora. Os relatos de furtos e actos de violência são frequentes. A situação chegou a um ponto tal que levou 753 alunos da Escola Secundária D. João V a subscreverem um apelo dirigido aos órgãos de soberania e à Câmara Municipal da Amadora no qual alertam para o agravamento de ocorrências hostis, solicitando simultaneamente uma intervenção adequada das autoridades.

Quem também não está indiferente ao que se passa é o deputado comunista António Filipe. O que o levou já a questionar o Governo, em requerimento dirigido ao Ministério da Administração Interna, sobre as medidas que

tenciona tomar para melhorar as condições de segurança e tranquilidade da população da freguesia da Damaia.

Os problemas de insegurança com que a população está confrontada, no entender do parlamentar do PCP, exigem a adopção de medidas concretas e imediatas. Tanto mais que, como refere no texto, «não é possível invocar a falta de meios financeiros para esse efeito, na medida em que o PIDDAC para 2001 tem inscrita uma verba de 130 mil contos destinados a instalações para forças de segurança na Damaia». E, que se saiba, como observa António Filipe, não está em curso qualquer obra que concretize o investimento previsto.



# Última fase de privatização da Brisa Mais um bodo para o grande capital

O Governo prepara-se para privatizar o que resta de capital do Estado na Brisa (Auto Estradas de Portugal, SA). É a alienação de património público em favor do grande capital, sem acautelar os postos de trabalho e os direitos dos trabalhadores.

Em resultado de uma política desastrosa de privatizações, há fundadas razões para reexaminar que voltem a repetir-se procedimentos que a vida demonstrou não servirem nem o interesse nacional nem os interesses de quem trabalha. O assunto está a suscitar viva preocupação entre os trabalhadores da Brisa e motivou já uma tomada de posição do Grupo Parlamentar do PCP. Foi através de um requerimento, assinado pelo deputado Joaquim

**A alegada  
reestruturação  
anunciada  
pela Brisa  
poderá significar  
a eliminação  
de centenas  
de postos  
de trabalho**

Matias, no qual o Governo é interpelado sobre o que pensa fazer para salvaguardar os direitos dos trabalhadores e evitar que se repita o ocorrido em processos de privatização anteriores como o da AENOR (Auto Estradas do Norte, SA).

Com esta quarta fase de privatização da Brisa, agendada para breve, através de OPV e venda directa a instituições, o Estado aliena os 4,76 por cento de capital que ainda detém em seu poder. O Executivo concretiza assim a entrega desta importante

empresa aos grandes grupos económicos, como é o caso da família Mello e accionistas seus aliados, que, segundo recentes notícias vindas de público, controlam já 30,21 por cento do seu capital.

E tal como se passou em outros processos idênticos, também aqui foram já encetadas diligências por parte da administração cujo verdadeiro intuito está longe de ser o anunciado. É o caso de uma ordem de serviço da administração da Brisa onde esta anuncia um «processo de reestruturação geral (...), visando a constituição de um grupo económico assente numa *holding*». E mais refere que «numa perspectiva de habituação ao novo modelo, considerou-se vantajoso começar a funcionar como se a nova arquitectura societária já existisse».

Para os sindicatos - o CESP (Comércio, Escritórios e Serviços de Portugal) e o CESNORTE -, como salientam em comunicado, não passam de «palavras mansas»

destinadas a esconder a verdade.

E a verdade, segundo documentos internos a que os trabalhadores tiveram acesso, é que a empresa pretende «externalizar» vários sectores, isto é, libertar-se deles, recorrendo, ulteriormente, à subcontratação.

São concretamente os casos da gestão de empreendimentos (projecto, expropriações, concursos, fiscalização), gestão de circulação e segurança (assistência a clientes, patrulhamento), gestão de equipamentos e sistemas (manutenção de sistemas, desenvolvimento de equipamentos), gestão da conservação civil (conservação corrente/obra civil).

O que está em causa, pois, a concretizar-se esta alegada «reestruturação», como alerta o deputado comunista Joaquim Matias, é a redução e/ou extinção pura e simples de centenas de postos de trabalho, tanto mais que a própria Brisa, para os sectores acima designados, utiliza para todos eles os termos «associados muitas vezes entre si», «*spin-off*» e «recurso à subcontratação».

Daí que o parlamentar comunista tenha ainda instado o Governo a revelar se tem conhecimento destas situações e se conhece o conteúdo daqueles documentos e, em caso afirmativo, qual a sua opinião sobre o respectivo teor.



Privatização da Brisa avança pondo em causa direitos dos trabalhadores

## Quotizações sindicais

A Assembleia da República aprovou, na passada semana, o novo sistema de cobrança de quotizações sindicais.

O texto final do diploma resulta de propostas apresentadas, em projectos de lei, pelo PCP e PS.

O novo regime prevê a obrigatoriedade das entidades patronais procederem aos descontos desde que solicitados pelos sindicatos ou pelos trabalhadores em nome individual. Votaram favoravelmente, para além das bancadas comunista e socialista, o PEV, o BE e o deputado laranja Arménio Santos. PSD e CDS/PP votaram contra.

Os deputados aprovaram ainda a baixa à comissão sem votação do projecto de lei do PCP sobre acumulação de pensões com rendimentos de trabalho.

Com esta iniciativa legislativa o Grupo comunista pretende corrigir situações de injustiça decorrentes da lei vigente e que atingem de modo particular os deficientes de fracos rendimentos de trabalho.

Por si preconizado é, designadamente, a possibilidade de acumular as pensões de invalidez para o exercício da profissão com os rendimentos do trabalho em profissão para a qual o trabalhador não tenha sido considerado incapaz. Como limites de acumulação, o PCP propõe o equivalente a duas vezes o salário mínimo nacional, ou, se tal for mais favorável, o valor da remuneração de referência tomada em consideração no cálculo da pensão.

## Orçamento rectificativo

O Orçamento rectificativo, que o Conselho de Ministros deverá aprovar hoje, será debatido e votado na Assembleia da República no próximo dia 29, de acordo com a decisão da conferência de líderes tomada na passada semana. Após o debate na generalidade, com início marcado para as dez horas, inicia-se o debate na generalidade, seguido da votação, também na generalidade. Volvida cerca de hora e meia, o Orçamento rectificativo é apreciado na especialidade e em votação final global. A sessão plenária de hoje será preenchida com o debate de um pacote legislativo do Governo, que inclui, entre outras matérias, uma proposta de alteração da lei orgânica da Polícia Judiciária, um outro diploma que altera o regime penal do tráfico e detenção de armas e propostas sobre branqueamento de capitais.

Para o próximo dia 28, depois do debate sobre o Estado da Nação, ficou agendada a discussão da proposta do Governo que altera a lei orgânica de bases da organização das Forças Armadas.

Empresa têxtil  
fecha em Barcelos

## 140 trabalhadores no desemprego

Indignação e revolta é o que sentem os 140 trabalhadores da empresa têxtil Malhas Comax, em Barcelos, recentemente lançados no desemprego após o encerramento concretizado na sequência da falência decretada pelo tribunal.

Para os trabalhadores e seus representantes continuam por clarificar as razões que levaram a empresa - que se encontrava desde 1992 com processo de viabilização económica - a uma tal situação, tanto mais que é conhecida a existência de encomendas que asseguravam o escoamento regular da produção.

A grande maioria dos trabalhadores só foi avisada dois dias antes do encerramento, vivendo hoje um quadro de angústia e incerteza quanto ao futuro, já que grande parte deles tem

idades superiores a 45 anos. Preocupado com a situação criada está também o deputado Agostinho Lopes que tomou já a iniciativa, em requerimento dirigido ao Governo, de indagar sobre a avaliação que este faz das razões que conduziram ao encerramento da empresa, a laborar há mais de 20 anos, e que justificam o fracasso do processo da sua viabilização económica.

No texto, o deputado do PCP pergunta ainda quais e de que valor foram, se existiram, os apoios comunitários e nacionais à empresa durante a sua existência, inquirindo igualmente o Executivo sobre as medidas que pensa adoptar para responder à situação de desemprego dos trabalhadores atingidos, especialmente os mais idosos.

A política de transportes seguida pelos últimos governos, privilegiando o transporte particular em detrimento do transporte público, está na origem dos problemas de congestionamento nos principais centros urbanos, de degradação do meio ambiente e do calvário e perda de tempo que representa hoje para milhares de pessoas o movimento pendular casa-trabalho. Esta realidade voltou a ser recordada no Parlamento pelo deputado comunista Joaquim Matias. Foi a propósito de um projecto de lei do PSD sobre o acesso à actividade dos transportes em táxi e sobre o exercício da profissão de motorista naqueles veículos automóveis, diploma em debate na semana transacta e que baixou à comissão sem votação.

Recorde-se que já na anterior legislatura o PCP apresentou um projecto de lei em

Motorista de táxi  
e o acesso à actividade

## Pela valorização profissional

que definia um quadro regulamentador da actividade taxista, com o objectivo de clarificar quer as condições para a ela aceder quer ao exercício da profissão de motorista de táxi. Posteriormente, através de autorização legislativa, coube ao Governo publicar dois decretos-leis sobre a matéria, cuja regulamentação não só está ainda incompleta como revela em certos casos ineficácia. Estão nesta situação, como lembrou Joaquim Matias, o acesso pelos motoristas à capacidade técnica ou profissional e os regulamentos de acesso às licenças para a actividade no sector. Em qualquer dos casos, frisou, não têm sido levados em conta, como deveriam, os problemas sociais do sector e o seu desenvolvimento económico.

Para a bancada comunista resulta claro, pois, que é na

política de transportes e na regulamentação das leis vigentes - que permitem definir quem pode e em que condições se pode ser proprietário ou condutor de táxi - que deveria residir a primeira prioridade do sector, cumprindo as normas estipuladas como condição para a «dignificação e qualificação da actividade e para a própria valorização da profissão».

Ora sucede que o projecto do PSD não dá resposta a esta prioridade, tal como não aborda uma outra, igualmente encarada como prioritária, que é a da criação objectiva de condições de segurança para os profissionais. Daí que a bancada do PCP tenha defendido que o diploma só deverá ser votado após audição das organizações do sector - Antral, Federação do Táxi e sindicatos rodoviários.

Nova concentração frente ao ME

## Professores em luta

Os professores do ensino especial e os educadores de infância estão em luta. Em causa a qualidade e as condições de trabalho nestas diferentes áreas.

Professores e educadores ligados à educação especial, concentraram-se, terça-feira passada, frente ao Ministério da Educação, para contestar a intenção governamental de reduzir o número de docentes nesta área.

O objectivo desta iniciativa, que envolveu ainda organizações ligadas a pessoas com deficiência, foi tentar chamar a atenção da opinião pública para a gravidade de uma eventual redução do número de professores de apoio a crianças e jovens com necessidades educativas especiais.

Em documento divulgado

pela Federação Nacional dos Professores (FENPROF), refere-se a perspectiva de degradação deste apoio no próximo ano lectivo, o que deixaria numa situação particularmente difícil tanto os jovens afectados como os respectivos encarregados de educação, representando um retrocesso na política de «inclusão» destas crianças e jovens.

A FENPROF revelou ter indicações de que o Ministério da Educação pretende reduzir, no próximo ano lectivo, 3714 lugares de professores e educadores ligados à educação especial nas escolas.

No presente ano lectivo foram destacados, no continente, 6700 professores nesta área, enquanto a quota para 2001/2002 aponta para o destacamento de apenas 3026 docentes.

De sublinhar que o número actual de docentes a trabalhar neste âmbito é já insuficiente, estando Portugal ainda aquém do que estava previsto numa recomendação do Conselho Nacional de Educação, emitida em 1998.

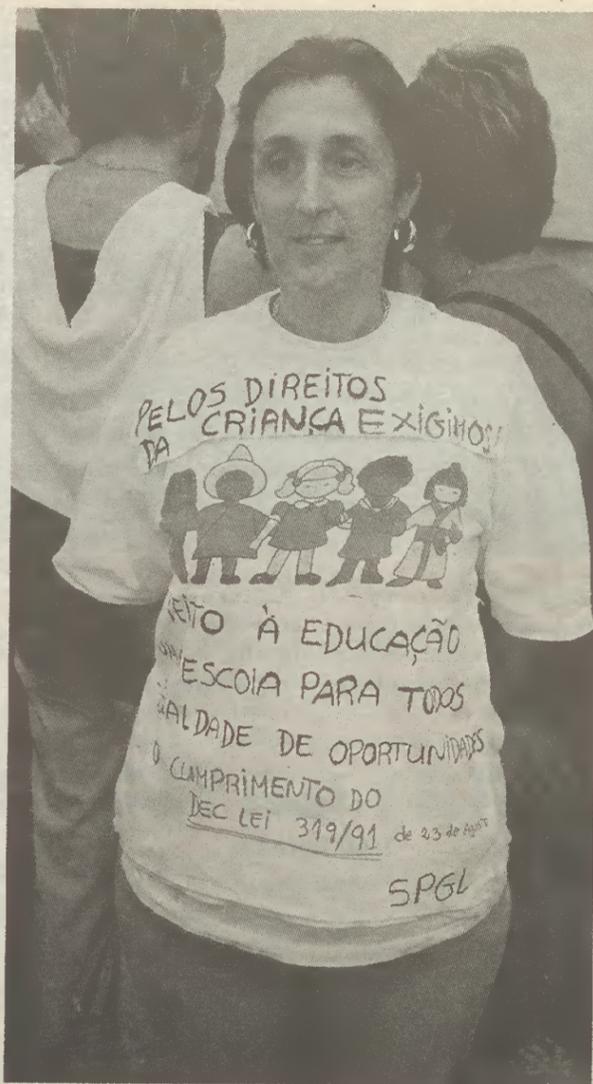
### Educadores de infância marcam greve

A Federação Nacional de Professores marcou, para dia 26 deste mês, uma greve nacional de educado-

res de infância da rede escolar pública. Esta forma de luta foi aprovada na concentração nacional de educadores de infância que se realizou no passado dia 8, frente ao Ministério da Educação, e que contou com a presença de centenas de docentes da educação pré-escolar.

Os educadores de infância consideram que o ME desvaloriza a educação pré-escolar e exige o calendário escolar aplicado a todos os estabelecimentos de educação e ensino não superior da rede pública.

A FENPROF considera que, ao confundir e misturar a componente pedagógica com a sócio-educativa (que deverá garantir um horário de atendimento alargado), o ME desvaloriza a educação pré-escolar.



Concentração de professores do ensino especial



## Autoridade marítima – afinal como é?

Com a abertura da época balnear (conceito este, aliás, a necessitar de reformulação), surgem as notícias de sempre. É a «guerra» das bandeiras azuis; é a falta de nadadores-salvadores; é o enredo em torno dos concessionários, etc.

Há muito que o PCP alertou para estes problemas, mas alertou sobretudo para a necessidade de agarrar o tratamento destes problemas tratando as questões de fundo – que sistema de autoridade marítima? Foi neste sentido que, entre tantas outras iniciativas, por proposta do PCP foi realizada uma audição parlamentar.

Aquilo que tem sido feito ao longo dos anos é o desmembramento paulatino do Sistema. Transferiram-se competências para a área marítimo-portuária e para o ambiente. Transferiram-se competências para as autarquias sem as necessárias clarificações. Quem opera no Sistema continua a ser maltratado. A Polícia Marítima continua ligada ao Ministério da Defesa e, inexplicavelmente, isso é razão para ser discriminada face às outras polícias. E continua há 3 anos – fantástico – à espera de um decreto regulamentar dos seus direitos associativos.

A prosseguir o actual rumo, a polícia marítima corre o risco de se ver transforma-

da num braço armado da área marítimo-portuária.

Quanto às praias, continuam somente vigiadas as que têm concessionários e só durante o conceito actual de época balnear. Os nadadores-salvadores continuam sem critério uniforme quanto a vencimentos ou a executar tarefas de apoio aos concessionários que nada têm a ver com vigilância e salvamento, etc.

É certo que entretanto foram constituídas associações de nadadores-salvadores que ganharam assim alguma capacidade reivindicativa. Mas é inegável que isto é muito pouco, até porque esta capacidade, entre outros factores, varia em função do fluxo de frequentadores de dada zona balnear. Por outro lado, os planos de ordenamento da orla costeira colocam a necessidade de vigilância todo o ano, ou seja, perspectivam a existência de um corpo permanente de vigilância. Mas em que termos? Supervisionado e sustentado por quem? De carácter público ou privado?

Chegados aqui facilmente percebemos a necessidade de uma profunda reflexão sobre o futuro. A reflexão que o PCP tem exigido e o Governo tem ignorado, substituindo-a por acções de marketing político.

## Hoje é dia da prova de Matemática

Hoje é a prova de Matemática para os milhares de estudantes envolvidos em exames nacionais.

Segunda-feira começou, com as provas de Português e Literatura Portuguesa, a época dos exames do 12.º ano, que servem simultaneamente para concluir o ensino secundário e concorrer a uma universidade ou instituto politécnico. Para os 90 mil alunos que participaram nestas provas, o primeiro dia dos exames nacionais decorreu normalmente, apesar de, na Escola Secundária da Batalha, 80 alunos não terem podido realizar este primeiro

exame, devido à greve de professores ligados à Associação Sindical de Professores Licenciados e pelo Sindicato Nacional dos Professores Licenciados.

Este ano, na primeira fase dos exames nacionais, estão inscritos 145542 alunos. A primeira fase termina a 6 de Julho, seguida pela segunda chamada, que terminará a 20 de Julho.

Do total de alunos inscritos, 80 por cento pretende seguir estudos para o nível superior, enquanto 20 por cento realizam os exames para concluir o ensino secundário.

## IP3 à espera de respostas

A Associação de Utentes e Sobreviventes do IP3 responsabilizou o Governo por mais um acidente registado naquele itinerário, próximo de Penacova, do qual resultou um morto.

Anabela Bragança, membro da associação que em Março promoveu uma marcha lenta em protesto pela falta de segurança no IP3, realçou que «a estrada ruiu há cerca de três meses por causa da chuva e foi roubada a faixa do sentido Viseu-Coimbra, sem que tenha havido qualquer obra», lembrando a vítima mortal de um outro acidente ocorrido recentemente no mesmo local, por não se ter apercebido que o trânsito de Viseu para Coimbra se estava a processar pela faixa de ultrapassagem do sentido Coimbra-Viseu.

Anabela Bragança, candidata da CDU à Câmara Municipal de Penacova, recordou que após a marcha lenta realizada a 23 de Março entre o nó de Souselas e Oliveira do Mondego, o Governo anunciou «milhões de contos para o IP3», mas até agora ainda não se iniciou qualquer obra.

A Associação de Utentes e Sobreviventes do IP3 questionou há algumas semanas a comissão parlamentar responsável pelas vias rodoviárias sobre a situação das obras previstas para o itinerário, mas ainda não obteve uma resposta.

Não estão previstas para já novas formas de protesto, mas estas poderão ser equacionadas se, até dia 15 do próximo mês, a associação não receber qualquer resposta do Governo.

## Sebastião Salgado em Faro

O fotógrafo brasileiro Sebastião Salgado apresenta em Faro, de 29 de Junho a 29 de Julho, no espaço da antiga fábrica de cerveja Portugal, a exposição «Workers – Trabalhadores», sobre a temática das profundas diferenças do planeta Terra, entre o Norte da abundância e o Sul das carências.

O registo das desigualdades é a pedra de toque temática da exposição, com imagens reais e de uma crueza característica do trabalho de Sebastião Salgado, desvendam a trajectória de um homem sofredor, «o que se adapta, o que sobrevive, o que crê - o que trabalha».

## Reuniões em Gouveia e Viseu

# Em defesa do mundo rural

A defesa da agricultura familiar e dos baldios, como propriedade comunitária, estiveram no centro dos debates, em iniciativas que reuniram agricultores e compartes da Guarda e Viseu.

Muitas dezenas de agricultores de vários concelhos do distrito da Guarda participaram, no passado domingo, em Gouveia, no Encontro Distrital de Agricultores – Assembleia Geral da ADAG.

Promovido pela Associação Distrital dos Agricultores da Guarda, o encontro permitiu uma viva discussão sobre os problemas que afectam a agricultura e, em particular os agricultores da Guarda.

A subida dos rendimentos dos agricultores, «com garantia de preços justos à produção, créditos e seguros adequados às condições específicas da produção agrícola do distrito», bem como uma criteriosa distribuição de ajudas, foi um dos problemas focados.

Os participantes frisaram ainda a exigência de melhor Segurança Social, «impedindo a criação de uma segurança social de 2.ª classe para os reformados rurais».

Uma floresta de uso múltiplo e a fruição dos baldios pelos povos, foi outro dos temas abordados. Exigência que pressupõe «um ordenamento florestal, articulado com as explorações agrícolas, combater a floresta industrial ao serviço dos interesses

**Agricultores exigem ordenamento florestal, articulado com as explorações agrícolas**

gananciosos da agro-indústria, a florestação prioritária das áreas ardidas com espécies autóctones e apoio ao rendimento dos agricultores para preservação e manutenção das florestas».

Muitos outros problemas estiveram em debate, da importância de um movimento cooperativo democrático, ao serviço da produção agrícola regional, à necessidade de uma política de integração comunitária adequada aos interesses da pequena e média lavoura, passando pela importância de mais apoio técnico e esclarecimento e ajuda na elaboração de projectos viáveis.

A encerrar a Assembleia, foi reafirmada a disposição da ADAG de prosseguir o fortalecimento e expansão da Associação, «em defesa da agricultura familiar e do mundo rural».

### Em defesa dos baldios

A criação, pelo Ministério da Agricultura, da Comissão para a Gestão das Matas Públicas e Comunitárias (COFLORGEST) é denunciada pela BALFLORA, Secre-

tariado dos Baldios do Distrito de Viseu, como «mais uma tentativa de desvirtuar a essência dos baldios como propriedade comunitária».

Em moção aprovada no Encontro Distrital de Baldios, realizado no passado dia 10 de Junho, é denunciada a forma como foi criada esta Comissão, «à revelia de qualquer processo negocial com os Secretariados Distritais de Baldios» e repudiada «qualquer tentativa de entregar a interesses privados a gestão de baldios».

A BALFLORA exige total liberdade para as Assembleias de Compertes «para se poderem candidatar aos apoios comunitários tendo em vista a elaboração e execução de projectos para o desenvolvimento dos baldios (entendidos sempre como património dos povos e componente fundamental da estrutura agrícola familiar do mundo rural)» e rejeita qualquer espécie de medidas discriminatórias.

No Encontro Distrital de Baldios foi ainda decidido apoiar a realização da IV Conferência Nacional dos Baldios, que terá lugar em Vila Real, no próximo dia 1 de Julho, e mobilizar os compartes e órgãos de administração dos baldios para «todas as acções que venham a ser promovidas em defesa da agricultura familiar e dos baldios», apoiando desde já a concentração prevista para o acto inaugural da AGROVOUGA, no próximo dia 7 de Julho, em Aveiro.



## Tiques perigosos

• Manuel Rodrigues

Na mesma semana em que os trabalhadores da administração local entravam numa jornada nacional de luta, os trabalhadores da Câmara Municipal de Viseu, afectos à recolha e transporte do lixo, estiveram em greve durante seis dias (de 8 a 13 de Junho). Na origem da luta esteve a atitude arrogante e antidemocrática da Câmara Municipal de Viseu ao impor novos horários para os turnos destes trabalhadores, obrigando-os a trabalhar sem qualquer folga ao fim-de-semana, durante quatro meses consecutivos. Um luta igual a tantas outras, não fossem os insólitos e rocambolescos episódios que marcaram o seu processo e de que aqui se deixa a devida nota. Para que conste.

### Episódios insólitos

1 – O presidente da Câmara Municipal de Viseu (PSD), mal foi informado da greve, desdobrou-se em acções de pressão e intimidação junto dos trabalhadores, tendo em vista demovê-los da luta encetada.

2 – Apesar disso, a luta prosseguiu. A Câmara avançou, então, para o terreno da ilegalidade. Numa atitude de afrontamento à Lei da Greve, «contratou» uma empresa para fazer o serviço dos trabalhadores em greve. O STAL apresentou queixa imediata ao Ministério Público.

3 – O vereador do PS e primeiro candidato da lista do PS à Câmara Municipal de Viseu nas próximas eleições autárquicas também não quis ficar de fora. Numa acção de baixa demagogia junto dos trabalhadores, decide propor-lhes uma reunião. A reunião realiza-se. Estranhamente (ou talvez não), entra como vereador e sai como candidato apelando ao voto nas listas do PS. Entre uma coisa e a outra, não conseguiu esconder o seu incómodo, quando, ao chegar aos estaleiros da Câmara, deparou com a presença no local do responsável pela DORV do PCP (ali presente em acto de solidário apoio aos trabalhadores em luta, como é, aliás, a postura natural deste Partido).

4 – Quarto dia de greve. Os trabalhadores concentram-se no Rossio (frente à Câmara). Seguram duas faixas onde se lê: «recolhemos o lixo, não somos lixo» e «queremos horários justos pelo direito à vida em família». Presentes também dirigentes da União dos Sindicatos de Viseu, do STAL, do PCP e vários jornalistas. Há som, palavras de ordem, intervenções. Distribui-se um comunicado à população. Eis senão quando, do alto do pedestal do poder laranja, desce o augusto vice-presidente da Câmara. Dirige-se à concentração dos trabalhadores. Um trabalhador (eleito pelos colegas para os representar em processos negociais) avança. Sua excelência enfrenta-o, fulminante: «consigo não

falo, tem que ser uma pessoa mais velha». E, sem mais rodeios, escolhe três trabalhadores para subirem ao seu gabinete, ignorando e marginalizando os dirigentes da União dos Sindicatos de Viseu e do STAL ali presentes, sob o protesto dos restantes trabalhadores que o acusam de arrogância e desrespeito. 5 – Acossada pela luta (de que, provavelmente, não estava à espera), a Câmara vacila. Aceita que os trabalhadores possam gozar um domingo, de três em três semanas. Estes não aceitam e contrapõem uma maior rotatividade (um fim-de-semana de quinze em quinze dias) e a prestação de um serviço geral de melhor qualidade, em particular, às freguesias rurais. O presidente da Câmara, ameaçador, intimida, de novo: «se mantiverem a greve e eu chegar à conclusão que o reforço dos carros de recolha do lixo do Planalto Beirão são suficientes para uma limpeza eficaz, avançarei com a suspensão do serviço da autarquia, conquanto que tal decisão me desgoste. Espero não ter de chegar a isto...»

E remata, no tom de diálogo que lhe é característico (a fazer morrer de inveja o «dialogante» Governo de António Guterres): «Disse-lhes que não devem dar ouvidos a abutres que tudo prometem e nada fazem. Espero que pensem bem, para bem de todos.»

### Interrogações e evidência

Em conclusão, algumas interrogações e uma evidência:

As interrogações:

– A que aves de rapina se estaria a referir o presidente da Câmara de Viseu, quando, naquela animalesca comparação, acabou por insultar os abutres? A Câmara (para quem os trabalhadores não têm quaisquer direitos)? Ao Governo (tão fervoroso adepto da polivalência e da flexibilidade laboral)? Ao PS e PSD (que aprovaram na AR a Lei da polivalência e da flexibilidade)? Ao vereador/candidato do PS que logo aproveitou a deixa para fazer promessas (que depois não cumpre) e pedir votos? Ou a todos em conjunto?

– Ao proclamar aquela máxima moral («Espero que pensem bem...»), não estaria sua excelência, por um qualquer lapso de memória, a julgar-se no exercício de um cargo dos idos tempos da velha senhora (a tal que há 27 anos se finou)?

A evidência:

Suspensa a greve, em comunicado à população, o STAL informava que «a greve foi suspensa após o poder político da autarquia ter aceite as propostas apresentadas para alteração do horário de trabalho», condenando, ao mesmo tempo, «qualquer tentativa de entrega ao sector privado destes serviços». Ou seja, porque souberam resistir ao ataque dos abutres, os trabalhadores venceram. Que pensem bem nisto os interessados.



Agricultores do interior, uma população esquecida

## MURPI organiza piquenício

Cerca de cinco mil idosos de todo o país participaram, no passado dia 16, na Quinta do Serrado, em Amora/Seixal, no 7.º Piquenício Nacional do MURPI – Confederação Nacional de Reformados, Pensionistas e Idosos.

Uma iniciativa de cultura, fraternidade e convívio de gerações, por cujos palcos desfilaram 52 grupos de cantares e ranchos folclóricos, envolvendo 930 pessoas.

Em comunicado divulgado à imprensa, o MURPI sublinha que a festa foi também «uma afirmação de que nós, os idosos, ainda possuímos muito para transmitir às gerações mais novas, embora também nós tenhamos muito a aprender com estas».

E a confederação reclama: «criem condições, dêem-nos apoios, reconheçam-nos como

parceiros sociais» e «a vida desta camada etária será mais risonha».

Em Loures, e numa perspectiva de «valorização social da pessoa idosa» e criação de «um ambiente social que possibilite a plena afirmação das suas capacidades e a promoção de práticas sociais de interacção geracional», foi agora lançada a 3.ª edição do concurso «Era uma vez...».

Histórias populares com características de contos infantis é o desafio proposto pela Câmara Municipal de Loures aos residentes no concelho, com mais de 55 anos.

Os interessados devem enviar um máximo de dois textos, até 6 de Julho, e a entrega de prémios, após apreciação do júri, decorrerá durante a iniciativa «Viver em Outubro».

José Vila festeja 20 anos a promover a cozinha tradicional algarvia

• Domingos Mealha

## O «Chico Altura»

«O «Chico Altura» foi, até aos anos sessenta, o símbolo vivo do apanhador de bivalves. Figura esguia, silhueta esbelta, recorda-nos o D.

Quixote, porém, sem idealismos; ele foi um peregrino, trouxe a pré-história até nós. Transportava-se no seu burro derreado e de dorso vergado. Quantas vezes com os seus pés descalços – dignos de um Portinari – ajudou o jumento na sua caminhada lenta, como se as suas longas pernas fossem remos.

Quando regressava do rio, não trazia apenas marisco, trazia também limões, conciliando, assim, as coisas da terra e do mar. Foi com ele que, num fim de tarde, percebi a sabedoria de comer lingüeião, amêijoas e berbigão, passados por lume brando, levemente abertos, com um pingo de limão.

O «Chico Altura» foi poeta e aristocrata do rio de Alvor. A sua simplicidade e pureza de vida remetemos, quase, para oito mil anos passados. Afinal, o mesolítico fica-nos ao lado!

Foi encontrado morto, no seu habitat natural, no rio, junto às marismas e sargaços. O seu corpo cheirava a maresia.»

Da introdução ao capítulo Bivalves, pág. 79 de *Coisas da Terra e do Mar – sabores da cozinha algarvia*



## Recortes

Em lugar de destaque, recortes de jornais e revistas exibem na adegas escritos produzidos por jornalistas, gastrónomos, amigos. Alguns, sem qualquer referência, só Vila identifica de memória.

O árbitro Vítor Pereira, n'«A Bola», em Julho de 1995, reconhece que *pôs todos os pratos limpos*.

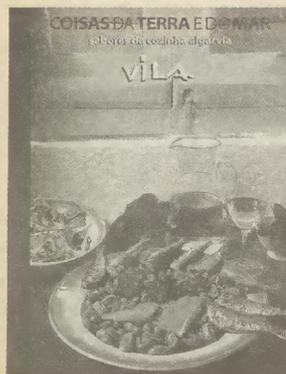
D'«diário», o recorte mais antigo conta «estórias do Hélder», frequentador da *tasca* e que merecia ao vizinho barbeiro o comentário de que «quando um mentiroso fala, o outro cala-se». Explicava Hélder que «a lente de contacto foi inventada por um pescador da Mexilhoeira quando, ao pescar uma liça, saltou do peixe que se contorcera uma escama, que foi parar ao olho de

uma senhora inglesa, que via mal e seguia no comboio de Portimão para Lagos. A senhora inglesa passou a ver bem e daí a invenção da lente de contacto.»

Ali estão recortes do *Público*, *Expresso*, *Visão*, *Capital*, *Jornal de Letras*, *Casa Cláudia*, *Notícias Magazine*, *Evasões*, *Grande Reportagem*...

Entre as assinaturas, figuram as de David Lopes Ramos, José Quitério, Manuel Hermínio Monteiro, Alfredo Saramago, Miguel Sousa Tavares. António-Pedro Vasconcelos, em papel de atalhado, reconhece, num encômio manuscrito, com data de Agosto de 1988, que, «se em tudo há-de haver uma lição/É que é melhor a ementa que o soneto./A comida é divina, os versos não.»

# «Honeste mesa aberta»



O lançamento do livro realizou-se na antiga Fábrica Feu, reunindo representantes da Câmara Municipal de Portimão, do Governo e de outras entidades, bem como várias dezenas de amigos de José Vila e clientes da adegas. Entre estes, estavam António-Pedro Vasconcelos e Margarida Tengarrinha, que leu um excerto da obra. Manuel José Canelas, cabeça-de-lista da CDU às próximas eleições autárquicas no concelho de Portimão, também se apresentou para cumprimentar o autor. Depois dos discursos, naturalmente, houve degustação de algumas iguarias e alegre convívio, que motivos de conversa nunca faltam em ocasiões de festa



**P**intor e cozinheiro, José Vila recusa ser integrado na indústria hoteleira, insiste em fazer da comida um motivo de convívio e de prazer, combate a aculturação gastronómica e deseja «que a minha terra amada seja honeste mesa aberta, sobre o Atlântico e ao mundo». Do livro que lançou sábado, em Portimão, sugere uma receita aos leitores do Avante!

Hesita, das favas à algarvia, que fazem a capa de «*Coisas da Terra e do Mar – sabores da cozinha algarvia*», até à massa de lingüeião...

Irá escolher um xarém (também chamado de xerém, papas de milho e baile de roda), por ser um «prato de resistência», tanto no interior, como no litoral? Ou tomará por base o outro «resistente», o pão, que «quase sempre foi fabricado por homens», mas «na cozinha doméstica algarvia, é feito por mulheres?»

Talvez prefira peixe, daquele que vem mesmo do mar. É que, escreve Vila, «presentemente, proliferam os peixes de viveiro», espécies que «não são capturadas com barcos, nem por pescadores, nem por cães de água; não dão luta, não há arte nem nobreza na sua apanha»; no entanto, «com imaginação e sabedoria, têm chegado aos nossos dias pratos marinhos feitos das mais variadas espécies», e Vila é deles fervoroso adepto: «Quem se atreve a opinar que o carapau alimado é inferior a uma posta de cherne? Que cavalas cozidas com orégãos são inferiores a uma dourada? Que dizer do tamboril, do charroco, do safio que, embora desengraçados e feios, depois de cozinhados nos dão um prazer sublime?»

Por outro lado, «nestes dias globalizantes, os galináceos resistem e é com agrado que deparamos, em certos restaurantes no interior algarvio, com as deliciosas açordas com grão e o toque final da hortelã, os quais nos proporcionam uma verdadeira sinfonia de aromas», enquanto «a carne rija do «bico» prova inequivocamente que ele faz uma maratona diária»...

«Canja de conquilhas. Sim, a canja de conquilhas – olha que não é arroz de conquilhas!» Porquê essa receita? Porque a conquilha «é um bivalve que ainda se pode apanhar ao longo da nossa costa, com a maré vazia, e também se vende com regularidade na

praça». Além do mais, o prato «é de confecção muito simples e é muito saboroso».

### Da prática à teoria

Passou-se isto depois de meia-hora de entrevista, quase ao final da tarde de sexta-feira, na Adegas Vila-lisa, na Mexilhoeira Grande, mesmo a meio-caminho entre Portimão e Lagos. Tudo tinha a aparência de qualquer final de tarde em que, por entre garrafas, quadros e recortes nas paredes, telefonemas a marcar mesa, «Luzia, corta o alho» e preocupações com o toucinho ou as sardinhas que falharam à última hora, José Vila e José Lisa preparavam mais um concerto de sabores para quase uma centena de convivas. É assim há 20 anos, depois das manhãs de compras na praça de Lagos e de mais umas dezenas de quilómetros a serpentear pela serra na busca de queijos, presuntos, enchidos, medronho. «A ligação perfeita dos produtos da terra e do mar, do sol e do sal», que faz da gastronomia tradicional do Algarve uma «cozinha de fusão», requer particulares atenções, quando se trata de levá-la à prática na Adegas Vila-lisa.

Mas na teoria é que estava, precisamente, a novidade daquela tarde: no dia seguinte, sábado, rompendo

uma tradição de muitos anos, a «tasca» iria estar fechada na Mexilhoeira Grande. Ao fim de um ano de trabalho, que lhe custou retirar muitas horas ao prazer maior que é pintar, o Vila ia lançar «*Coisas da Terra e do Mar – sabores da cozinha algarvia*». Mais do que uma colectânea de sete dezenas e meia de receitas, ilustradas com fotografias que denunciavam claramente o olho plástico de quem dirigiu a excelente câmara de João Mariano, a obra – com que Vila assinala também os 20 anos da adegas – é um acto de amor do artista ao Algarve, «minha terra longínqua do prazer e da nostalgia», e com o seu povo.

Desejando «que a minha terra amada seja honeste mesa aberta, sobre o Atlântico e ao mundo», Vila sabe que «o mundo de hoje é mais devastador e impiedoso», mas não se rende. «O Algarve assume-se como parte *sui generis* do património da Cozinha Tradicional Portuguesa» e, para o artista-cozinheiro, «ela está viva». Para além da «tasca» na Mexilhoeira, «na serra algarvia existem vários restaurantes, cuja cozinha é de raiz tradicional». «As mulheres se deve esta iniciativa, pois são elas, tal como no passado, as heróicas e as transmissoras, até aos nossos dias, da cozinha algarvia», e «o litoral há-de seguir-lhes o exemplo, para nosso contentamento».

## Canja de conquilhas (condelipas)



1 kg de conquilhas  
3 colheres de sopa de azeite  
1 cebola  
150 g de arroz  
Coentros  
Sal  
(Para 4 pessoas)

Colocam-se as conquilhas em água do mar durante três horas, para que libertem eventuais restos de areia.

Levam-se ao lume o azeite e a cebola picada e deixam-se cozinhar até começarem a alourar. Adiciona-se água (3 a 4 vezes superior à quantidade de arroz) e espera-se que ferva; junta-se o arroz, tempera-se com sal e deixa-se cozer em lume forte – cerca de 9 minutos – após levantar fervura, mantendo o tacho destapado. Entretanto, lavam-se e escorrem-se as conquilhas.

Após o tempo de cozedura indicado, juntam-se as conquilhas e os coentros picados. Quando as conquilhas estiverem abertas e o arroz cozido, deve servir-se de imediato, em prato de sopa.

**Avante!** Na tua opinião, o que é a cozinha regional algarvia?

Vila: É cozinha de tradição popular, de raízes populares, transmitida de boca em boca e que nasceu da carência de meios dos habitantes do Algarve. É simples, mas é diversificada e de sabores autênticos, que não são traídos: a frescura do peixe, as salgas que as pessoas sabem fazer muito bem – houve uma indústria forte de salgas e conservas de peixe. No Algarve sabem trabalhar o peixe, para consumir fresco e para conservar em salmouras ou em secagem. O mesmo se passa com o porco. E no campo temos as leguminosas.

A cozinha tradicional não é feita por homens, é feita por mulheres, que eram quem tratava das economias da casa e quem confeccionava.

**Como chegas tu a esta cozinha?**

Cozinha e pintura sempre me cativaram, desde a infância. Em pequeno pintava, não cozinhava, mas gostava da comida, de estar à mesa, de ver fazer, de cheirar, de andar na cozinha a destapar tachos...

**Qual das duas preferes?**

Quando estou muito tempo só com uma delas, sinto saudades da outra,

principalmente da pintura. A pintura embala-nos mais, agarra-nos mais à vida, dá-nos mais sensações.

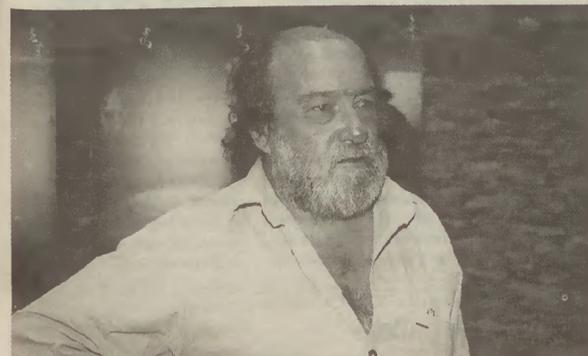
**Fizeste alguma investigação no campo da gastronomia?**

A investigação foi feita a partir dos meus 17 anos, encontrando os paladares e conhecendo as vivências nas tabernas, nas tertúlias, nos barcos, em casa das pessoas... Nunca me passou, nessa altura, pela cabeça que uma riqueza destas se pudesse perder. Mas constatei depois que houve uma regressão, a aculturação da cozinha, a seguir à vinda de muitos estrangeiros para o Algarve, nos anos 60.

**Há perigo de se perder a cozinha tradicional?**

Pode-se dizer que ela está perdida. A industrialização dos produtos alimentares e as facilidades oferecidas pelos supermercados e pelos pré-cozinhados, com a vida que as pessoas levam no dia-a-dia, chegando a casa mais tarde e mais cansadas, são aliciamentos a que se perca a tradição. Isso compreende-se, mas temos que ir lembrando às pessoas que nos fins-de-semana é possível arranjar tempo para ir à praça e preparar outros pratos, para estar à mesa e ter

## Gastronomia é cultura



prazer com os amigos. Pelo menos, os fins-de-semana podem dar para isso. Depois, é uma questão de cultura, de saber resistir, porque a industrialização sabe conquistar o consumidor.

**Os produtos consumidos na adegas vêm, então, de sítios onde a industrialização da comida ainda não domina?**

Claro. Há produtos que nos entram pela casa dentro. Mas eu faço ao contrário, saio de casa para ir à procura dos produtos. Não quero que me tragam cá nada de comida industrial.

**O que achas de, com uma cozinha de origens populares, não serem exactamente essas as origens de uma grande parte da vossa clientela?**

As pessoas, no dia-a-dia, andam absorvidas por muitas preocupações e exigências. A cozinha também é cultura. Quem procura uma cozinha genuína, diversificada, assente na frescura dos alimentos, são pessoas cultas, que desfrutam com prazer destes sabores. A minha clientela é diversificada, vem cá toda a gente, de todas as profissões e estratos sociais.

**Não é surpresa que ricos gostem de comida de pobres?**

De forma nenhuma. Eu ligo isso não à riqueza, mas à cultura das pessoas, que têm o prazer da mesa e de provar os alimentos. É uma questão de cultura. Na adegas temos mesas compridas, precisamente para pessoas diferentes e, às vezes, desconhecidas se juntarem e conviverem à volta de boa comida.

A tasca não tem leiteiro à porta, não é um restaurante para vir todos os dias; quem vem aqui é porque algum amigo lhe disse, são as pessoas que passam a palavra. Marcam antecipadamente, sabem que vêm comer quatro pratos, sobremesa, café e digestivo, entradas, vinho. Não há lista e o preço é 4 contos e 500 por cabeça, o que dá para servirmos bem e para as pessoas ficarem satisfeitas. Não importa se são mais ricos ou mais pobres, muita gente que se diz pobre gasta mais do que isso numa noite de discoteca. É uma questão de cultura.

**Cozinhar assim é negócio ou prazer?**

Naturalmente, é sempre um modo de vida. Embora só abra à noite e apenas aos fins-de-semana, excepto nos meses de Verão, em que abrimos todas as noites, acaba por ser um modo de vida –

isto e também a pintura. O termo *negócio* nunca me entrou no vocabulário... É uma maneira de viver e, se não fizesse isto por prazer, abria todos os dias e era um escravo, pertencia à indústria hoteleira. Eu não pertencço à indústria hoteleira, sou um indivíduo que gosta de estar à mesa e de juntar as pessoas à mesa.

**Há poucas casas com êxito semelhante à adegas. O livro revela «o segredo da abelha»?**

Não. O livro assenta na diversidade de produtos da terra, do mar, da ria, que são de excelente qualidade. Não é preciso inventar muita coisa. O Algarve é rico em produtos naturais e o segredo é só respeitar o que de bom a Natureza dá.

A ideia do livro é tirar a cozinha tradicional do anonimato, é pô-la à mesa do dia-a-dia, principalmente na restauração. Em casa, no Algarve, as pessoas fazem-na com mais ou menos regularidade. Mas ao turista, a quem visita o Algarve ou vem cá passar férias, essa cozinha não é mostrada, só muito raramente aparece nos restaurantes.

O livro surge, tal como surgiu esta casa há 20 anos, para relançar a cozinha algarvia.

UNICEF denuncia que mais de 150 milhões de crianças de 27 países europeus bálticos e da CEI são gravemente afectadas pela crise económica

## Geração em perigo

As crianças e os jovens de 27 países europeus e asiáticos são extremamente vulneráveis à exploração sexual, à violência, ao crime, ao abuso de álcool e drogas e ao suicídio. Tudo devido à crise económica.

Quase 150 milhões de crianças são afectadas pela crise económica que vivem os 27 países da Europa central e oriental, do Báltico e da Comunidade de Estados Independentes (CEI). Esta é uma das conclusões de uma conferência de três dias organizada pela UNICEF, que terminou ontem, em Estocolmo, sob o lema «Geração em Perigo».

As principais causas desta gravíssima situação é a pobreza, o desemprego crescente e o rápido alastramento do vírus da Sida. De acordo com os dados publicados pela UNICEF, milhões de crianças foram deslocadas na sequência de conflitos internos na região e a precariedade da sua condição de vida torna-os extremamente vulneráveis à exploração sexual, à violência, ao crime, ao abuso de álcool e drogas e ao suicídio.

Nestes países quase 60 milhões de crianças vivem na pobreza, 18 milhões de jovens estão desempregados, um milhão e meio de menores vivem em instituições de caridade pública e 700 mil são portadores do vírus HIV. A Sida estendeu-se rapidamente e cerca de metade dos infectados tomaram contacto com o vírus antes dos 25 anos.

**60 milhões de crianças vivem na pobreza e 700 mil têm Sida**

Segundo a agência Lusa, os participantes na iniciativa denunciaram o crescimento alarmante da pobreza e das desigualdades sociais e o colapso dos sistemas de saúde públicos. O desemprego afecta milhões de famílias que se vêem incapazes de proporcionar as condições básicas necessárias ao crescimento e ao desenvolvimento de uma criança.

Estes problemas provocaram a descida considerável dos níveis de qualidade das escolas primárias e secundárias e aumentaram a discriminação escolar com base em preconceitos de etnia, género e classe social.

### Custo humano

Olhando para trás, é evidente o alto contraste entre as condições sociais e económicas dos habitantes destes países antes da queda do Muro de Berlim, em 1989, e a que hoje se vive. As reformas radicais implementadas há cerca de dez anos são a principal causa da actual situação. Estima-se que 180 milhões de pessoas vivem abaixo do limiar da pobreza.

A Agência das Nações Unidas para a Infância considera que o custo humano da transição para uma eco-



nomia de mercado foi enorme, sobretudo para os jovens. Por isso defende que os governos dos países afectados elejam como prioridade a melhoria das condições de vida dos cidadãos.

Para além de discutir a actual situação e as perspectivas de vida destes jovens, esta reunião tem como objectivo preparar a sessão especial sobre a infância na Assembleia Geral das Nações Unidas, que tem lugar no próximo mês de Setembro.

## Uma situação inaceitável

«As crianças pagaram um preço terrível.» Quem o diz é o campeão mundial de xadrez Anatoli Karpov, actual embaixador itinerante da UNICEF, presente na conferência.

Falando em nome «das vítimas, não ouvidas, da transição», Karpov afirmou que, «se as crianças fossem colocadas no centro da agenda política, as economias desses países prosperariam e as democracias seriam consolidadas mais depressa».

«É totalmente inaceitável que as crianças e os jovens tenham visto piorar as suas condições de vida desde 1989», declarou o presidente do

comité sueco da UNICEF. Kent Harstedt considerou ser «muito importante criar um foro de discussão sobre a vertente social da transição na região desde a queda do Muro de Berlim».

«Esta pode ser a oportunidade para construir uma rede duradoura e responsável para promover os direitos e o bem-estar das crianças», propôs.

Na ocasião, o ministro da Cooperação e Desenvolvimento sueco, Inger Lingvall, defendeu que a Europa Ocidental e a restante comunidade internacional devem prestar mais atenção a esta situação.

## Militante da JCP espancado por skinheads

Um militante da JCP foi brutalmente espancado por skinheads, no passado dia 2.

Segundo denuncia a organização dos jovens comunistas da cidade de Lisboa, Nuno Gomes estava a jantar com a família na esplanada da cervejaria Portugália, no Cais do Sodré, e, no regresso da casa de banho (situado no interior do estabelecimento), passou por um grupo de skinheads.

Estes identificaram-no como militante da JCP e «deram início aos desacatos, que rapidamente passaram de ataques verbais a físicos, perante a total inércia da administração do restaurante».

O Nuno fugiu para a esplanada, mas foi perseguido pelos atacantes, que o pontapearam repetidas vezes, causando múltiplos hematomas. A JCP acres-

centa que o pai de Nuno foi atingido por uma garrafa que lhe partiu a cabeça «e por pouco não provocou a sua morte».

A JCP considera que se trata de uma questão político-social de maior importância, já que este «não é apenas mais um exemplo avulso de violência, mas um claro atentado à liberdade de pensamento e opinião, à integridade humana e política dos

indivíduos, conquistas fundamentais de Abril».

Neste sentido, os jovens comunistas manifestam a sua preocupação com o avanço da extrema-direita em Portugal, «que inevitavelmente deflagra em processo do género do ocorrido». E recordam que não é a primeira vez que militantes da JCP e do PCP são brutalmente atacados por grupos de skinheads.

### Aveiro

## A habitação é um direito

A Juventude CDU de Aveiro lançou recentemente uma campanha exigindo mais e melhor habitação e denunciando que o actual executivo camarário, eleito em 1997, não cumpriu uma só promessa desta área. «Palavras leva-as o vento...», comenta.

«Não é fácil hoje em dia encontrar uma casa ideal e muito menos poder pagá-la. Este fenómeno é muito comum dentro das cidades e é particularmente visível se o potencial comprador ou arrendatário for jovem», afirma.

Porque «a habitação não é um privilégio, é um direito», os jovens dizem que a oferta imobiliária é insuficiente para cobrir a procura e há

cada vez mais casas abandonadas ou desocupadas e obras embargadas.

«Um dos direitos que dignificam a vida humana é o direito à habitação, que se transformou em grande negócio. Será talvez por isso que a Câmara Municipal de Aveiro não tomou medidas para pôr um travão à especulação imobiliária», acusam.

«A regra na construção imobiliária é a construção desenfreada e de péssima qualidade.

Por outro lado, as instituições financeiras e bancárias multiplicam-se em campanhas, especialmente aos jovens, de estímulo ao crédito à habitação com juros dignos de agiotagem», declaram.

### Concurso de bandas

## Apurados vencedores de Santarém



A 3.ª edição do Ribavante, concurso de bandas de música rock de Santarém, realizou-se no Skate Park do Cartaxo, na noite de sábado. Os «Temple of Noise» são os grandes vencedores, tendo como prémio a actuação no Palco Novos Valores, na Festa do Avante!.

Perante uma audiência de mais de 400 jovens, actuaram ainda os «Jesus on Fire», os «Inkuria» e os «Nine Fingers Left».

«Apesar de todas as difi-

culdades que a Câmara Municipal do Cartaxo nos criou ao não tratar atempadamente e - em nosso entender - de forma propositada de todos os processos legais requeridos para a realização do espectáculo, a JCP conseguiu, com criatividade, resolver todos os problemas logísticos de forma a dignificar o espaço que acolheu a iniciativa. Com a ligação que tem à juventude do Cartaxo e do distrito de Santarém, conseguimos realizar uma grande

iniciativa de massas onde se promoveu a Festa do Avante! e os valores da amizade e solidariedade, os valores do ideal comunista», comenta a JCP de Santarém.

Entretanto, a Comissão Concelhia do PCP e a Organização Concelhia da JCP de Beja abriram as inscrições para o torneio de Futebol de 5, a realizar na Festa do Avante!. As inscrições podem ser feitas até o próximo dia 29, no centro de trabalho do PCP, na Rua Anchoa.

# A realizar na África do Sul, em Setembro

## ONU prepara conferência contra o racismo

Entre 31 de Agosto e 7 de Setembro, realiza-se a Conferência Mundial Contra o Racismo, na África do Sul, organizada pela ONU. Apesar da extrema importância da iniciativa, ainda não se conhece como Portugal vai participar.

A cidade sul-africana de Durban será a anfitriã da 3.ª Conferência Mundial contra o Racismo, a Xenofobia, o Anti-Semitismo e a Intolerância, um encontro promovido pela ONU com o objectivo de discutir as causas destes fenómenos e eleger medidas de prevenção e combate.

A deputada comunista Margarida Botelho apresentou recentemente um requerimento ao Governo, através do ministro da Presidência e do Alto Comissário para a Imigração e Minorias Étnicas, questionando se o executivo português prevê participar na conferência e que dados, reflexões e discussões serão transmitidas na ocasião.

A deputada perguntou ainda se estão previstos apoios para que representantes de organizações não-governamentais portuguesas possam estar presentes na iniciativa, tendo em conta o destacado papel que as ONGs têm desempenhado no combate ao racismo e à xenofobia.

Acrescente-se que antes e depois da conferência dos líderes mundiais, têm lugar fóruns de organizações não-governamentais.

### Exclusões

2001 é o Ano de Mobilização contra o Racismo, a Discriminação Social e a Xenofobia. Este é, de facto, um dos maiores problemas dos dias de hoje. Das sequelas da escravidão aos conflitos



A ONU propõe a criação de um mecanismo que determine se os governos cumprem as promessas formuladas

étnicos; da situação dos povos indígenas à discriminação por motivos de crença; do discurso de ódio difundido pela internet à relação entre a discriminação por raça ou sexo: tudo será discutido na conferência de Durban.

### Só 38 por cento dos refugiados se encontram na Europa e América do Norte

Mas os participantes conseguirão passar das intenções à acção? Mary Robinson, Alta Comissária e Secretária-Geral da conferência, prometeu que a iniciativa «será um marco na luta para erradicar todas as formas de racismo», o que requererá um mecanismo eficaz que determine se os governos cumprirão as promessas formuladas.

A ONU não hesita em apontar a intolerância como uma das causas fundamentais da migração. «As pessoas imigram por razões que podem incluir a pobreza e a discriminação racial e de género. Frequentemente os imigrantes são objecto de racismo e intolerância não só nos países de origem, mas igualmente nos países de destino», denuncia.

E faz o retrato do imigrante típico: muitos vivem em zonas urbanas com falta de serviços públicos ou por serviços francamente deficientes; têm pouco ou nenhum acesso à educação pública, a

cuidados sanitários ou ao emprego, vivendo numa situação que frequentemente equivale a uma violação dos seus direitos sociais e económicos. Os «ilegais» vivem em condições ainda mais degradadas.

As Nações Unidas destacam a exclusão política, social e económica e lembram que «a pobreza diminui ou anula direitos básicos, como o acesso aos cuidados de saúde, a habitação digna, a alimentação, a água potável e à educação». «Isto é válido também no caso dos direitos civis e políticos, por exemplo o direito a julgamentos imparciais, à participação política e à segurança pessoal» acrescentam.

A maioria das pessoas que vivem na pobreza são mulheres, grupo que também representa dois terços da população adulta analfabeta dos países em desenvolvimento. «As minorias raciais são frequentemente excluídas dos processos de decisão que afectam as suas vidas, em particular em questões relacionadas com o acesso a recursos e a propriedade da terra», denuncia a ONU.

Mais informações:  
[www.un.org/WCAR/](http://www.un.org/WCAR/)  
[www.racism.gov.za/](http://www.racism.gov.za/)  
[www.unhcr.ch/html/racism/index.htm](http://www.unhcr.ch/html/racism/index.htm)

## Sites portugueses racistas

Os sites racistas estão a proliferar na internet. Preocupados com a situação, os deputados do grupo parlamentar do PCP Margarida Botelho e António Filipe entregaram um requerimento na Assembleia da República, questionando o Governo sobre as medidas que tenciona tomar para prevenir práticas deste género.

Em resposta, o Alto Comissário para a Imigração e Minorias Étnicas manifestou a sua preocupação em relação ao fenómeno e anunciou que pretende apresentar ao executivo um conjunto de propostas legislativas com vista à repressão destes crimes.

José Leitão afirma que este tema estará em

debate nas 2.ª Mesas-Redondas de Consulta que irá realizar em conjunto com o Observatório Europeu Contra o Racismo e acrescenta que recentemente solicitou ao Procurador da República que promovesse a acção penal contra os autores de um site racista português.

O Alto Comissário para a Imigração e Minorias Étnicas diz ainda que a identificação dos responsáveis de um site da Internet não é «fácil e a colocação dos servidores fora da União Europeia pode criar dificuldades práticas à sua repressão», embora o Código Penal português preveja a incriminação de autores de sites.



## Nações Unidas e ONGs denunciam «Europa Fortaleza» cria clima de medo e suspeição

Actualmente, os grandes visados do racismo e discriminação na União Europeia são os imigrantes e os refugiados. Desde 1993, mais de 2100 pessoas morreram quando tentavam entrar nas fronteiras europeias, na sequência da intervenção policial.

Mas os refugiados mundiais são originários de que países? Segundo dados das Nações Unidas referentes ao ano passado, 27 por cento dos refugiados são palestinianos (3,5 milhões) e afegãos (2,5 milhões). Juntamente com a Palestina e o Afeganistão, o Iraque, o Burundi e a Serra Leoa são os cinco países com maior número de refugiados.

Mais de meio milhão dos refugiados mundiais residem na Ásia e em África. Os refugiados afegãos dirigem-se principalmente para o Irão, Paquistão e Índia. Os refugiados iraquianos vivem essencialmente no Irão, na Arábia Saudita e na Síria. Quanto aos refugiados do Burundi, deslocaram-se maioritariamente para a Tanzânia e República Democrática do Congo.

Apenas 38 por cento dos refugiados mundiais encontram-se na Europa, Estados Unidos e Canadá. Apesar das graves situações que se vive em dezenas de Estados, a UE não desiste de construir a «Europa Fortaleza».

É a própria Comissão dos Direitos Humanos da ONU que diz que «os governos estão cada vez mais a fechar a porta na cara daqueles que pedem asilo, olhando-os como uma ameaça política,

social ou económica». «Os cinco milhões de pessoas que, na última década, requereram asilo na Europa Ocidental, América do Norte e Australásia encararam um leque de medidas com o fim de prevenir ou dissuadir a sua entrada», acrescentam as Nações Unidas.

### Clima de medo

São inúmeras as organizações que protestam contra a construção da «Europa Fortaleza» e alertam para os seus perigos. Uma delas é a UNITED, rede europeia contra o nacionalismo, racismo, fascismo e em apoio aos imigrantes e refugiados, de que fazem parte mais de 500 organizações europeias.

Esta organização considera que o maior perigo das políticas europeias não reside nas decisões oficiais, nem sequer no desrespeito da Convenção sobre os Refugiados da ONU. O mais grave é o clima de medo e desespero que está a ser criado.

«O discurso político dos últimos anos transformou os refugiados em bodes expiatórios. Desemprego, impostos altos, o declínio da cultura, da família e da sociedade ocidental, todos estes fenómenos assustadores, reais ou mitificados, são apontados como da responsabilidade dos imigrantes», denuncia a UNITED.

As medidas contra a entrada de imigrantes na Europa multiplicam-se. Em vários países, procura-se que os «ilegais» não tenham acesso

aos serviços de saúde, educação e habitação.

«Isto significa que estas pessoas estão cada vez mais vulneráveis à exploração», afirma a organização, que relata casos de imigrantes doentes que não consultaram médicos, temendo ser entregues às autoridades e ser repatriados. «O resultado é que há pessoas a morrer. Os filhos dos imigrantes e refugiados clandestinos já não podem frequentar a escola. Os cuidados de saúde e a educação deveriam estar ligados ao estatuto de residência? Não serão direitos humanos básicos?», questiona.

Milhares de pessoas morrem no Estreito de Gibraltar e no mar Adriático, a tentar atingir a «terra prometida». E como reage a Europa? Com a militarização crescente das fronteiras, de modo a torná-las inultrapassáveis a todos os que não vêm para o velho continente com intuito turístico, mesmo que nos seus países sejam vítimas de todo o tipo de violência: fome, perseguições, miséria, desemprego.

Na Alemanha, são usados dispositivos que medem o oxigénio e as emissões de dióxido de carbono nas cargas dos camiões de carga, com o objectivo de descobrir clandestinos a bordo. As autoridades de Melilla, enclave espanhol no Norte de África, adoptaram um método mais simples: foi construído um muro de oito quilómetros à volta da cidade para prevenir a entrada de africanos.

# Venda a retalho

● Pedro Carvalho

Quando se fala de alargamento, geralmente associa-se o seu impacto nas actuais políticas da UE, sobretudo ao nível financeiro. Isto porque os principais beneficiários do alargamento, nomeadamente o capital alemão, recusam reforçar o orçamento comunitário. Quer-se alargar a UE, a 12 países com menos de 40% do PIB per capita comunitário, mantendo-se os recursos financeiros a 15, o que afectará sobretudo os países da coesão. E, como se sabe, pede-se a solidariedade aos pobres, esquecendo o princípio fundamental da coesão económica e social na UE, actual ou alargada, que deve ser condição *sine qua non* do alargamento. Mas esta discussão apesar de importante, esquece os outros impactos,

de produtos intensivos em recursos para sectores mais trabalho-intensivos». Aponta que o aumento dos produtos de consumo intermédio «sugere um aumento da integração vertical das suas empresas no processo produtivo da UE».

Ou seja, a UE para além de exportar os bens de capitais necessários, exporta as matérias-primas/bens intermédios para serem transformados nestes países, utilizando a mão-de-obra barata, tendo em vista a sua reexportação, reforçando o processo de internalização das empresas transnacionais europeias. Este processo ocorre através da subcontratação ou do investimento directo estrangeiro (IDE) na aquisição de activos desses países. Os fluxos de IDE «financiaram os défices da balança de transacções correntes em

cerca de 90%», afirmou o Comissário. O IDE aproveitou as privatizações e cerca de metade foi dirigido para o sector financeiro (bancos) e para os serviços públicos.

## Periferia e baixos salários

Um quinto do IDE foi destinado à indústria transformadora, nomeadamente na indústria têxtil e do vestuário, máquinas eléctricas e indústria automóvel. Ou seja, os mesmos sectores de especialização da

economia portuguesa. No caso da indústria automóvel, vemos em Portugal, que os grandes investimentos da década de 90 fecharam e deslocaram-se para leste, pois não só os salários são mais baixos e os trabalhadores qualificados, como estes mercados estão mais próximos do centro europeu.

A proximidade dos problemas e da aposta num modelo, em que um centro engloba cerca de 50% da riqueza e usa a sua periferia, não só como mercado consumidor, mas como fonte de importação de mão-de-obra barata. Este é também o modelo da economia portuguesa - assente em baixos salários (e, por isso, com baixa produtividade), periférica, dependente e subcontratada - que já não beneficia dos mesmos fluxos de IDE do passado e, também por isso, cada vez mais endividada. Portugal partilha com os países candidatos um elevado défice da balança de transacções correntes. É deste modelo que surgirá o impacto negativo do alargamento para Portugal. Um modelo não aceitável nem para os trabalhadores portugueses, nem para os trabalhadores desses países. O avanço para leste do capitalismo, onde se enquadra o alargamento da UE, representa uma necessidade básica de sobrevivência do sistema às crises cíclicas de sobreprodução, através da expansão a novos mercados que permitam uma maior acumulação de capital. É sobre esse prisma histórico e político que devemos ver o «instrumento alargamento» e que se deve organizar a resposta de classe cá e lá, sem nos deixarmos enredar na teia dos países ricos, pondo os pobres entre eles, apenas, no toma lá, dá cá das migalhas do orçamento.

particularmente as consequências sócio-económicas para os países candidatos da aplicação do acervo comunitário e das orientações económicas da UE, nomeadamente no que concerne às reformas estruturais.

## Alargamento segundo Solbes

O comissário Solbes Mira, no passado dia 7 de Junho, apresentou um estudo sobre os Efeitos Económicos do Alargamento da UE, com o objectivo de provar que o impacto do alargamento para os países candidatos será tão mais positivo quanto mais reformas estruturais forem implementadas, ao nível da privatização dos serviços e das empresas públicas, da abolição dos constrangimentos ao comércio e à circulação de capitais ou, ainda, da privatização das pensões. Os dados fornecidos mostram o grau de dependência e de domínio do capital estrangeiro. Os países candidatos têm uma maior integração comercial com a UE, do que tinham Portugal e Espanha aquando da adesão - «70% das exportações vão para a UE e 60% das importações vêm da UE» - tendo como parceiros fundamentais a Alemanha e a Áustria, «que representam a maior parte do seu comércio» e são os principais beneficiários do alargamento. Solbes Mira identifica uma «forte complementaridade» no comércio entre estes países com a UE, «com uma tendência da UE para se especializar em bens de elevada tecnologia (o que não é inteiramente verdade total visto que a própria UE tem uma balança agro-alimentar positiva com esses países) e os países candidatos a moverem-se gradualmente



O programa RURIS para o desenvolvimento rural sofreu grandes atrasos e em algumas regiões ainda não há impressos de candidatura

CNA denuncia atrasos nos programas comunitários AGRO e AGRIS

# Agricultores perdem

A falta de boa parte da legislação e regulamentação está a retardar o arranque dos vários programas comunitários no âmbito do 3.º Quadro Comunitário de Apoio.

A Confederação Nacional da Agricultura suspeita que o Ministério da Agricultura esteja a atrasar deliberadamente a aplicação dos programas para a agricultura do 3.º Quadro Comunitário de Apoio, designadamente o AGRO (nacional) e o AGRIS (regionais).

Em conferência de imprensa realizada na passada semana, a CNA recorda que transitaram do 2.º QCA «dívidas» no valor de 95 milhões de contos, que terão de ser agora deduzidas ao montante do 3.º Quadro. Para além disso, a organização teme que o sector seja uma das vítimas dos cortes orçamentais que o Governo se prepara para efectuar, reduzindo o co-financiamento nacional dos programas comunitários, o que significaria uma «poupança» mais de 100 milhões de contos. A isto acresce que Portugal perde o direito às verbas comunitárias que não forem gastas até final do ano.

Também o programa RURIS (desenvolvimento rural), que conta com 294 milhões de contos para sete anos, regista grandes atrasos. A CNA observa que esta componente da PAC (2.º Pilar) foi considerada pelo

Governo com «uma grande vitória» para Portugal nas negociações da agenda 2000.

Porém, o arranque das indemnizações compensatórias (ajudas especiais às regiões desfavorecidas e de montanha), só se verificou este ano e mesmo assim sofreu sucessivas alterações processuais no que toca às candidaturas dos agricultores. Por exemplo, a florestação de terras agrícolas e a reforma antecipada dos agricultores só foram regulamentadas no mês passado, mas ainda hoje muitas regiões do país não dispõem de impressos de candidatura.

## Falta de diálogo

A intransigência do Ministério da Agricultura é outra crítica da Confederação que refere o fracasso das negociações com vista à intermediação das novas candidaturas dos agricultores às medidas agro-alimentares.

Tratava-se como é hábito de acordar as verbas a pagar pelo Ministério às organizações de agricultores pelo serviço que prestam de divulgação e recepção de candidaturas, de responsabilidade do

Estado, e de coordenar os prazos de execução e outras condições. As organizações fizeram uma proposta de 2800 escudos por candidatura, baixando depois esse valor para 2300 escudos. No entanto o Ministério mostrou-se inflexível oferecendo apenas 1750 escudos, ou seja menos 37 por cento do que a proposta inicial.

A CNA considera este valor inaceitável pois não cobre os custos fixos da operação e acusa o Governo de estar a comprometer grande parte das 60 ou 70 mil candidaturas às medidas agro-ambientais, cujo prazo de apresentação termina já no próximo dia 29 do corrente.

Mais uma vez esta actualização suscita as maiores dúvidas: «não estará o MADRP a provocar e a gerir a crise com o objectivo de vir a poupar nos 25 por cento de co-financiamento nacional que deve pagar aos agricultores portugueses pelas agro-ambientais (38,5 milhões de contos), questiona a CNA.

A Confederação queixa-se ainda de discriminação, afirmando que está há mais de três meses à espera de uma audiência no Ministério, enquanto outras organizações do sector foram recebidas por responsáveis desta tutela. Em protesto, a CNA já reclamou a intervenção do Primeiro-Ministro.

# Ajudas às ultraperiféricas

As regiões ultraperiféricas da União Europeia (Açores e Madeira, ilhas Canárias, e departamentos franceses ultramarinos) vão receber novos apoios comunitários com vista a compensar o seu fraco desenvolvimento e os custos da insularidade.

Um relatório aprovado na passada semana no Parlamento Europeu introduz mais de 100 alterações às propostas da Comissão Europeia, algumas das quais beneficiam claramente os territórios insulares portugueses.

Segundo a deputada do PCP Ilda Figueiredo, as propostas da Comissão Europeia, apesar de positivas, ficaram muito aquém das necessidades destas regiões. No entanto, o Parlamento Europeu corrigiu esta situação aumentando sensivelmente a percentagem de participação financeira nos apoios às

pequenas e médias empresas e às medidas agro-ambientais. Também os mecanismos de ajuda à agricultura foram revistos, devendo repercutir-se positivamente no rendimento dos agricultores e na baixa de preços ao consumidor.

Açores e Madeira irão beneficiar assim do reforço dos apoios à reestruturação da vinha e à sua cultura, à produção e comercialização da batata e ao sector pecuário. O relatório salvaguarda ainda as quotas do leite e medidas para garantir a viabilidade da refinaria do açúcar nos Açores, bem como as produções de vimes e produtos bovinos na Madeira.

Recorde-se que as regiões ultraperiféricas são as mais pobres da UE, com um rendimento médio per capita que representa 40 a 45 por cento da média europeia.

## Penas duras para tráfico humano

O PE aprovou um relatório que visa harmonizar, em toda a UE, a penalização do tráfico de seres humanos para fins de trabalho ou de exploração sexual.

O tráfico de seres humanos passará a ser punível com pena de prisão cuja duração máxima não poderá ser inferior a seis anos (ou dez anos, no caso de se verificarem circunstâncias agravantes). A instigação, a cumplicidade e o auxílio serão igualmente punidos, bem como responsabilizadas as pessoas colectivas que beneficiem desta prática.

O relatório estabelece uma distinção entre tráfico de pessoas para efeitos de exploração sexual e o tráfico de seres humanos para efeitos de trabalho, realidades que, como referiu Ilda Figueiredo, são bem distintas e requerem abordagens diferenciadas e autónomas.

O PE considera deste modo que o tráfico de seres humanos não deve apenas ser punido, mas sim expressamente tipificado como um ilícito criminal. Contudo, a assistência a pessoas sem documentos em ordem por razões humanitárias não deve ser considerada um crime. Pelo contrário, a cumplicidade de funcionários públicos, agentes da polícia ou das alfândegas deve ser severamente punida. Além disso, o PE é favorável ao confisco dos meios, instrumentos e benefícios do crime para compensar as vítimas do tráfico. Neste sentido defende que os Estados-membros devem assegurar uma protecção adequada às vítimas e às testemunhas, concedendo-lhes ajuda social, médica e psicológica e uma autorização temporária de residência. O PE propõe igualmente a criação de uma base de dados sobre pessoas desaparecidas.

## Incerteza nas pescas

O plenário do PE aprovou o pedido de o prolongamento dos períodos de concessão de indemnizações aos armadores e pescadores dos navios afectados pelo fim, em Novembro de 1999, do acordo de pesca entre a UE e Marrocos.

As indemnizações só podem ser concedidas por um período de seis meses, prorrogável por mais seis meses se for aplicado um plano de reconversão das frotas.

A proposta de prorrogar as ajudas até final de 2001 foi apoiada pelos deputados do PCP que a consideraram adequada face à indefinição entre renovação do acordo de pescas e os meios necessários para reestruturar a frota comunitária.

# Chefes da UE em compasso de espera Alargamento sem data

A falta de novidade das decisões dos chefes de Estado e de Governo da UE foi largamente suplantada pelas poderosas manifestações que rodearam a cimeira da cidade sueca de Gotemburgo

Os líderes da União Europeia saíram de Gotemburgo sem uma data concreta para o alargamento aos países do centro e leste europeu. Em vez disso, mantiveram o compromisso vago de fecharem as negociações no final de 2002 e o «objectivo» de que os candidatos prontos a aderir participem nas eleições para o Parlamento Europeu já em 2004.

A cimeira de Gotemburgo, que tinha sido apresentada como a «cimeira do alargamento», acabou por marcar o fim da presidência sueca, no sábado, sem registar avanços nesta questão que os Quinze colocaram no topo das prioridades.

Após o referendo irlandês, numa atitude no mínimo pouco democrática a maioria dos dirigentes europeus, optou por minimizar as consequências do Não, declarando que o processo de alargamento não sofreria atrasos e que a ratificação do tratado de Nice prosseguiria sem quaisquer alterações. Mas se esta orientação foi revalidada em Gotemburgo, onde o processo de alargamento foi considerado «irreversível», deve notar-se igualmente que o problema irlandês continua sem resposta.

E apesar de muitos dirigentes europeus defenderem a convocação de uma segunda consulta popular na Irlanda, a verdade é que sem novos argumentos será difícil ao governo deste país convencer eleitorado a mudar de opinião. Um novo Não seria fatal para o Tratado de Nice que alguns consideram estar já enterrado e que nunca poderá ser aplicado integralmente.

De resto, o primeiro-ministro irlandês, Bertie Ahern, apressou-se a excluir logo no primeiro dia da cimeira, a possibilidade de um convocar novo referendo nos próximos seis meses. Bertie Ahern salientou que, antes de voltar a ouvir os irlandeses em referendo, é necessário realizar um amplo «fórum nacional» para debater as causas da rejeição. Os resultados desta reflexão na Irlanda poderão ser comunicados aos parceiros comunitários em Dezembro, quando os chefes de Estado ou de Governo se reunirem em cimeira no final da presidência belga que agora se inicia.

Notando que a questão do alargamento não suscitou problemas na campanha do referendo, o governante considera que os irlandeses não têm reservas relativamente ao processo de alargamento.

No entanto, uma coisa é certa: este alargamento assenta no pressuposto de uma nova distribuição do poder no seio da União, com reforço do peso dos países mais poderosos e o esmagamento dos mais pequenos que até per-

rão o direito de veto mesmo quando esteja em causa o interesse nacional. Esta não é uma questão menor que terá também pesado no voto dos irlandeses.

### Protestos e confrontos

Estima-se que cerca de 25 mil activistas antiglobalização capitalista tenham inva-



Jovens suecos dos 15 aos 17 anos foram a maioria dos que se manifestaram em Gotemburgo

## Génova cercada

Com receio de não conseguir conter o impacto dos cerca de 100 mil manifestantes que se preparam para acorrer à cidade italiana de Génova, onde se realizará a cimeira G-8 (os sete países mais industrializados mais a Rússia), o primeiro-ministro, Silvio Berlusconi, mostrou-se na segunda-feira disposto a dialogar com «os italianos e os europeus que estão preparando-se para manifestar-se».

Contudo, não vá o diálogo falhar, as autoridades italianas já dividiram a cidade em áreas de acordo com a proximidade do Palácio Ducal onde se realizam as reuniões. Barreiras protegidas por carros da polícia serão erguidas em todos os acessos, os telhados serão vigiados por agentes que contam com o apoio de dezena e meia de helicópteros para sobrevoar a cidade. Ao todo na mega-operação irão participar 18 mil polícias.

dido a cidade de Gotemburgo onde se defrontaram com um forte aparato policial que não hesitou em utilizar todos os meios disponíveis para impedir as manifestações. Dos

confrontos resultaram 78 feridos, um deles atingido por uma bala que foi hospitalizado em estado grave. O número de polícias feridos ascendeu a 21.

Este clima de contestação, que tem vindo a crescer de cimeira para cimeira alarmou os responsáveis políticos que já estão a preparar medidas restritivas para evitar a repetição das manifestações em próximas reuniões, nomeadamente na cimeira do G-8 marcada para 19 de Julho na cidade italiana de Génova.

O governo espanhol, que terá a presidência europeia no primeiro semestre do próximo ano, revelou que estuda a possibilidade de suspender temporariamente os acordos de Schengen sobre livre circulação no espaço europeu como forma de impedir a entrada no seu território de «elementos indesejáveis».

Todavia, a tese de que se trata de organizações internacionais cujos membros se deslocam para os países onde as cimeiras se realizam ainda está por provar. Note-se, por exemplo, que a polícia sueca não divulgou até ao momento quantos estrangeiros estavam entre as 500 pessoas que deteve. Em contrapartida admitiu que a maioria eram jovens suecos com idades compreendidas entre os 15 e os 17 anos.

## EUA inflexíveis

Na véspera da reunião dos líderes europeus, a cimeira União Europeia/Estados Unidos, que ficou igualmente marcada pelas acções dos activistas antiglobalização, tinha na sua agenda três questões: o protocolo de Quioto, o comércio internacional e o médio oriente.

Apesar do manifesto desacordo quanto ao protocolo de Quioto, assinado em 1997 sob a égide das Nações Unidas, Estados Unidos e a UE fizeram questão de sublinhar que aquilo que os une «compensa largamente» o que os separa.

Assim acordaram apoiar conjuntamente o lançamento de uma nova ronda de negociações multilaterais na reunião ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC), que se celebrará no Quatar, em Novembro.

Recorde-se que depois do fracasso de Seattle, em Dezembro de 1999, esta é a primeira

vez que as duas potências económicas manifestam por escrito o seu compromisso de apoiar uma nova e «ambiciosa» ronda de negociações da OMC. Uma «maior liberalização» das trocas comerciais é o principal objectivo desta reunião que se propõe ainda «fortalecer e ampliar» a aplicação das normas da OMC.

Mas a deslocação de Bush à Europa teve objectivos muito mais vastos que, segundo o *Washington Post*, foram plenamente alcançados. Esta «vitória» do imperialismo ianque é resumida pelo jornal de forma elucidativa: «Quioto morreu. O Tratado ABM é história. A defesa anti-míssil vai existir. A expansão da NATO vai ser relançada. E só para sublinhar a nova viragem na política externa norte-americana, o número de cimeiras anuais entre os EUA e a UE vai ser reduzido de duas para uma».

## Resolução branqueia UNITA

O PE aprovou uma resolução proposta por vários deputados portugueses (PS, PSD e PP) que evidencia uma «tentativa de colocar no mesmo nível as responsabilidades do governo legítimo de Angola e da UNITA». O texto, segundo alertou Joaquim Miranda, não só entra «em clara contradição com as sucessivas resoluções das Nações Unidas», como omite «o recente e condenável ataque da UNITA ao Caxito, de que resultou a morte de um número significativo de pessoas indefesas e inocentes e o rapto inqualificável de dezenas de crianças e adolescentes. Face a esta posição do PE, o deputado do PCP considerou da maior importância e oportunidade que o Conselho e a Comissão «reafirmem as posições assumidas em nome da União Europeia sobre a evolução da situação em Angola».

## Regime simplificado

Os agricultores que recebem ajudas comunitárias até 1500 euros (cerca de 300 contos) vão ser abrangidos por um novo regime que pretende simplificar pagamento de subsídios, reunindo num pagamento único os montantes que actualmente são entregues através de diferentes subsídios. Este esquema, que irá aplicar-se a cerca de um terço dos agricultores comunitários, beneficiará grande parte dos agricultores portugueses, 75 por cento dos quais são de pequena dimensão. Apesar de ter aumentado o limite estabelecido pela Comissão Europeia em 1000 euros (cerca de 200 contos), o montante proposto pelo Parlamento foi considerado baixo pelos deputados do PCP. A este propósito, Ilda Figueiredo lamentou que não tenha sido aceite (designadamente pelo deputado do PSD Arlindo Cunha) uma proposta de 2500 euros (500 contos) como limite à aplicação do regime, «o que garantia a entrada de cerca de 86 por cento dos agricultores portugueses que recebem actualmente ajudas», referiu.

## Inspecção veterinária

Uma missão veterinária da Comissão Europeia estará segunda-feira em Portugal para verificar o funcionamento do esquema de exportações, numa inspecção decisiva para a definição da data do levantamento do embargo que dura desde Novembro de 1998. Segundo a Agência Lusa, a avaliação consistirá num exercício de simulação sobre o correcto funcionamento do regime de exportação de base datal nos matadouros que serão utilizados para exportação, como o do Cachão (Mirandela). O ministro da Agricultura Capoulas Santos disse à Lusa que mantém a esperança de que a decisão sobre o levantamento do embargo seja conhecida antes do final do mês, revelando que esta foi uma promessa feita pela Comissão Europeia em Dezembro.

## Assassinado dirigente dos Sem-Terra

Um dirigente regional do Movimento dos Sem Terra (MST), Valdecir Padilha, de 31 anos, foi encontrado morto, sábado, numa estrada rural próxima da fazenda Tamakavi e do acampamento «Chico Mendes», onde cerca de 200 famílias aguardam que o governo lhes atribua terras para cultivar. Segundo a agência Estado, a polícia suspeita que o assassinio do activista esteja relacionado com as ocupações de terra abandonada que o MST tem promovido na região nos últimos meses. A morte de Padilha surge cinco dias depois de uma juíza ter voltado a adiar o julgamento de 149 polícias acusados de terem morto 19 membros do MST, em Abril de 1996, no Estado amazónico de Pará.

## Eleições na Bulgária

Nas eleições legislativas de domingo, o Movimento Nacional Simeão II elegeram 120 dos 240 deputados do parlamento búlgaro, menos um do que o necessário para a maioria absoluta. A aliança das Forças Democráticas Unidas (SDS, direita) ficou em segundo lugar, com 51 deputados, seguida da «Coligação pela Bulgária», formada em torno do Partido Socialista, com 48. Os restantes 21 lugares serão ocupados pelo movimento para os Direitos e Liberdades (MDL), que representa a minoria turca. O ex-monarca Simeão II afirma-se partidário de um governo favorável à adesão à UE e à NATO, do crescimento económico e da luta contra a corrupção.

## Execução de deficientes nos EUA

O governador do Estado americano do Texas, Rick Perry, vetou domingo um projecto-lei da Assembleia Legislativa Estadual que visava proibir a execução de deficientes mentais condenados à pena de morte. Em comunicado, Perry, argumentou que o Estado do Texas já dispõe de garantias para proteger juridicamente os criminosos deficientes mentais. «Esta legislação não é sobre a execução ou não de assassínios mentais. É sobre quem no sistema de justiça do Texas determina se um réu é ou não deficiente mental», defendeu. Segundo o Centro de Informação sobre Pena de Morte, desde 1982, o Texas já executou seis presos deficientes mentais condenados à pena capital, dois dos quais quando o actual presidente, George W. Bush, era governador daquele estado.

## Morte na Faixa de Gaza

Um menino palestiano morreu, sábado, vítima de

Os trabalhadores bloquearam as estradas para chamar a atenção para as suas reivindicações

# Confrontos na Argentina

**Duas pessoas morreram e dezenas ficaram feridas, domingo, no noroeste da Argentina quando bloqueavam a estrada em reivindicação de aumento de salários.**

A polícia argentina responsabilizou franco-atiradores e «activistas armados» pelas vítimas do incidente, enquanto os residentes da região acusaram as forças de segurança de terem atacado os trabalhadores com «brutal e sanguinária violência».

Os distúrbios ocorreram na estrada 34 que liga a Argentina ao sul da Bolívia, em frente a uma central de armazenamento de combustíveis nos arredores da cidade de General Mosconi, uma região com altos índices de desemprego e pobreza.

Os protestos iniciaram-se a 30 de Maio, quando um grupo de trabalhadores que construía o hospital de General Mosconi reclamava por aumentos salariais, postos de trabalho e ajudas governamentais para as suas famílias.

Os dirigentes sindicais e partidários locais denunciaram em conferência de imprensa na vizinha cidade de Tartagal, que a polícia actuou «a tiros, com uma brutal, premeditada e sanguinária violência» para desalojar os manifestantes, que transportavam uma imagem de Nossa Senhora de Fátima, protectora da cidade de General Mosconi.

A imagem religiosa ficou destruída à beira da estrada como um símbolo dos confrontos entre os manifestantes

e as forças de segurança, que se prolongaram durante várias horas.

### Terra de conflitos

General Mosconi já se encontra em confrontos há vários meses. Em Maio havia sido o epicentro de uma prolongada manifestação de desempregados que reivindicavam empregos para a região. Este piquete na estrada 34 não provocou feridos, mas viveram-se momentos

difíceis atrás das barricadas com a chegada das forças de segurança.

Em Outubro do ano passado, Diego Ojeda e Claudio Pierandrei foram vítimas de um acidente automobilístico quando os produtores agropecuários cortaram a estrada 16 e 95 na localidade de Sáenz Peña.

Luiza Alegre é outra vítima, colhida numa manifestação, no mês anterior; a presidente de um centro de reformados sofreu um ataque cardíaco durante um piquete organizado na estrada n.º 3, na localidade de La Matanza. Este corte durou cerca de 17

dias, e foi encabeçado por desempregados que exigiam do governo mais empregos e ajuda governamental para as suas famílias.

### «A polícia actuou de uma brutal e sanguinária violência»

A morte desta mulher trouxe à memória uma outra manifestante, Tera Rodrigues, uma jovem e m p r e g a d a doméstica de 24 anos que em 1997 foi apanhada por uma bala durante um piquete que cortava a estrada nacional n.º 22.

Anteriormente juntaram-se a esta lista: Carlos Santillán (27 anos) e José Barrios (17 anos).

Só no ano passado realizaram-se 307 manifestações durante os primeiros 301 dias

do ano, segundo estatísticas das forças de segurança.

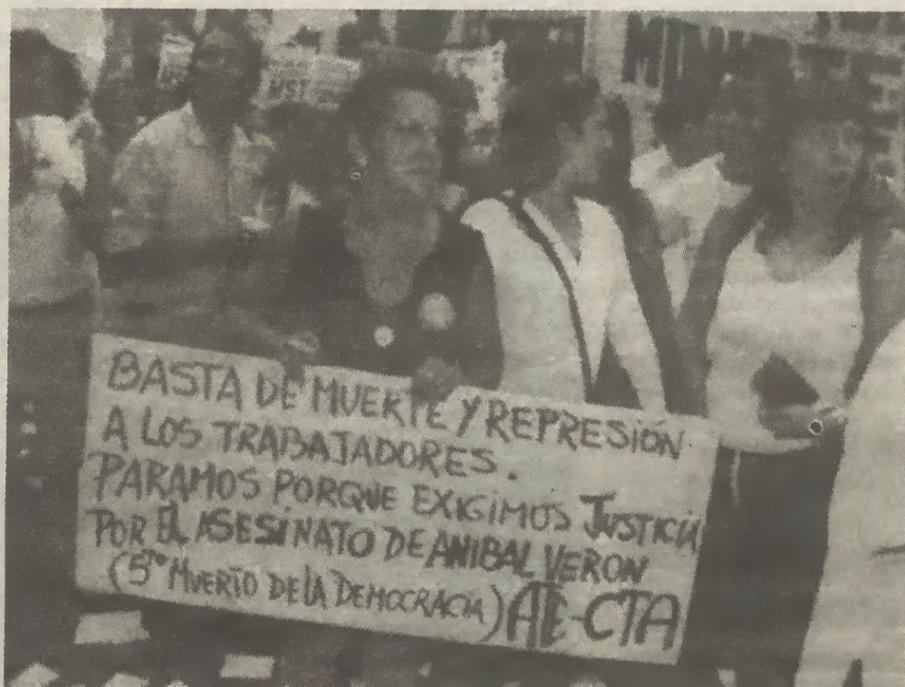
### Outras lutas

As duas centrais sindicais da Argentina promoveram recentemente uma greve geral que atingiu vários sectores do país, em protesto contra o modelo económico implementado pelo governo do presidente Fernando de la Rúa.

A greve ocorreu com poucos incidentes, embora tenham havido actos isolados de violência, com ataques a alguns autocarros, agressões a motoristas que desafiaram a paralisação e a obstrução de algumas pontes em diferentes cidades do país.

Promoveram a greve a confederação Geral do Trabalho (CGT) e a Central dos Trabalhadores Argentinos (CTA). O governo estimou que 20 por cento aderiram à greve e disse que apenas os transportes de passageiros pararam integralmente. Fontes sindicais, contudo, afirmaram que a paralisação afectou o serviço de transportes de passageiros e de carga, os professores, o pessoal do Poder Judiciário e alguns sectores da administração pública, não avançando com percentagens.

A economia argentina permanece estagnada desde 1998, com mais de quatro milhões de trabalhadores desempregados e cerca de 15 milhões de pobres, num país com 37 milhões de habitantes.



Os distúrbios ocorreram na estrada 34 que liga a Argentina ao sul da Bolívia, nos arredores da cidade de General Mosconi

### Balcãs

## Putin e Kostunica contra extremistas

A estabilidade dos Balcãs «está ameaçada por um sério perigo: a intolerância e o extremismo nacional e religioso, cuja frente principal se encontra no Kosovo». A afirmação é do presidente russo, Vladimir Putin, que domingo se encontrou em Belgrado com o seu homólogo jugoslavo Vojislav Kostunica.

Para o presidente russo, cabe à comunidade internacional fazer respeitar «a resolução 1244 do Conselho de Segurança» e desenvolver todos os esforços «para desarmar os terroristas» albaneses.

A resolução 1244, recorda-se, prevê para o Kosovo uma ampla autonomia, mas sob a soberania jugoslava. A província sérvia está sob administração da ONU desde Junho de 1999.

Kostunica partilha a opinião de Putin, e acredita que o actual conflito na Macedónia é uma consequência directa da incapacidade das forças internacionais estacionadas na região para desarmar os independentistas albaneses e impedi-los de utilizar o Kosovo como base das suas operações.

### Conferência regional

Ambos os presidentes consideram que a aplicação da resolução 1244 deveria permitir o regresso dos mais de 200 000 sérvios do Kosovo forçados a fugir das acções terroristas do Exército de Libertação do Kosovo, mas

reconhecem que tal não será possível enquanto este não for dissolvido. Tanto Putin como Kostunica temem que a «limpeza étnica» levada a cabo no Kosovo após a intervenção da NATO acabe por conduzir à independência da região.

Putin, que afirma apoiar sem reservas a exigência jugoslava de que seja reconhecida na prática a soberania de Belgrado sobre o Kosovo, encontrou-se com Kostunica um dia depois de ter debatido com o presidente norte-americano, George W. Bush, em Liubliana (Eslovénia), a crise nos Balcãs.

As conversações de Liubliana não produziram nenhum resultado concreto, mas tanto Putin como Kostunica se mostram favoráveis à realização de uma conferência regional que consagre a protecção das minorias e a inviolabilidade das actuais fronteiras dos Estados balcânicos.

«Apoiamos esta ideia», disse Putin em Belgrado, sublinhando que ambos estão confiantes de que será possível efectuar essa reunião «com o apoio e a assistência da comunidade internacional».

O presidente russo aproveitou a sua estada na Jugoslávia para uma viagem relâmpago a Pristina, capital do Kosovo, onde se encontrou com as tropas russas estacionadas na região e com os 15 embaixadores do Conselho de Segurança da ONU que sábado iniciaram uma visita à província sérvia.

## Chrysler despede 26 mil trabalhadores

A fabricante de automóveis **Chrysler** vai reduzir os seus gastos em 40 por cento, ou seja 18 mil milhões de dólares, ao longo dos próximos cinco anos, segundo informou o jornal britânico «Financial Times» na sua edição de segunda-feira.

A fabricante norte-americana de automóveis pensa incluir na sua reestruturação o despedimento de 26 mil trabalhadores. Outros 9600 serão despedidos na Mitsubishi, outra subsidiária da Daimler-Chrysler.

«A ideia básica é, claramente, reduzir o nível de gastos, mas isso não significa que adiaremos algo de substancial no que se refere a produtos», garantiu Dieter Zetsche, presidente da Chrysler alemã.

### Nortel 10 mil...

A **Nortel Networks Corp.**, com sede em Toronto, no Canadá, anunciou na passada semana que despedirá mais 10 mil empregados.

Em Abril, a companhia havia anunciado o despedimento de 20 mil trabalhadores, como primeiro sinal de uma grande redução no seu facturamento. «Obviamente a redução nos gastos é a prioridade número num período de facturamento baixo», afirmou o executivo-chefe da companhia, John Roth.

### ... e a Roche 1100

A farmacêutica suíça **Roche** vai liquidar três mil postos de trabalho nos próximos dois a três anos, anunciou recentemente a empresa.

Os despedimentos irão afectar 1100 trabalhadores nos EUA, 700 empregados no Reino Unido e 600 funcionários na Suíça. Esta medida visa aumentar a margem de lucro da empresa em 20 a 25 por cento até 2004 através de cortes nas despesas com pessoal.

As vendas em 2000 cresceram sete por cento, muito abaixo da média do sector, atingindo 2327 milhões de contos.

Argélia à beira do caos

# A revolta dos berberes

Quatro mortos e centenas de feridos é o trágico balanço da Marcha pela Democracia que dia 14 de Junho juntou em Argel mais de um milhão de pessoas.

O Comité de Aldeias e Tribos da Cabília organizou uma marcha até Argel para «protestar contra a repressão» na região e exigir o reconhecimento dos direitos da comunidade berbere argelina. A iniciativa visava chamar a atenção do país para a situação na Cabília, e entregar

uma plataforma reivindicativa na Presidência da República em Argel.

O resultado ultrapassou todas as expectativas. Mais de um milhão de pessoas, segundo todas as informações, convergiram para o coração da capital argelina desde manhã cedo, ostentan-

## Dois meses de confrontos

**18 de Abril** - Mohamed Guermah, um adolescente, é morto numa esquadrada da polícia em Beni Duala, perto de Tizi Uzu.

**19 de Abril** - Respondendo ao apelo do Movimento Cultural Berbere, cerca de 10 000 pessoas, na sua maioria jovens, manifestam-se em Tizi Uzu exigindo o reconhecimento da sua língua como idioma oficial na Argélia.

**22 de Abril** - Distúrbios em Amizur, na zona berbere de Bujía, em protesto contra os maus tratos a detidos nas esquadradas da polícia.

**23 de Abril** - Após o enterro pacífico de Mohamed Guermah, registam-se confrontos em Beni Duala. A polícia e os agentes anti-distúrbios cercam a cidade, lançam granadas lacrimogéneas e bloqueiam os principais acessos.

**24 de Abril** - Os responsáveis da polícia de Beni Duala são destituídos pelas autoridades argelinas.

**25 a 27 de Abril** - Manifestações contra a repressão policial e por mais justiça social, designadamente na atribuição de casas e postos de trabalho na Administração pública, acabam em confrontos que provocam a morte de nove pessoas.

**28 a 29 de Abril** - Novos confrontos provocam a morte de mais 29 pessoas.

**30 de Abril** - O presidente Abdelaziz Buteflika cria uma comissão de inquérito à repressão na Cabília.

**1 de Maio** - O Reagrupamento para a Cultura e a Democracia (RCD, nacionalista berbere) abandona a coligação governamental da Argélia.

**21 de Maio** - 500 000 pessoas manifestam-se em Tizi Uzu em defesa da causa berbere.

**31 de Maio** - 200 000 pessoas manifestam-se em Argel em solidariedade com a população da Cabília.

**6 de Junho** - O presidente do Movimento Cultural Berbere, Ferhat Mehenni, pede em Tizi Uzu uma «ampla autonomia» para a Cabília.

**13 de Junho** - Vinte e quatro pessoas são feridas com balas durante uma manifestação em Ain Fakroun (430 quilómetros a Leste de Argel). Os tiros foram disparados quando os manifestantes se encontravam sentados frente à Câmara Municipal da vila, onde na véspera se tinham registado confrontos. Oito dos feridos foram evacuados em «estado considerado grave» para o hospital universitário de Constantine.

**14 de Junho** - Violentos confrontos em Argel entre centenas de milhar de manifestantes e unidades antidistúrbios provocam a morte de quatro pessoas e ferimentos em 365.



O direito ao emprego é uma exigência que há muito se faz sentir na Argélia

do cartazes com palavras de ordem como «Não à repressão!» e «Fim da humilhação e da exclusão!».

A marcha decorreu sem incidentes até à Praça 1.º de Maio, mas quando os manifestantes pretenderam avançar pela avenida que leva ao palácio de Al Muradia, sede da Presidência da República, começaram os problemas.

Um forte dispositivo policial impediu o avanço dos manifestantes com cargas de gás lacrimogéneo, canhões de água e tiros. Grupos de manifestantes ripostaram com pedras. O centro da cidade transformou-se num caos.

Como sempre sucede em casos semelhantes, grupos violentos aproveitaram a confusão para destruir e saquear o que encontraram pela frente. No final, para além dos elevados prejuízos materiais, no terreno ficaram quatro

mortos e cerca de quatro centenas de feridos, segundo os dados oficiais.

A estranha morte de Mohamed Guermah, um adolescente, a 18 de Abril, numa esquadrada da polícia em Beni Duala, perto de Tizi Uzu, foi a gota de água que fez transbordar a revolta berbere. O aumento da repressão parece ser a resposta das autoridades argelinas.

### Fim da repressão e da humilhação, exigem comunidades berberes

#### Reacções

Na sequência dos tumultos de Argel e de outras manifestações que se sucedem um pouco por todo o país, as autoridades argelinas decidiram avançar com alterações ao Código Penal, cujo objectivo parece ser o de proibir toda e qualquer manifestação pública.

Na opinião do Agrupamento para a Cultura e a Democracia (RCD) esta lei, «vota-

da por uma maioria parlamentar saída de uma fraude eleitoral massiva revela, na verdade, a vontade de controlar toda a vida política» na Argélia.

Numa declaração divulgada no início da semana, em que se apela à unidade das forças «democráticas e republicanas» para fazer face às manobras do governo, o RCD considera que a repressão dos movimentos de protesto, seja na Cabília ou noutros pontos do país, mostra que o regime está decidido a jogar na divisão nação para sobreviver. «Contudo, a reivindicação identitária e linguística tamazigh [berbere] que o poder aposta em diabolizar faz parte da questão democrática», afirma o RCD.

Segundo aquela formação política, a atitude das autoridades argelinas face às reivindicações da população traduz «a incompetência, o cinismo e o regionalismo erigidos em programa político», que «[lhes] fazem esquecer que um povo que não cedeu perante o terrorismo integrista não pode abdicar face ao terror de Estado».

Também o Partido dos Trabalhadores (PT) de Annaba, onde esta semana se registaram novos confrontos, divulgou um comunicado em que «apela aos cidadãos para que expressem a sua solidariedade com as irmãs e irmãos de Cabília e de todas as outras regiões do país exigindo o fim imediato da repressão, o reconhecimento do tamazigh como língua nacional e oficial».

Para o PT, a urgente tomada de medidas para a resolução dos problemas sociais e o respeito pelas liberdades e direitos humanos são fundamentais para a pacificação do país.

Por seu lado, o Fórum Democrático, uma associação baseada em França, divulgou uma declaração manifestando o seu apoio «a todas as iniciativas pacíficas visando promover a democracia» na Argélia e a defender os «direitos dos cidadãos gravemente ameaçados, nomeadamente pelas recentes disposições do Código Penal adoptados pelo Parlamento».

disparos do exército israelita. Segundo fontes da Autoridade Nacional Palestiniana (ANP), a criança, Suleiman Al Masri, de 12 anos, foi atingido por uma bala durante confrontos entre soldados israelitas e manifestantes palestinianos na localidade de Rafak, fronteira com o Egipto. Masri é a quarta vítima mortal desde que os governos de Israel e a ANP decretaram um cessar-fogo na passada semana.

## Lula de volta à corrida eleitoral

Luís Inácio «Lula» da Silva, líder tradicional da esquerda brasileira e três vezes derrotado em eleições presidenciais, voltará a ser candidato à chefia do Estado em 2002, segundo o diário «Folha de S. Paulo». «Passei três anos a pensar que nunca mais voltaria a ser candidato à presidência», afirma Lula ao jornal. «Agora, é a vez de o Partido dos Trabalhadores». Lula, antigo operário metalúrgico natural do Estado de Pernambuco, um dos mais pobres do país no Nordeste brasileiro, é presidente de honra do PT.

## Confrontos na Macedónia

Uma granada de morteiro caiu este domingo, sem explodir ou fazer vítimas, na entrada de uma casa próxima duma caserna do exército macedónio em Kumanovo, informou um porta-voz militar. Tetovo, no Noroeste da Macedónia, foi igualmente palco de uma troca de tiros entre civis e soldados, anunciou o porta-voz do governo, Antonio Milososki. Enquanto os conflitos prosseguem no terreno, apesar do governo macedónio ter anunciado na passada semana a suspensão das suas operações militares até o dia 27, os líderes políticos macedónios e albaneses iniciaram sexta-feira uma ronda de negociações para discutir as reformas necessárias para responder às reivindicações da minoria albanesa.

## Inaugurado Parque da Paz no Chile

O governo chileno inaugurou domingo, em Araucania, o primeiro Parque da Paz instalado em local público, como forma de recordação das vítimas das violações de direitos do Homem da ditadura de Augusto Pinochet. Numa das paredes do monumento, que se encontra a 800 quilómetros da capital chilena, pode ler-se o nome das 115 pessoas que viviam na região e que foram mortas pelos militares. Numa outra, estão os nomes das 102 pessoas que morreram ou que estão dadas como desaparecidas em diversas regiões do Chile e cujas famílias se encontram a viver na região de Araucania.

## Eleições antecipadas em Berlim

Gregor Gysi, antigo dirigente do Partido do Socialismo Democrático (PSD), está disponível para ser o candidato dos comunistas à presidência da Câmara Municipal de Berlim nas eleições antecipadas, previstas para Setembro.

O anúncio foi feito domingo, um dia depois da queda do executivo cristão-democrata que governava há dez anos a capital alemã, na sequência de uma moção de censura aprovada pelos social-democratas, verdes e comunistas.

Na origem da destituição do burgomestre da cidade-Estado, o cristão-democrata (CDU) Eberhard Diepen, e de outros quatro autarcas da CDU, está um escândalo financeiro.

Quase doze anos depois da queda do muro de Berlim, a antiga capital da RDA debate-se com uma profunda crise económica e uma não menos grave crise de identidade. Duas questões a que o PDS se propõe dar resposta, apesar da previsível campanha anti-comunista que o partido vai

ter de enfrentar. Nas últimas eleições, em 1999, o PDS conseguiu 17,7 por cento dos votos, mas algumas sondagens feitas recentemente mostram que mais de 50 por cento dos 3,5 milhões de habitantes de Berlim encaram a possibilidade de vir a ter um comunista na presidência da cidade.

#### Outros muros

Gregor Gysi, de 53 anos, que até ao Outono passado

presidiu ao grupo parlamentar do PDS no Bundestag (câmara baixa do parlamento alemão), afirmou-se preparado para as «toneladas de difamações» dos seus adversários. «Precisamos de um novo começo», declarou, acrescentando que as suas prioridades na capital, se for eleito, serão a luta contra a pobreza, a corrupção e o desemprego, bem como a melhoria da educação.

Segundo o candidato comunista, há ainda «outros muros» entre o Leste e o

Oeste que devem tombar nos dias de hoje, na Alemanha.

A União Cristã Democrática (CDU), anunciou entretanto que o seu candidato será Frank Steffel, um político local de apenas 35 anos, enquanto os social-democratas (SPD) avançam com Klaus Wowereit, justamente o homem que dirigirá o governo municipal transitório até à realização das eleições.

O PDS já faz parte da coligação governamental dirigida pelo SPD em Mecklembourg.

● Miguel Urbano  
Rodrigues

**D**e repente tudo começou a mudar. Sabíamos que isso aconteceria, mas não quando. Os cérebros do sistema de poder dos EUA repetiam insistentemente que o primeiro século do novo milénio seria também norte-americano e que a hegemonia planetária do seu país estava vocacionada para se eternizar. Isso apesar de o crescimento galopante e torrencial da China coincidir com indícios da decadência do Império. E, contudo, o que parecia quase impossível esboça-se num horizonte de esperança.

# Erros e fragilidades do Império no início do século XXI



A eleição nos EUA de uma série de presidentes medíocres (alguns de uma incultura chocante) não foi ocasional. Resultou da lógica da engrenagem. Custa a perceber que um político truculento e ignorante como o filho do ex-director da CIA, também presidente, possa ter sido o candidato republicano escolhido para dirigir o mais poderoso Estado contemporâneo. E, contudo, foi seleccionado precisamente por carecer das qualidades mínimas que supostamente deveria ter.

O sistema, confiado no imenso poder da República imperial, desconfia dos políticos talentosos. Mas não soube extrair lições do comportamento dos últimos presidentes. Por mais incapaz que seja, um presidente dispõe sempre no exercício das suas funções de uma mar-

gem de poder que pode fazer dele um estorvo e até, eventualmente, um perigo para o próprio sistema que o controla.

Os 100 dias de Bush foram calamitosos. Os próximos não deixam entrever alegrias para o *establishment*.

Os postos-chave da nova Administração foram, com raríssimas excepções, confiados a homens que estão agindo como se o mundo fosse um gigantesco protectorado dos EUA.

George Bush cometeu em primeiro lugar o erro de atacar em muitas frentes. Iniciativas desastradas resultaram de concepções estratégicas contraditórias perfilhadas por homens que não se entendem (caso de Colin Powell com o vice-presidente Cheeney e o secretário da Defesa Rumsfeld, ambos falcões agressivos).

Actuações prepotentes, amorais e até insensatas criaram situações conflituosas graves. Algumas conduziram a impasses; outras tiveram como desfecho derrotas humilhantes. Todas contribuíram para piorar a imagem dos EUA.

Washington entrou em choque com a China; permitiu que a extrema-direita israelense intensificasse o genocídio na Palestina; gerou tensões com os aliados europeus e com países do Terceiro Mundo ao negar-se a assinar o Protocolo de Kyoto sobre a defesa do Ambiente; dirigiu veladas mas repetidas ameaças à Rússia, tratando-a como potência de segunda classe; exibiu o seu desprezo pelo Islão ao bombardear Bagdad; desafiou o mundo com a retomada do projecto do chamado escudo espacial.

## O paiol latino-americano

Na América Latina, que durante a campanha fora contemplada com uma cascata de promessas, o governo Bush consegue o prodígio de decepcionar até aqueles governos que Fidel Castro define como «os lacaios e lambe-botas», como por exemplo os da Argentina, do Uruguai, da Costa Rica, da Nicarágua e de El Salvador. Recebem ordens, por vezes pelo telefone, como ocorreu durante a reunião da Comissão dos Direitos do Homem, em Genebra.

A chamada Cimeira das Américas, em Quebec, confirmou que Washington não percebeu ainda que pela vastidão do Continente estão ocorrendo mudanças complexas que expressam a tendência dos povos latino-americanos para situações de confrontação com os EUA, sem data no calendário, mas inevitáveis.

A Declaração aprovada no Canadá foi imposta a martelo. Somente se tornou possível porque Washington concordou com o adiamento para 2005 da criação da Área de Livre Comércio das Américas. Será então uma realidade? Os próprios homens do presidente são os primeiros a duvidar. Aos obstáculos externos somam-se os internos. As reservas formuladas por Chavez e a posição assumida por Fernando Henrique (insuspeito por actuar hoje como um neoliberal) deixaram transparente que a América Latina perderá muito com a ALCA e ganhará pouco ou nada. A integração concebida pelos EUA seria na prática uma recolonização.

Na Casa Branca as manifestações de *indisciplina* de alguns governos latino-americanos habitualmente submissos

suscita preocupação. Colin Powell não conseguiu que o Equador votasse contra Cuba na Comissão dos Direitos do Homem. Mais surpreendente foi o voto da Colômbia na ONU a favor do envio para a Palestina de uma força de interposição internacional que contenha o genocídio ali praticado por Israel. O gesto de Pastrana foi considerado intolerável.

No Equador, no Paraguai, na Bolívia, na Argentina, no Uruguai a contestação às políticas neoliberais aumenta. No Brasil as iniciativas desafiantes do Movimento dos Sem Terra diversificam-se, contribuindo para o aumento da tensão social em muitos estados.

Não seria correcto afirmar que a pressão dos povos ameaça fazer saltar a tampa da panela. Não. A situação que se vive no mundo latino-americano não é pré-revolucionária. Mas a participação crescente das massas nas lutas contra as políticas impostas por Washington através de governos ísteres é uma realidade.

A relação de forças está a mudar aceleradamente em desfavor do imperialismo.

## Revolução e contra-revolução

A década de 60 e o começo dos anos 70 ficaram marcados pela esperança. A vitória da Revolução Cubana assinalou o início de um período de ascensão dos movimentos revolucionários. Em quase toda a América Latina partidos e forças muito diferentes desafiaram a dominação imperialista. Ditaduras e democracias de fachada, oligárquicas, foram contestadas pelas armas, através da luta de massas ou de mecanismos institucionais. A contra-ofensiva dos EUA ocorreu num contexto contraditório. Enquanto no Brasil e na Argentina, golpes de estado (com a mão da CIA) assinalavam a resposta imperial à fome de liberdade e independência dos povos, noutros países desenvolviam-se impetuosamente experiências inéditas. Na Bolívia e no Peru militares patriotas, perante o espanto de Washington, usaram as Forças Armadas para garantir transformações sociais e económicas de carácter progressista. No Chile, Allende, eleito Presidente, lançou com a Unidade Popular o desafio romântico da via pacífica para o socialismo.

O desfecho dessas tentativas é conhecido. A aspiração dos povos da América Latina a serem senhores do seu próprio destino não se concretizou. Por



todo o lado, o imperialismo, intervindo directa ou indirectamente, conteve, recorrendo à violência ou por outros meios, a grande vaga de insubmissão que varria o Sul do continente.

As guerrilhas, rurais ou urbanas, foram esmagadas numa orgia repressiva sem precedentes que golpeou a sociedade civil no seu conjunto.

Em meados dos anos 70, o imperialismo concluiu que a luta armada contra a ordem vigente fora definitivamente erradicada da América Latina.

Engano. No final dessa década, inesperadamente, a Frente Sandinista de Libertação Nacional, recorrendo a uma estratégia que fundia múltiplas formas de luta, tomou o poder na Nicarágua, após uma luta heróica, até então mal acompanhada pela opinião pública mundial.

Em Washington soou o alarme. O imperialismo percebeu que as sementes da Revolução haviam germinado na América Central.

Dez anos transcorreram antes que Reagan e Bush conseguissem, utilizando com frequência meios criminosos, destruir a Revolução Sandinista e recolocar no poder em Manágua gente sua.

A vitória imperial foi incompleta. Em San Salvador e na Guatemala, a incapacidade de esmagar militarmente os movimentos revolucionários forçou Washington a compromissos reveladores das limitações do seu poder na região.

### Novos desafios

Com o desaparecimento do campo socialista na Europa e particularmente a implosão da URSS, fortaleceu-se no sistema de poder dos EUA a convicção de

que, agora sim, terminara definitivamente na América Latina a era das revoluções.

A capitulação dos intelectuais de esquerda em grande parte da Europa contribuiu para reforçar a ilusão de que Fukuyama estava certo ao anunciar o fim da história e o advento do neoliberalismo globalizado como ideologia definitiva.

Nas grandes universidades norte-americanas e europeias, ideólogos do sistema mascarados de liberais de esquerda (alguns ex-marxistas) entregavam-se a exercícios retóricos. A tarefa que apontavam era a humanização do capitalismo, porque a ideia de revolução social se tornara arcaica por incompatível com as conquistas da revolução tecnocientífica.

Esses fogos de artifício foram mais uma vez prematuros.

O século findou mal para o imperialismo.

Bush tomou posse numa atmosfera anunciatória de tempestades.

A sua instalação na Casa Branca ocorreu no rescaldo de uma eleição desacreditada por fraudes e escândalos que abalaram a confiança do povo norte-americano na fiabilidade de uma democracia que lhe era apresentada como quase perfeita.

As repetidas intervenções da Reserva Federal baixando a taxa de juro terão atenuado os efeitos da chamada desaceleração da economia (a palavra recessão assusta) mas não evitaram a vaga de despedimentos maciços nas transnacionais. O sonho de que as novas tecnologias abririam ao país as portas de uma prosperidade eterna ruíram quando ficou claro que os sectores mais atingidos são precisamente os ligados à revolução informática.

Em todo o mundo sobe a maré de protestos contra a globalização neoliberal, ou seja, o novo imperialismo. Seattle teve continuidade em Melbourne, Praga, Davos, Porto Alegre, Quebec.

Na Europa cresce a contestação ao arrogante hegemonismo da NATO como instrumento imperial dos EUA. Em Paris, o chefe do Estado Maior General do Exército francês, numa declaração polémica, afirmou que a futura força de intervenção rápida da União Europeia não precisa da tutela da NATO – declaração que suscitou imediata e nervosa resposta do secretário-geral daquela organização e do secretário de Defesa norte-americano.

Na América Latina, o binómio Colômbia-Venezuela tira o sono aos estrategos do Pentágono e aos assessores de Bush. O imperialismo acompanha com preocupação o que se passa nos dois países. Na Venezuela, o esmagamento eleitoral dos partidos da direita tradicional coincide com o enorme prestígio de Chavez, um presidente que assume os ideais revolucionários de Bolívar e defende uma democracia participativa na qual o povo seja o sujeito da história. Na Colômbia, a guerrilha das FARC-EP emerge hoje como um invencível exército popular.

O imperialismo sente o perigo. Na Venezuela manobra e conspira na esperança de que a sabotagem das forças da oligarquia crioula desgaste o governo de Chavez e conduza o país a uma situação de caos. Na Colômbia desejaria transformar a intervenção indirecta numa intervenção militar directa. Mas esta, sem a cooperação dos países vizinhos, não é viável. O Plano Colômbia, em vez de trazer a solução desejada, agravou a crise em toda a região. A síndrome do Vietname permanece aliás viva na memória dos generais do Pentágono.

### Derrotas

Um vento de contestação, repito, sopra pela América Latina. Já não é somente Cuba que demonstra, com o seu combate exemplar, que é possível resistir.

O entusiasmo que envolveu as visitas de Fidel Castro à Argélia, ao Irão, Malásia, Síria e Líbia e os discursos ali pronunciados confirmam que a contestação à arrogância imperial alastra, manifestando-se em diferentes áreas do Terceiro Mundo.

Duas derrotas que merecem o qualificativo de históricas, ambas inesperadas, vieram chamar a atenção para a vulnerabilidade do colosso imperial.

A primeira foi a não reeleição dos EUA para a Comissão dos Direitos do Homem da ONU, da qual havia sido membro permanente desde a sua fundação em 1947. A segunda foi a não reeleição para o organismo também da ONU incumbido de acompanhar o combate ao narcotráfico.

Ambas resultaram de votações secretas. Foi quase histórica a reacção da direita norte-americana a esses merecidos bofetões.

O significado dessas exclusões é muito mais profundo e complexo do que afirmam os analistas do *New York Times*, empenhados em subestimá-lo.

Representantes de países europeus aliados dos EUA e do Terceiro Mundo somaram votos para negar àquele país autoridade moral para intervir em organismos ligados à defesa dos direitos humanos e ao combate à droga.

Um Estado que se comporta hoje como o campeão mundial da violação dos direitos dos povos e calca aos pés o Direito Internacional (Palestina, Iraque, Panamá, Somália, Granada, Bósnia, Kosovo, bloqueio a Cuba, etc.) não reúne condições mínimas para integrar a Comissão dos Direitos Humanos das Nações Unidas. Um Estado que se arroga unilateralmente o papel de atribuir certificados de bom comportamento na luta contra o narcotráfico mas cujas agências federais – a CIA e a DEA – mantêm íntimas relações com as mafias que controlam o mercado das drogas não pode figurar na organização de que acaba de ser excluído.

Essas duas votações fizeram em Maio sentar o império no banco dos réus.

\*\*\*\*\*

Muitos dos fenómenos e situações que assinalam neste primeiro ano do novo século o início do declínio da hegemonia imperial dos EUA são ainda pouco perceptíveis. A engrenagem mediática, controlada pelas transnacionais, não ajuda a humanidade a compreender acontecimentos que tendem a inflectir o rumo da história. Oculta-os ou deforma-lhes o significado. Mas não pode apagá-los.

O apelo de Fidel à mobilização dos povos da América Latina contra a ALCA foi interpretado em Washington e em capitais europeias como um brado quixotesco. Esquecem que a história quase sempre avançou contra a lógica aparente das coisas.

A actualidade de Marx impressiona. O Primeiro de Maio cubano não foi apenas belo pela atmosfera revolucionária e internacionalista. De certa maneira expressou simbolicamente o novo espírito, a vontade de resistência que os oprimidos, pelo mundo afora, manifestam com firmeza crescente. A cada dia milhares de homens e mulheres tomam consciência de que a globalização neoliberal e o poder imperial que a garante configuram uma ameaça a toda a humanidade.

Após o mais inesperado dos referendos

• Manoel de Lencastre

O «não» dos irlandeses no referendo recente sobre o Tratado de Nice que os políticos dos Governos da União Europeia cozinham, como sempre, nas costas dos povos, reflectiu a opinião dos eurocépticos. Pouco se tinha falado em tal espécie de pessoas.

De onde apareceram?

Será que pretendem deitar abaixo o edifício da construção europeia?

Tudo indica que os estrategos de Bruxelas ignoraram, completamente, o perigo que parecia evidente. Para eles, a Irlanda, um pequeno país que tem recebido incontáveis subsídios, estava «condenado» a aceitar o Tratado apesar de ser o único a organizar um referendo sobre a matéria. Mas, na hora da verdade, os irlandeses disseram que se opunham ao alargamento da Comunidade e à entrada de mais doze Estados da Europa de Leste e Mediterrânica. Nem mais nem menos. Tudo aquilo que os governantes dos actuais países membros, incluindo os portugueses, tinham, tão facilmente, vendido aos seus povos, caiu por terra.

O Tratado de Nice, tem de dizer-se, não pode ser ratificado e feito entrar em vigor sem a aprovação de todos os actuais membros da Comunidade. Mas a aprovação irlandesa não existe. Por isso, o Tratado está inválido.

Os eurocépticos são: o «Sinn Fein» (partido patriótico irlandês que os burocratas da Comunidade Europeia têm a obrigação de conhecer), os «Verdes» e uma larga massa de tradicionalistas católicos cuja desconfiança relativamente

# Irlanda agita Europa

a projectos como o da Europa do capitalismo «triumfal e galopante» não é de hoje nem de ontem.

Por outro lado, convém não esquecer que o irlandês médio, após séculos de luta sangrenta, desconfia sempre de combinações e tratados que comprometam a independência do seu país. Os eurofilos estão completamente enganados se supõem que a Irlanda pode ser tratada como outros países o têm sido. Podem estar certos de que o povo irlandês não permitirá ao seu governo quaisquer mergulhos no oceano das concessões desde que se veja perigo para a soberania da República.

A adesão irlandesa à moeda única (euro) compreende-se porque a moeda nacional é de criação recente. A libra esterlina, dadas as condições resul-

tantes da independência da Irlanda, tinha continuado a circular.

Mas as propostas que são o corpo e alma do Tratado de Nice, não agradaram, definitivamente, aos irlandeses. Para compreender-se a razão do voto «Não» de 8 do corrente, tem de consultar-se a história do povo irlandês - coisa que, estamos certos, os políticos de Bruxelas e outros jamais fizeram.

Partido revolucionário, o «Sinn Fein» tem sempre dito que os seus aliados naturais na Europa são os partidos comunistas. Tem dado provas da sua simpatia pela luta do PCP na conjuntura portuguesa e para defender os interesses de Portugal e a independência do nosso País quando a União Europeia e os nossos próprios governantes, a ela subjugados,

tudo fazem para nos diminuirmos e humilharem.

Disse, ainda, «The Daily Telegraph»: «A classe dirigente sediada em Dublin, que tem apoiado a política de Gerry Adams no Ulster não lhe perdoará, certamente, o papel que teve na construção do «Não» ao Tratado de Nice».

Pelos vistos em Bruxelas ninguém sabia que Gerry Adams é um revolucionário. Em Dublin, sabiam-no mas esqueceram. Só em Londres isso foi sempre respeitado. Mas os revolucionários de alma sê-lo-ão sempre. O imperialismo terá de contar com eles. Eles são a sombra que perseguirá a União Europeia de formato antipopular, até ao túmulo. Depois, partirão para novas lutas porque o mundo pertence-lhes.

## Capitalistas! Consultem a História!

Para a República da Irlanda, a grande questão da nossa época continua a ser a libertação do Ulster, a província do Norte que os ingleses ainda ocupam, e a sua integração numa República unida. Paralelamente a esta grande aspiração, o povo irlandês exige a retirada das Forças

Armadas britânicas que continuam a marcar uma importante presença naquela província.

Não é difícil observar que estes objectivos dos patrióticos irlandeses em nada se coadunam com os do Tratado de Nice e, mais geralmente, com os da própria

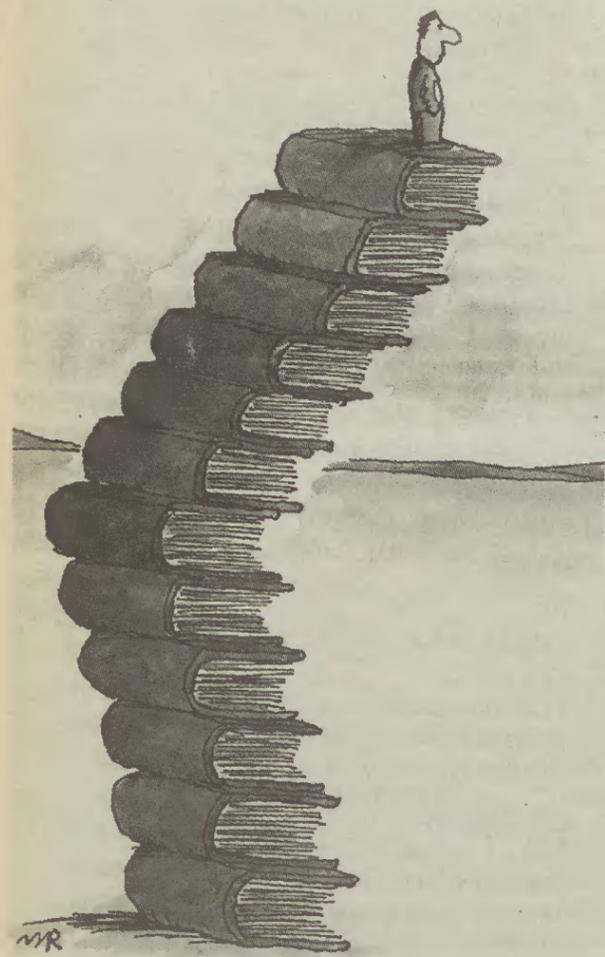
União Europeia. Para a Irlanda, a aceitação de mais doze países no bloco europeu só pode implicar sérias concessões num projecto em que a Grã-Bretanha está interessada. A Irlanda moderna tomará sempre caminhos opostos aos dos ingleses. Se a Grã-Bretanha está fora do euro, a Irlanda entra. Se Londres se orienta para «mais Europa», Dublin desejará «menos Europa...»

Os activistas das forças políticas referidas na peça principal deste trabalho, lançaram-se numa vigorosa campanha anti-Tratado de Nice e levaram as suas ideias ao âmago do povo irlandês através do incansável trabalho porta-a-porta. A «Aliança pela Paz e pela Neutralidade» ganhou raízes naturalmente. Uma das suas causas resulta das aspirações dos políticos da União Europeia ao estatuto de super-potência - outra, dos projectos de uma política europeia e de um exército europeu. Os irlandeses desconfiam, profundamente, destes planos...

Polícias «europeus» nas ruas de Dublin? Seriam hostilizados e liquidados. Quanto ao euro-exército, os irlandeses temem, e com toda a razão, que esse exército possa substituir o da Grã-Bretanha no Ulster em mais ou menos próximo futuro.

«Votem Não! O alargamento da União Europeia far-nos-á perder a liberdade, poder e dinheiro». As cidades e os campos de toda a Irlanda estavam cobertos de cartazes com estas consignas nas vésperas do referendo. Quanto à campanha do «Sim» distinguiu-se por uma quase total ausência.

O Primeiro-Ministro, Bertie Ahern, tentou convencer os eleitores de que «tinham o dever moral de apoiar o alargamento da União Europeia» mas não teve êxito, porque a propaganda do «Sim» nunca tocou a alma da Irlanda profunda, republicana, independente.



## O «Não!» visto de Londres

Palavras de «The Daily Telegraph», no dia seguinte ao do referendo irlandês: «A rejeição do Tratado de Nice pelos votantes irlandeses é, provavelmente, a maior derrota sofrida pela elite irlandesa desde o triunfo do «Sinn Fein» nas eleições gerais de 1918».

Como seria de esperar, o grande jornal conservador londrino foi buscar à História uma comparação com aquilo que acaba de verificar-se. E acabou por reconhecer o papel do «Sinn Fein» na campanha do «Não» actual. Trata-se do mesmo «Sinn Fein» que, na Irlanda do Norte, aumentou tão significativamente a sua percentagem de votos nas recentes eleições britânicas; o mesmo que tem defendido os acordos da Páscoa resultando na paz do Ulster; o mesmo que defende a recusa do IRA a desarmar, a não ser que os colonialistas britânicos saiam e os privilégios dos protestantes desapareçam.



Mural alusivo às lutas pelos direitos civis na Irlanda, em Março de 1972

## Religiões

• Jorge Messias

Pondo de lado o tom, de certo modo ameaçador adoptado pelos bispos, mas voltando à nota pastoral do Episcopado Português, poderá concluir-se que esta, na sua inegável importância, gira em torno de problemas de fundo que a hierarquia é imperativamente chamada a resolver. Menos pelo que nesse texto se diz ou se aparenta dizer e mais pelo que a lógica interna dá intervenção no seu conjunto revela. Antes ou durante a fase inicial do magistério de D. José Policarpo, os bispos têm permanecido presos às malhas de uma indecisão permanente: acção laica ou meditação metafísica, espiritualidade ou lucro? As oposições dos valores em causa – julgo eu – são insuperáveis, mas a igreja continua a tentar conciliar, neste caso, valores de natureza antagónica.

«Crise da Sociedade - Crise de Civilização», os bispos revelam uma leitura própria, de natureza mista, eclesio-social.

### Derrapagem

Entram em derrapagem de sentido, relativamente a D. José. Preocupa-os sobretudo a tradição da igreja, o legado dos sacramentos e, simultaneamente, a forma mais expedita de avançar nos caminhos do chamado pós-modernismo – materialista, economicista, demagógico e virtual. Procuram ligar, numa sólida e única cadeia, a tradição, o fundamentalismo mais integrista e a evocação do longínquo Vaticano II. Tentam, assim, dar forma a uma enorme amálgama de conceitos que, na actual igreja, se combatem entre si: a dignidade humana como herança exclusiva de um património religioso; a liberdade na responsabilidade que a igreja católica nega aos seus; a cultura da vida, concebida dogmaticamente, numa engenharia puramente abstracta. Irrompem,

## Os bispos engrossam a fala (IV)



Nem se vê que possa ter alternativa, presa como está ao dogma. Assim, é interessante comparar-se o essencial da alocação de D. José Policarpo com o que se contém na nota pastoral do colectivo dos bispos. A hierarquia sabe que o tempo urge e que os compromissos assumidos não perdoam. É necessário arrancar em frente e partir. Não menos importante, no entanto, será manter-se o equilíbrio interno entre os «lobbies» eclesásticos.

Se compararmos a oração de D. José com o apelo dos bispos à intervenção católica na política e na vida social, veremos que, no primeiro caso, as considerações do cardeal-patriarca são mais objectivas, directas e politicamente bem formuladas. Trata-se, com efeito, do discurso de um primeiro-ministro que mete na ordem os seus colaboradores enquanto que, pela derradeira vez, recorda aos executivos laicos ser portador de um projecto de acção de cumprimento imediato e obrigatório. Qualquer marca teológica é apagada nas palavras do bispo-cardeal. No texto

depois, em avalanche, palavras que simplesmente soam bem ao ouvido, sem nada acrescentarem: verdade, esperança, estabilidade, educação, progresso, generosidade, rectidão, coragem. Palavras que caem bem mas nada mudam. Os bispos elevaram o tom de voz mas não o discurso. Ora, quem fala alto de mais mas é surdo à voz dos outros, nunca tem razão. Pode estar consciente de possuir um inquestionável poderio. Pode tentar ocupar pela força as terras dos outros. Mas não convence, não persuade nem é capaz de ocultar, indefinidamente, a miséria sobre a qual construiu o edifício do seu poder majestático. O rei vai nu. «O cristianismo valoriza a importância da verdade como alicerce da cultura», afirma-se na nota da CEP. Seria bom que assim fosse. Ouvíramos, então, os bispos lusitanos falar no verdadeiro significado político da Concordata e do Acto Missionário, no opaco poderio financeiro do Opus Dei, nos torvos negócios que o Vaticano oculta, nas ONGS e IPSS que se afirmam não lucrativas, nos meandros secretos dos entendimentos políticos eclesásticos, na verdade sobre a TVI, na face autêntica da Universidade Católica, nos crimes que ficaram por castigar, nas negociatas de Fátima, nas fundações e sociedades semi-secretas, etc. Até tão longe não ousam ir os bispos. Mas bem sabem do que se trata. Quanto ao mais, os tempos mudaram. Agora, o trovejar imponente da sua voz já pouco efeito produz.

## Pontos Naturais

• Mário Castrim

### Lisboa

#### Paisagem

Está construída a cidade em sete montes.

Por todo o lado se inventaram escadinhas que sobem sobem sobem...

Os pássaros vêem as pessoas trepar para as nuvens e dizem com seus botões: «Tolos! Com asas era bem mais fácil».

#### Pouca terra

Santa Apolónia, um teatro.

Mesmo parados os comboios chamam o meu coração.

Parto sempre de mim nunca me digo adeus

e é sempre a mim que chego.

#### Familiar

Capelão.

D. Fradique.

O Paço.

Barbadinhos...

Nomes

(sinais?)

barcos

de navegar

no tempo

levantado

do pó.

Lisboa.

A casa

onde ninguém

está só.

#### Lá, em cima

Trepámos a encosta para tomar o Castelo.

Morremos muitos.

Muitos.

Hoje

o Castelo é um brinquedo

para brincar com o mar

o casario

as ruas tontas

circulando entre os prédios.

Um brinquedo.

Tão jóia!

Sua Imponência

o Rei

Castelo.

#### A torre

à mão do tejo o mar

à mão do mar sobre a primeira onda

índia

brasil

naufrágios

pesadelos

(perto

só a estrela polar)

e o brilho das jóias

e a pimenta do sonho

a torre

em belém

vela

pelo menino

que sempre

está

nascendo

## Cartoon

• Monginho

OS ESTÚDIOS DISNEY  
PRETENDEM REDUZIR  
EM 25% OS POSTOS DE  
TRABALHO DA SUA DIVISÃO  
EM CINEMA DE ANIMAÇÃO.

ACHO MAL... MAS  
POR OUTRO LADO, COM  
OS GOVERNOS QUE  
ELES E NÓS TEMOS,  
QUEM PRECISA DE VÉR  
DESENHOS ANIMADOS?



# Ciência e Tecnologia

Francisco Silva

## Na berra...

«Genoma - A autobiografia de uma espécie em 23 capítulos» (1), da autoria de Matt Ridley, é uma obra interessante e informativamente actualizada. Li-o recentemente e dei por bem utilizado o meu tempo. Aliás, Ridley não é um desconhecido de entre os que escrevem neste mundo sobre temas científicos, bem pelo contrário. Além disso, Ridley tem um doutoramento tirado na vetusta Universidade de Oxford e é responsável pelo Parque de Ciência em Newcastle-upon-Tyne, no Reino Unido. É um autor na berra...

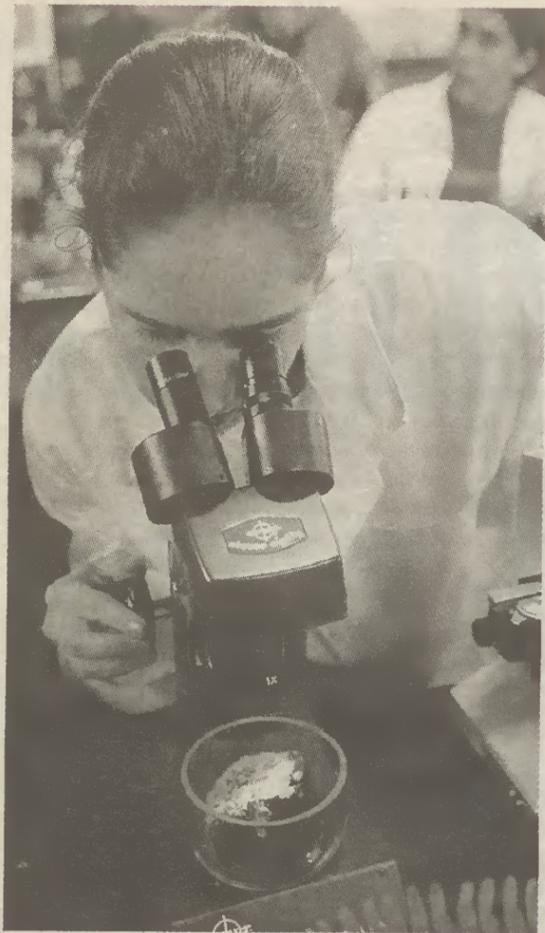
Dos dois lados do debate sobre o modo como o genoma humano se manifesta no que cada um de nós é, na discussão de como se reparte a influência entre o componente da hereditariedade e o resultado da nossa interacção com o meio ambiente e a educação e a cultura, Ridley, a nosso ver, está do lado dos que valorizam - ou pretendem legitimamente que não seja desvalorizada - a contribuição genética aos seus diversos níveis. Uma posição que, historicamente, se encontra do lado oposto ao lado dos que defendem um papel mais importante para a história do indivíduo desde que nasce, sujeito à influência do meio, nomeadamente da sociedade. Isto é, do lado que tem sido o mais preferido pela esquerda e pelas pessoas ligadas às ciências sociais e humanas e às artes e humanidades, encontra-se a opinião, seja qual for a nossa herança genética, até para combater os racismos e classismos, que somos sobretudo aquilo que a educação faz de nós, aquilo que o ambiente dominante na sociedade nos leva a ser.

Por isso, quanto maior vai sendo o conhecimento científico sobre estas matérias, mais importante é manter um debate estimulador e informado e, portanto, disse, dei o meu tempo de leitura por bem empregue. Contudo, quando Ridley deslizou, boçal e primário, para a cegueira política e para a brincadeira argumentativa pesada, aí indignei-me.

Com efeito, no capítulo dedicado, e bem, à eugenia genética, Ridley enveredou por maus caminhos. Não porque tivesse evitado referir a maneira como em diversos países, na Alemanha, nos países nórdicos e noutros, esta questão foi encarada, quer através da esterilização das pessoas consideradas mentalmente inaptas, quer, na Alemanha, durante a II Guerra Mundial, através do seu legal assassinato. Nos EUA, as restrições eugénicas à emigração também foram utilizadas em grande escala. No Reino Unido, por fim, não foi adoptada a necessária legislação. E reconhece a liderança de Churchill no processo de fazer vingar a eugenia, que esteve por pouco - não sem bicar à esquerda os fabianos, como H.G. Wells. Não se esqueceu de mencionar que, nos países católicos, a eugenia não viu o sol político. E também mencionou que a eugenia não encontrou eco na União Soviética. Certo.

### Ignorância... ou talvez não

Mas, aqui chegado, a porca torceu o rabo. E o ensaísta perdeu as estribeiras. Que realmente na União Soviética, escreve ele, a eugenia não passou,



porque lá estava-se atarefado na matança das pessoas inteligentes! Como brincadeira é, pelo menos, de mau gosto, convenhamos. Contudo, de passagem, ignorar a polémica em torno do soviético Lyssenko, que envolveu cientistas ilustres como Haldane (durante bastante tempo um comunista britânico destacado), é que já parece mais estranho. Ignorância sua ou não convinha à sua história?

Se não se referiu a esta questão porque não convinha à sua história, opino eu que a mesma razão por que triunfaram as teses lissenkistas contra a genética, considerada como um desvio ideológico burguês da ciência ocidental, foram, em grande medida, as razões que levaram a União Soviética e, de um modo geral, a esquerda a serem contra a eugenia genética - era a luta contra um determinismo cego atribuído à herança genética, em favor das influências da educação e do ambiente social na construção de homens e mulheres multilateralmente desenvolvidos e, por isso, mais aptos para a emancipação.

Só que as boas intenções podem conduzir a resultados bons, ou maus, ou, o que é o mais comum, a resultados bons e maus. Neste caso, também houve do mau, que foi o travar do desenvolvimento da Biologia na União Soviética, o utilizar das influências políticas e das vantagens ideológicas - empregues de modo mecanicista e não dialéctico - para vencer no debate científico; houve ainda o efeito do afastar de um número considerável de cientistas ocidentais, em particular geneticistas, nomeadamente da luta, a nível mundial, pelos objectivos da Paz e da Cooperação.

Mas, nesta questão, Ridley preferiu o caminho da desfaçatez em vez do debate honesto.

(1) Livro publicado recentemente em português pela Gradiva.

# Pontos Cardeais

## Visões

Vera Roquette, «apresentadora de TV» e colunista quinzenal no *Diário de Notícias*, foi a Cuba e saiu de lá a jurar que a tinha visto «com olhos de ver». Advertido o leitor sobre a qualidade oftalmológica da sua observação, passou ao relato do que viu. Logo à chegada, deu de caras com «um grupo de jovens mulheres, esguias e lânguidas» a aguardar «estáticas, prementes, os viajantes». À noite, «a meio do sono de horas dispersas», foi espreitar à janela do 20.º andar para verificar que «alvorecia silêncios sentidos», fenómeno que lhe permitiu «fixar, lá em baixo, um ponto minúsculo», um «turista de cabelos cor de trigo» que, «dolente, de mãos nos bolsos» se entretinha a ser «perseguido pelos nativos que o rodeavam». Graças à sua apurada visão, viu que em Havana abundam «moscas humanas», «abordagens contínuas», cujas «tocam-nos, inquietam-nos, perseguem-nos». Apesar de tal mosquito conseguiu descortinar (isto de se estar apetrechado com «olhos de ver» tem as suas vantagens) «uma velha mulher de olhar intenso» que lhe pegou nas mãos, «beijou-as e suplicou-lhe que lhe escrevesse um dia», mais umas «crianças de olhos tristes, sem brincadeiras, a sorverem gelados aguados». Aplicando melhor a vista, viu igualmente que «a prostituição é mãe redentora de muitos agravos e humilhações», que «ter uma filha é uma desenfreada chance de sobrevivência» e, ao passear «numa charrete periclitante conduzida por um velho trego», soube que «o cavalo era do Estado e a carroça também» mas «o velho de ninguém». Além disso ainda conseguiu ver «ovos esbranquiçados de galinhas anémicas desfalcadas, ávidas de milho», um mercado «onde se vende imaginação, para subsistir e não roubar» para, finalmente, nos deslumbrar com a sua última visão: «E senti... reví Hemingway no seu pequeno quarto de hotel, divagando *mojitos na bodega del medio...* e floreado *daiquiris*».

Ai, rica! Que imenso que você vê! Abençoado o olho, que Deus lho guarde, tá?

## Rendimentos

Em mais um dos seus «fossados» eleitoralistas, Paulo Portas passou-se há dias pela freguesia lisboeta de Campo de Ourique. Sempre de mão estendida e pronta para o «bacalhau» da praxe, tal como de beijinho engatilhado para todas as senhoras de terceira idade que vislumbresse a dobrar a esquina ou a espreitar no passeio, Portas lá seguia de nariz espetado e câmaras de televisão atrás, na suposição de que o seu alegre sorriso fosse mais uma vez acolhido com simpatia. Só que, azar dos azares! o seu «público alvo» - reformados ou com ardisso - não se mostrou nada receptivo. Pelo contrário, foram sucessivas as respostas viperinas ou sarcasmos declarados, como o da senhora que, encarando-o nos olhos, o acusou de andar ali apenas «a caçar votos». Resposta incontida do Portas: «E a senhora anda à caça do rendimento mínimo».

A grosseria desta resposta diz tudo sobre Portas: o que realmente pensa dos reformados, o que deles pretende e o que valem as suas «preocupações» com a terceira idade.

Nada disso é novidade. O extraordinário foi ninguém comentar o caso, apesar de ter sido registado por uma pequena multidão de jornalistas...

## Sábios

O ministro das Finanças, Pina Moura, fez uma coisa extraordinária, sem precedentes conhecidos em qualquer parte do mundo: convidou todos os seus antecessores no cargo, bem como todos os governadores do Banco de Portugal, para os «ouvir» sobre a actual situação económica do país. À salganhada promiscua de quadros do PS e PSD à volta de Pina Moura, para lhe dizerem em privado o que todos e cada um estão fartos de afirmar em público, foi dado o nome de «conselho de sábios» e concedida uma cobertura mediática que fez daquele infeliz ridículo um ridículo imenso.

Não há dúvida: o Governo de António Guterres perdeu mesmo o tino. Será por isso que já só vê «sábios» à volta das suas burrices...

# Palavras Cruzadas

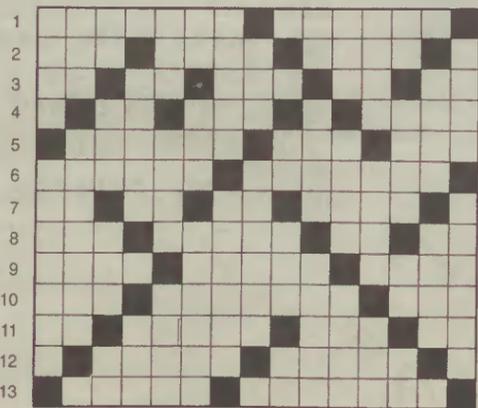
**HORIZONTAIS:** 1 - Recuar; odre cheio. 2 - Naquele lugar; cizento-azulado; pátio. 3 - A mim; a parte mais larga da enxada; relativo a mim; designa alternativa (conj.); sctima nota musical. 4 - Grito aflitivo; nocivo; escudeiros. 5 - Assaltar; junta; partícula de negação. 6 - Com asa (pl.); revestido de substância vitrificável. 7 - Filho de burro e égua ou de cavalo e burra; amerício (s.q.); a ti; planta herbácea da família das umbelíferas. 8 - Vertebrado ovíparo, de sangue quente, respiração pulmonar, com o corpo coberto de penas, bico córneo, desdentado, e com os membros anteriores transformados em asas; limalha; tecido fino espécie de escumilha; nome da letra grega que corresponde ao P latino. 9 - Armazém em forma de torre para substâncias sólidas; unidade de medida de volume para líquidos ou sólidos equivalente a um decímetro cúbico; deslocar-se para fora. 10 - Curado; parotidite infecciosa aguda; vácuo. 11 - Contr. da prep. a com o art. def. o; botar; e não; aqueles. 12 - Residir; vaticinar. 13 - Pôr do avesso; natural ou habitante do Tirol.

**VERTICAIS:** 1 - Divisão ou subdivisão de um caule; amolgar. 2 - Nome da letra L; depósito sedimentar detrítico, resultante de materiais transportados pelos cursos de água. 3 - Planta liliácea da China; amarra com nó; gavinha; terceira nota musical. 4 - Gracejo; maior. 5 - Dignidade militar entre os Turcos; estado patológico caracterizado pela inércia física e intelectual; estaciona. 6 - Caminhar; certamente; pairar. 7 - Versejar; calcar o barro na taipa. 8 - O que pertence à pessoa com quem se fala; entornar. 9 - Interj. que designa dor, admiração, repugnância; nome próprio masculino; nome da 21.ª letra do alfabeto grego. 10 - Designa diferentes relações, como posse, matéria, lugar, providência, etc.; vaga; guarnecer. 11 - Curso de água natural; que é de bronze; cantor ambulante. 12 - Matilha de cães a correr; depois de; desgraça. 13 - Comiseração; caminhando; avenida (abrev.); nome da letra R. 14 - Vento que sopra do lado onde nasce o Sol; instrumento de forma cónica, com uma ponta de ferro que se lança e faz girar por meio de um cordel enrolado nele, ou por meio de mola. 15 - Fisionomia; denominação genérica dada às doenças causadas por vírus.

**SOLUÇÃO:** 1 - Recuar; odre cheio. 2 - Naquele lugar; cizento-azulado; pátio. 3 - A mim; a parte mais larga da enxada; relativo a mim; designa alternativa (conj.); sctima nota musical. 4 - Grito aflitivo; nocivo; escudeiros. 5 - Assaltar; junta; partícula de negação. 6 - Com asa (pl.); revestido de substância vitrificável. 7 - Filho de burro e égua ou de cavalo e burra; amerício (s.q.); a ti; planta herbácea da família das umbelíferas. 8 - Vertebrado ovíparo, de sangue quente, respiração pulmonar, com o corpo coberto de penas, bico córneo, desdentado, e com os membros anteriores transformados em asas; limalha; tecido fino espécie de escumilha; nome da letra grega que corresponde ao P latino. 9 - Armazém em forma de torre para substâncias sólidas; unidade de medida de volume para líquidos ou sólidos equivalente a um decímetro cúbico; deslocar-se para fora. 10 - Curado; parotidite infecciosa aguda; vácuo. 11 - Contr. da prep. a com o art. def. o; botar; e não; aqueles. 12 - Residir; vaticinar. 13 - Pôr do avesso; natural ou habitante do Tirol.

**SOLUÇÃO:** 1 - Divisão ou subdivisão de um caule; amolgar. 2 - Nome da letra L; depósito sedimentar detrítico, resultante de materiais transportados pelos cursos de água. 3 - Planta liliácea da China; amarra com nó; gavinha; terceira nota musical. 4 - Gracejo; maior. 5 - Dignidade militar entre os Turcos; estado patológico caracterizado pela inércia física e intelectual; estaciona. 6 - Caminhar; certamente; pairar. 7 - Versejar; calcar o barro na taipa. 8 - O que pertence à pessoa com quem se fala; entornar. 9 - Interj. que designa dor, admiração, repugnância; nome próprio masculino; nome da 21.ª letra do alfabeto grego. 10 - Designa diferentes relações, como posse, matéria, lugar, providência, etc.; vaga; guarnecer. 11 - Curso de água natural; que é de bronze; cantor ambulante. 12 - Matilha de cães a correr; depois de; desgraça. 13 - Comiseração; caminhando; avenida (abrev.); nome da letra R. 14 - Vento que sopra do lado onde nasce o Sol; instrumento de forma cónica, com uma ponta de ferro que se lança e faz girar por meio de um cordel enrolado nele, ou por meio de mola. 15 - Fisionomia; denominação genérica dada às doenças causadas por vírus.

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15

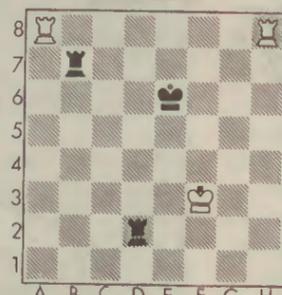


# Xadrez

DCCCII - 21 DE JUNHO DE 2001  
PROPOSIÇÃO N.º 2001X20

Por: Henri Rinck  
«La Stratégie», 1921

Pr.: [3]; Ts. b7, d2 - R66  
Br.: [3]; Ts. a8, h8 - R63



Branças jogam e ganham

SOLUÇÃO DO N.º 2001X20 [P. van D.]

1. Ta6+, R65; 2. R63, Td6; 3. Th5+, R66; Th6+ #  
1. ... Rd7; 2. Th7+, R68; 3. Ta8+, Th8; 4. Th8+ #

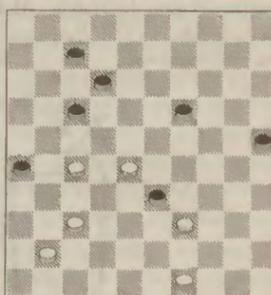
A. de M. M.

# Damas

DCCCII - 21 DE JUNHO DE 2001  
PROPOSIÇÃO N.º 2001D20

Por: P. van Dijk  
[N.L.] - 1937

Pr.: [7]; 7-12-17-19-25-26-33  
Br.: [6]; 27-28-37-39-41-49



Branças jogam e ganham

SOLUÇÃO DO N.º 2001D20 [P. van D.]

1. 37-31, (26-46=D); 2. 27-22, (x); 3. 22x2=D, (x); 4. 2x30, (25x34); 4. 49x7+

A. de M. M.

## Carlos Carvalhas

Hoje, quinta-feira, às 11h00, integra uma delegação do PCP de visita ao IPDT - Instituto Português de Drogas e Toxicoddependência (Av. João Crisóstomo, 14 - Lisboa)

### VII Assembleia da Organização da Freguesia da Baixa da Banheira

No Fórum Municipal José Manuel Figueiredo  
Sábado, 23, às 14h30  
com Valdemar Santos

\*\*\*\*

### VIII Assembleia do Sector da Saúde da ORL

Quinta-feira, 21, 18h30, no CT Vitória.  
Participa o camarada Bernardino Soares

#### Reuniões e outras iniciativas

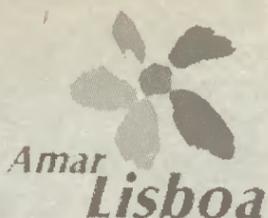
**Almada - Jornada Nacional de Propaganda do PCP sobre questões autárquicas** (de 23 a 30). **23**, sábado, às 10h00, na Costa da Caparica, marginal da Praia, e na Trafaria, Praça Central; **25**, segunda-feira, às 07h00, na JAE, às 09h00, na Zona Central de Almada; às 12h00, no Centro de Reformados, em Almada Velha, às 17h00, no TST, às 17h30, nas paragens da Cova da Piedade e nas empresas Datsun, Rodosul e Beira Rio; **26**, terça-feira, às 07h00, na Ponte do Pragal, às 12h00, no Centro de Reformados, às 15h00, no Hospital Garcia da Horta, às 18h00, na Estação de Comboios do Pragal; **27**, quarta-feira, às 12h00, no Centro de Reformados, às 17h00, no Coopbam, às 17h15/18h00, na Esul/Meci, às 18h15, nos barcos de Porto Brandão; **28**, quinta-feira, às 07h00, nos barcos de Cacilhas, às 08h45, no C.R. Segurança Social, às 12h00, no centro de Reformados; às 12h30, no Motorjeio; **29**, sexta-feira, às 12h00, no Centro de reformados, às 12h30, na Confelis, às 17h00, na Promodelo, às 17h30 na Textilo; **30**, sábado, às 10h00, no Mercado do Feijó, no Mercado da Charneca, no Mercado do Laranjeiro e no Mercado da Piedade; - reunião de militantes associados no Clube de Campismo de Almada, no Grupo Amigos da Costa: **29**, sexta-feira, às 21h30

**AVEIRO - 22**, sexta-feira, às 21h00 - Reunião da DORAV, no CT do PCP  
**LISBOA - 22**, sexta-feira, às 14h30, em Carnaxide - Plenário de militantes, no CT de Carnaxide, para discussão das listas CDU; **23**, sábado, às 15h00, na Zona Oriental - Comício-festa, na Praça Paiva Couceiro, para apresentação dos candidatos do PCP às freguesias do Alto do Pina, Anjos, Beato, Graça, Marvila, Penha de França, São João, S. Jorge de Arroios, S. Vicente, Stª Engrácia e Olivais, com a intervenção de Arménio Carlos, membro do Comité Central; **25**, segunda-feira, às 18h30, no CT Vitória - Reunião da Célula do Ministério da Educação. **27**, quarta-feira, às 13h00, no CT do Lumiar - Reunião da Célula do INETI; e, às 18h30, no CT Vitória, debate sobre «Institutos Públicos - Que futuro para a Administração Pública?» **28**, quinta-feira, às 14h30, no CT Vitória - Reunião de reformados bancários. **29**, sexta-feira, às 19h00, promovido pelo Sector de Transportes - Jantar/debate sobre a «Actualidade do projecto Comunista e a Intervenção Militante», no C.T. Vitória, com a participação de José Casanova, da Comissão Política. (Ementa - entradas várias, massada de peixe, vinho, pão, sobremesa, café e digestivo - preço: 1800\$00)

**LOURES - 22 a 24**, sexta-feira a domingo, participação do PCP com um stand nas Festas da Vila de Santa Iria da Azoia  
**SEIXAL - 22**, sexta-feira, às 21h00, no Independente Futebol Clube Torrense - Plenário da organização da freguesia de Arrentela, para discussão da situação social e política e das eleições autárquicas, com José Paleta. **23**, sábado, às 15h00, no CT de Arrentela - Plenário de militantes da organização da freguesia de Arrentela, com José Paleta. **24**, domingo, às 12h30, na Quinta da Atalaia - Almoço-convívio da Célula dos Trabalhadores da Câmara Municipal do Seixal.

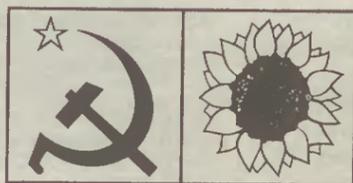
**SINTRA - 23**, sábado, às 13h00, em Rio de Mouro - Almoço, seguido de um plenário de militantes, no CT de Rio de Mouro (confirmação para o tel. 219142336).

**23**, sábado, às 13h00 - almoço promovido pelo Organismo das empresas de Sintra, no JIP (junto ao CT do Cacém), com a participação de Baptista Alves, candidato da CDU à Câmara Municipal de Sintra. Preço: 1500\$00 (confirmação para o tel. 219142336 ou para cam. Custódio 919633201). **27**, quarta-feira, às 21h30 - Plenário de militantes das Freguesias de Aqualva, Cacém, Mira Sintra e S. Marcos (antiga freguesia de Aqualva-Cacém), no CT do Cacém, para discutir intervenção nas próximas eleições autárquicas.



Hoje, quinta-feira, às 21h30 no Parque das Nações (EXPO), em Lisboa, sob a pala do Pavilhão de Portugal, apresentação da candidatura da coligação

**Amar Lisboa**  
à Câmara e à Assembleia Municipal de Lisboa



### ALJUSTREL

Encontro de eleitos e activistas da CDU  
Dia 23 a partir das 15h, no Cine Oriental, com a participação de José Sociro

### NISA

Encontro de eleitos e activistas da CDU  
Dia 23 a partir das 9h30, no Auditório da Biblioteca de Nisa, com a participação de Fernando Carmosino

**DAMAIA - Festa popular CDU no Jardim 25 de Abril:** dia 30 a partir das 15h. Comes e bebes, música popular e de intervenção com José Baião. **Comício** às 17h, com a participação de Odete Santos, de António Filipe e do candidato à presidência da JF, António Borges

**LOURES - Campanha de assinaturas «Todos pelo Metro»:** bancas de recolha de assinaturas nos dias 21 a 23.

**PERAFITA (Matosinhos) - Debate em Perafita: «Construção clandestina - que soluções? Que futuro?».** Sábado, 23, 15h, no Salão Nobre da JF de Perafita, com a participação de João Avelino, candidato da CDU e Honório Novo.

**S. PAIO DE OLEIROS - Reunião pública** sobre os problemas da freguesia, no salão da Junta: sexta-feira, 22, 21h30, com o candidato Antero Resende

**VIALONGA - Debate público: «Desenvolvimento sustentado em Vialonga»:** sábado, 23, às 15h, junto ao Jardim da Comissão de Moradores de Alpriate

**VILA REAL DE STº ANTÓNIO - Sessão pública** da CDU na Praça Marquês de Pombal, com apresentação da página da CDU V.R.S. António na Internet ([www.cdu-versa2001.org](http://www.cdu-versa2001.org)): dia 23 às 19h30, com a presença de Mário Sousa, candidato à CM.



### 30, sábado

às 18h00 - no âmbito da comemoração dos 80 anos das Juventudes Comunistas, «Conversa» com José Casanova, da Comissão Política e director do «Avante!», Inês Zuber, responsável pelo AGIT e Carlos Pereira, director de um jornal do Alentejo, na Sala Soir Joaquim António de Aguiar.

### ASSOCIAÇÃO DE AMIZADE PORTUGAL-CUBA

Núcleo de Setúbal

Hoje, quinta-feira, às 21h30, na sede da Associação (R. Dr. António Joaquim Granjo, 72) - debate com o Embaixador da República de Cuba, Reynaldo Calviac



## CDU apresenta candidatos

Com a participação de Carlos Carvalhas

### PALMELA

Quinta-feira, dia 21, 18h  
Apresentação conjunta dos cabeças de lista da CDU aos órgãos municipais do Distrito de Setúbal  
Na Pousada do Castelo

### TAVIRA

Sábado, 23, 13h00  
Apresentação pública do candidato da CDU à Presidência da Câmara Municipal  
No Restaurante «Paris»

### VIDIGUEIRA

Sábado, 24, 17h30  
Apresentação pública dos candidatos da CDU aos órgãos autárquicos do concelho  
Na Esc. Profissional Fialho de Almeida

\*

\* \*

### AVIS

Sábado, dia 23, 17h  
Apresentação pública dos candidatos CDU à Câmara e Assembleia Municipal  
Encontro-convívio no salão da Junta de Freguesia de Avis, com Jerónimo de Sousa

### CORUCHE

Sexta-feira, dia 22, 19h30  
Apresentação pública dos candidatos CDU aos órgãos autárquicos do concelho  
Restaurante «O Farnel», em Coruche, com a participação de Jerónimo de Sousa

### TORRES NOVAS

Quinta-feira, dia 28, 18h30  
Apresentação pública dos candidatos CDU à Câmara e Assembleia Municipal  
No Jardim da Avenida, junto à esplanada  
Jerónimo de Sousa

Freguesia de ALGUEIRÃO/MEM MARTINS - Domingo, dia 24, 13h  
Apresentação pública do candidato CDU à Assembleia de Freguesia  
Almoço nos Bombeiros Voluntários de Alg/M. Martins, com a presença de Batista Alves

Freguesia de CARCAVELOS  
Sábado, dia 23, 20h  
Apresentação pública da lista de candidatos da CDU à Assembleia de Freguesia - Jantar no restaurante «Água na Boca», com a presença de Diniz de Almeida e José Carlos Wanzeler, Cabeças de lista à CM e AM de Cascais

Freguesia de CANIDELO  
Sexta-feira, dia 22, 20h  
Apresentação pública da lista de candidatos da CDU à Assembleia de Freguesia - Na Junta de Freguesia, com a presença de Jorge Sarabando e Ilda Figueiredo, Cabeças de lista à CM e AM de V.Nova de Gaia

Freguesia de CARNAXIDE  
Apresentação pública da lista de candidatos da CDU à Assembleia de Freguesia  
Dia 28, 21h30:  
Na Associação de Moradores 18 Maio (Ourela/Portela), com a presença de Carlos Chaparro

Dia 29, 21h30:  
Na Ass. Filarmónica Fraternidade Operária Carnaxidense, com a presença de Arnaldo Pereira

Freguesia de MASSAMÁ  
Sexta-feira, dia 22, 20h  
Apresentação pública do candidato CDU à Assembleia de Freguesia  
Jantar no restaurante «Taiti», com a presença de Batista Alves e Jaime da Mata

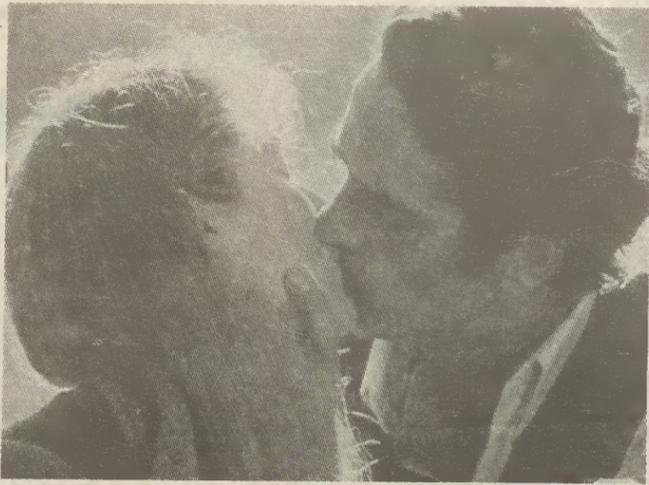
Freguesia de PÓVOA DE STº IRIA  
Dia 26, 21h  
Apresentação pública primeiro candidato da CDU à Assembleia de Freguesia - Na Grupo Dramático Povoense (Grémio), com poesia e música e a presença de José Neves

Freguesia de QUEIJAS  
Sábado, dia 23, 18h30  
Apresentação pública da lista de candidatos da CDU à Assembleia de Freguesia - Na R. de S. Romão (Bª Cooperativa), com a presença de Odete Santos

Freguesia de QUELUZ  
Sábado, dia 23, 19h  
Apresentação pública do candidato CDU à Assembleia de Freguesia  
Na Alameda Conde Almeida Araújo, com a presença de Batista Alves e Lino Paulo

ATVer

«A Casa dos Espíritos»  
- Uma parábola sobre a história do Chile



### A Casa dos Espíritos

(Quinta-feira, 21.06.01, RTP-1)

A Casa dos Espíritos é

uma parábola sobre a história do Chile na segunda metade do século XX através de uma saga familiar que atravessa três gerações, tendo por fio condutor a ascensão social de um terratenente sem escrúpulos e a ditadura fascista de Pinochet em pano de fundo. Parcialmente filmado em Portugal, com **Jeremy Irons, Meryl Streep, Glen Close**, entre outros.

### Drácula, de Bram Stoker

(Sexta-feira, 22.06.01, TVI)

**Francis Ford Coppola** concretizou aqui um projecto pessoal de assumidas homenagens. A primeira vai para o próprio género das clássicas fitas de terror tendo o conde Drácula como personagem, onde «cumprimenta» esteticamente e explicitamente tanto o gótico fundador que Mumau definiu com o



«Quem tramou Roger Rabbit?» justo vencedor de três Óscares

fabuloso e nunca igualado *Nosferatu*, como o *kitch* esplendoroso com que os estúdios bitânicos Hammer avivaram o género e o tema na década de 60. Do primeiro caso são exemplos flagrantes o *mise-en-scène* requintadamente sombrio e a tão melíflua como malévolamente dramática da personagem (um Drácula portentoso, criado por **Gary Oldman**); para o segundo, lá está a delirante presença do cenário *kitch* da Hammer nomeadamente na alucinante cavalgada à beira do abismo a caminho do castelo do conde, onde o papelão e a tela pintada quase saltam à vista), «casando» harmoniosamente com sofisticados efeitos especiais de impressionante «realismo» (por exemplo, Coppola vai ao pormenor de, pela primeira vez em cinema, nos mostrar os dentes dos vampiros a crescer, no momento da mutação!). Mas Coppola faz mais: seguindo escrupulosamente o fio narrativo da história original (aliás, homenageia o seu criador literário no próprio título - **Drácula, de Bram Stoker**), dá-lhe uma nova (e mais humana) dimensão ao apresentar-nos o Conde Drácula como vítima do infortúnio (o suicídio da mulher que amava acima de todas as coisas) e amaldiçoado a sofrer eternamente a consciência dessa perda irreparável. Referência, ainda, para o elenco de primeira água: **Anthony Hopkins, Winona Ryder, Keanu Reeves, Richard E. Grant, Cary Elwes** e o já referido **Gary Oldman**. Quanto ao filme, é simplesmente fabuloso.

### Quem Tramou Roger Rabbit?

(Sexta-feira, 22.06.01, SIC)

Justo vencedor de três óscares - entre eles o de efeitos especiais - **Quem Tramou Roger Rabbit?** foi mais uma pedrada no charco dada por Steven Spielberg em 1988 no cinema do lado de lá do Atlântico, aqui como produtor de mais um original sucesso: as aventuras de um coelho de desenho animado, num mundo também de desenhos animados mas onde o «mundo real» e as pessoas de carne e osso igualmente vivem e interagem. Conseguindo um acordo de cooperação com a produtora Walt

Disney - o que lhe permitiu utilizar uma multidão de «heróis» do desenho animado criados e celebrizados pelos estúdios Disney - Spielberg entregou ao competente **Robert Zemeckis** a realização desta brilhante maluqueira, onde um juiz da «vida real» (grande criação de **Christopher Lloyd**) quer destruir a cidade dos desenhos animados (ou seja, os estúdios onde se realizam os filmes de animação) para especulação imobiliária, ao que se opõe um coelho treloucado (**Roger Rabbit**, desenho animado que é uma assumida citação do famoso Pernalonga) e um detective em grande depressão (**Bob Hoskins**, fabuloso), com uma história de crime, paixão e mistério que é uma extravagante e apurada homenagem ao policial negro norte-americano, tudo usando técnicas de efeitos especiais revolucionárias na época que conseguiram dar absoluta credibilidade visual à delirante salganhada entre seres humanos e desenhos animados.

Uma nota ainda: este filme teve o mérito adicional de relançar a indústria de animação, como se verificou na abundância, variedade e sucesso de fitas de desenho animado produzidas na decorrência.

### Aqui na Terra

(Sábado, 23.06.01, RTP-1)

Escrito e realizado por **João Botelho** em 1993, **Aqui na Terra** tem interpretações de **Luís Miguel Sintra, Jessica Weiss, Pedro Hestnes, Rita Dias, Isabel de Castro, Henrique Viana, Inês de Medeiros** e **Laura Soveral**.



«Drácula», um filme simplesmente fabuloso

### Mentes que Brilham

(Domingo, 24.06.01, RTP-1)

**Mentes que Brilham** é o filme onde **Jodie Foster** se estreou como realizadora com resultados tão brilhantes como a personagem de quem ficciona a história: um menino intelectualmente sobredotado, filho de uma empregada de mesa e mãe solteira, que o sistema de «caçadores de génios» à americana procura desenvolver e «rentabilizar». Foster explana com sensibilidade e inteligência as perigosas implicações para o crescimento harmonioso da criança que a sobre-exploração dos seus talentos pode implicar. Destaque para as interpretações do jovem **Adam Hann-Byrd** (de facto, um «génio» a representar) e da própria **Jodie Foster**, no papel da atarantada mas intuitiva mãe do pequeno prodígio.

### Adeus Minha Concubina

(Domingo, 24.06.01, RTP-2)

Visualmente esplendoroso, **Adeus Minha Concubina**, do chinês (de Taiwan) **Chen Kaije**, é ao mesmo tempo um fresco sobre a história da China no século XX tendo a Ópera de Pequim como cenário principal, onde se desenvolve a relação entre dois homens desde a meninice ao estrelato na Ópera, passando pelas muitas vicissitudes que a conturbada história do país vai determinando. Um grande filme.

Quinta, 21

#### ▶ RTP 1

07.30 Infantil/Juvenil  
09.30 Praça da Alegria  
12.25 Regiões  
13.00 Jornal da Tarde  
14.00 Emoções Fortes  
15.30 Vidas Cruzadas  
16.30 Privilégio de Amar  
17.55 Quebra-Cabeças  
18.30 Meu Pé de Laranja-Lima  
20.00 Telejornal  
21.05 Benny Hill  
21.30 Bastidores  
22.30 Elsa  
23.00 Grande Informação  
24.00 «O Marido da Outra» (Longa Metragem)  
01.30 24 Horas  
02.05 «O Conde Orloff» (de Peter Knight, Fr-Esp, com Howard Vernon, Brigitte Carva, Fernando Sancho. Terror)

#### ▶ RTP 2

07.00 Hora Viva  
09.45 Espaço Infantil-Juvenil  
12.10 Euronews  
12.30 Terra Nossa  
13.00 Loja do Cidadão  
14.00 Uma Mulher de Branco  
15.00 Por Outro Lado  
16.30 Informação Gestual  
17.00 Infantil  
18.30 Informação Religiosa  
19.00 Andamentos  
19.30 Escândalo  
20.10 Viver no Campo  
20.40 2010  
21.50 RTP Economia  
22.00 Acontece  
22.30 Jornal 2  
23.00 Artigo 37  
00.30 «A Casa dos Espíritos» (de Bille August/Din-Esp-Port/EUA/1993, com Jeremy Irons, Meryl Streep, Glenn Close, Winona Ryder. Ver Destaque)

#### ▶ SIC

08.00 Buérré  
10.00 SIC 10 Horas  
13.00 Primeiro Jornal  
14.10 A Próxima Vítima  
15.30 A Viagem  
16.20 New Wave  
17.00 Estrela Guia  
18.00 Um Anjo Caído do Céu  
19.30 Ganância  
20.00 Jornal da Noite  
21.00 A Minha Família é uma Animação  
22.00 O Bar da TV  
22.30 Porto dos Milagres  
23.30 O Bar da TV  
24.00 Noites Marcianas  
02.00 Portugal Radical

#### ▶ TVI

08.30 Tiro e Queda  
09.30 Animação  
12.15 Mulheres de A a Zé  
13.00 TVI Jornal  
14.00 Big Estrelas  
15.00 Chiquititas  
16.00 Batatoon  
18.30 Big Estrelas  
19.15 Mulheres de A a Zé  
20.00 Jornal Nacional  
21.00 Olhos de Água  
22.00 Crianças S.O.S.  
23.00 Big Estrelas  
24.00 A Bola É Nossa  
01.30 Última Edição  
02.20 Lin's  
02.50 Profiler

Sexta, 22

#### ▶ RTP 1

07.00 Infantil/Juvenil  
09.30 Praça da Alegria  
12.25 Regiões  
13.00 Jornal da Tarde  
13.55 Emoções Fortes  
15.30 Vidas Cruzadas  
16.30 Privilégio de Amar  
17.30 Quebra Cabeças  
18.30 Meu Pé de Laranja-Lima  
19.40 Regiões  
20.00 Telejornal  
21.05 Benny Hill  
21.30 Bastidores  
23.25 Turnos de Risco  
00.05 Histórias da Noite  
00.35 Top Filme  
01.10 24 Horas  
01.40 «Os Profissionais do Crime» (de Sheldon Reynolds, EUA/1967, com Patrick O'Neal, Joan Hackett, Herbert Lom. «Thriller»)

#### ▶ RTP 2

07.00 Hora Viva  
09.45 Espaço Infantil-Juvenil  
12.10 Euronews  
12.30 Programa não designado  
13.00 Livres e Ignais  
14.00 Uma Mulher de Branco  
15.00 Conversa Privada  
16.00 Euronews  
17.40 Espaço Infantil  
18.30 Informação Religiosa  
19.00 Pontos de Fuga  
19.30 Escândalos  
20.20 Viver no Campo  
21.00 Personagens  
22.00 Acontece  
22.30 Jornal 2



«Meu Pé de Laranja Lima» encantou meninos doutras gerações. Volta agora em nova versão para televisão

23.10 Dharma e Greg  
24.00 Um Café no Majestic  
01.00 Jazz a Preto e Branco  
02.00 «Comment Ça Va» (de Jean-Luc Godard e Anne-Marie Miéville, Fr/1976, com Michel Marot e Anne-Marie Miéville. Drama)

#### ▶ SIC

08.00 Buérré  
10.00 SIC 10 Horas  
13.00 Primeiro Jornal  
14.00 «Lady Hawke» Longa Metragem  
16.20 New Wave  
17.00 Estrela Guia  
18.00 Um Anjo Caído do Céu  
19.30 Ganância  
20.00 Jornal da Noite  
21.15 Malucos do Riso  
22.00 Porto dos Milagres  
23.20 O Bar da TV  
24.00 Noites Marcianas  
02.00 Cinemania  
02.40 «Quem Tramou Roger Rabbit?» (de Robert Zemeckis, EUA/1988, com Bob Hoskins, Christopher Lloyd, Joanna Cassidy. Ver Destaque)  
04.30 Portugal Radical

#### ▶ TVI

08.30 Tiro e Queda  
09.00 Animação  
12.15 Mulheres de A a Zé  
13.00 TVI Jornal  
14.00 Big Estrelas  
15.00 Chiquititas  
16.00 Batatoon  
18.30 Big Estrelas



Luísa Castel-Branco, conversas para a toda a semana...

19.15 Mulheres de A a Zé  
20.00 Jornal Nacional  
21.00 Olhos de Água  
22.00 Big Estrelas  
24.00 Última Edição  
00.50 «Drácula de Bram Stoker» (de Francis Ford Coppola, EUA/1992, com Gary Oldman, Winona Ryder, Anthony Hopkins. Ver Destaque)  
02.50 Lin's  
03.20 Profiler

Sábado, 23

#### ▶ RTP 1

07.00 Infantil/Juvenil  
13.00 Jornal da Tarde  
14.00 Top +  
15.15 Baudas Fabulosas  
15.15 Scarlett  
17.10 «Aventuras de Verão» (de Matias Alvarez, EUA/1996, com Vanessa Shaw, Adam Beach. Aventuras)  
19.00 Alves dos Reis  
20.00 Telejornal  
21.05 Estação da Minha Vida  
22.00 Sábado à Noite  
23.35 Lei Marcial  
00.25 24 Horas  
00.50 Máquinas  
01.20 «Ordem: Sobreviver» (de Robert Palumbo, EUA/1995, com Claire Beckman, Mark Deakins. Drama)

#### ▶ RTP 2

07.00 Euronews  
09.00 Universidade Aberta  
12.00 Iniciativa  
14.00 Parlamento  
15.00 Desporto 2  
19.00 «Aqui na Terra» (de António Macedo, Port-Fr/1993, com Eugénia Bettencourt, Isabel de Castro, Jean-Pierre Cassel, Carlos Daniel. Ver Destaque)  
21.00 Horizontes da Memória  
21.30 Bombordo  
22.00 Jornal África  
22.30 Jornal 2  
23.00 O Lugar da História  
24.00 Britcom  
01.40 «Zu: Guerreiros da Montanha Mágica» (de Tsui

Hark, EUA/1983, com Biao Yuen, Hoi Man, Adam Cheng. Ver Destaque)  
03.30 Loja do Cidadão

#### ▶ SIC

07.00 Zip Zap  
11.15 Dá-lhe Gás  
12.00 O Nosso Mundo  
13.00 Primeiro Jornal  
14.30 «Dr. Jekyll e Mr. Hide» (de David Price, EUA/1995, com Sean Young, Tim Daly, Lysette Anthony. Comédia)  
16.40 «Os Anjos do Mal» (de Gregory Hoblit, EUA/1998, com Denzel Washington, John Goodman, Donald Sutherland. «Thriller»)  
19.20 Mundo Vip  
20.00 Jornal da Noite  
21.20 Malucos do Riso  
22.20 Herman Sic  
00.30 «Os Despojos do Dia» (de Anthony Hopkins, Emma Thompson, James Fox. Drama)  
03.30 Portugal Radical

#### ▶ TVI

08.00 Animação  
10.45 Top Rock  
12.00 Mulheres de A a Zé  
13.00 TVI Jornal  
13.45 Contra-Ataque  
14.45 4ª a Fundo  
15.00 Big Estrelas  
16.00 Caras Lindas  
17.00 «Um Sedutor em Apuros» (de Roger Donaldson, EUA/1990, com Robin Williams, Tim Robbins, Pamela Reed. Comédia)  
19.00 Big Estrelas  
20.00 Jornal Nacional  
21.00 Big Estrelas  
21.45 Super Pai  
22.45 Mulheres de A a Zé  
00.30 112  
01.15 Lux  
01.50 «No Limiar da Inocência» (de Peter Werner, EUA/1990, com Kellie Martin, James Marsden. Drama)

Domingo, 24

## ▼ RTP1

07.00 Infantil/Juvenil  
12.00 Jornal da Tarde  
12.50 Automobilismo  
14.55 Made in Portugal  
16.15 Milionários à Força  
17.10 «Piratas dos Mares do Sul» (de Chris Bailey, Canadá/1990, com Andy Anderson, Roy Billing, Aventura)  
19.00 Alves dos Reis  
20.00 Telejornal  
21.10 Estação da Minha Vida  
22.05 Jag - Em Nome da Justiça  
23.00 O Rosto da Notícia  
00.10 «Mentes que Brilham» (de Jodie Foster, EUA/1991, com Jodie Foster, Dianne Wiest, Ver Destaque)  
00.45 Domingo Desportivo  
02.00 24 Horas  
02.20 «Massacre no Texas» (de Tobe Hooper, EUA/1974, com Marilyn Burns, Allen Danziger, Paul A. Partain, Terror)

## ▼ RTP2

07.00 Euronews  
09.00 Programa Religioso  
10.30 Missa  
11.15 Horizontes da Memória  
11.45 A Última Oportunidade  
12.30 Palácio de Cristal  
13.30 Quem Sai Aos Seus  
14.00 Aristides Sousa Mendes (Documentário)  
15.00 Desporto 2  
18.30 Guerra das Moscas (Documentário)  
19.30 Balzac  
20.30 Onda Curta  
21.00 Simpsons  
21.45 Artes e Letras  
22.30 Jornal 2  
23.00 Travessa do Cotovelo  
00.15 «Adens, Minha Concubina» (de Chen Kaige, China-H.Kong-Taiw/1993, com Leslie Cheung, Zhang Fengyi, Ver Destaque)

## ▼ SIC

07.00 Zip Zap  
12.00 BBC Vida Selvagem  
13.00 Primeiro Jornal  
14.30 Popstars  
15.30 «Agente Jovem, Ordem para Matar» (Comédia)  
20.00 Jornal da Noite  
21.00 Malucos do Riso  
22.00 O Bar da TV  
24.00 «Força de Vingança» (de Sam Firstenberg, EUA/1986, com Michael Dudikoff, Steve James, Aventura)  
02.10 Portugal Radical

## ▼ TVI

08.30 Animação  
10.00 Cerimónias Religiosas  
13.00 TVI Jornal  
14.00 Dawson's Creek



«Snoops», de David E. Kelley, que antes inventara bem melhor...

15.00 «Waking Across Egypt» (de Arthur Allan Seidelman, EUA/2000, com Ellen Burstyn, Jonathan Taylor Thomas, Comédia)  
17.00 «Detectives de 4 Patas» (de Simon Vincer, EUA/1998, com Ricki Lake, Linden Ashby, Comédia)  
19.00 Big Estrelas  
20.00 Jornal Nacional  
21.00 Super Pai  
22.00 Olhos de Água  
23.00 Big Estrelas  
24.00 «Arma Mortífera IV» (de Ricahr Donner, EUA/1999, com Mel Gibson, Danny Glover, Joe Pesci, Rene Russo, Comédia)



«Balzac», uma série que a RTP transmitirá semanalmente, com Gérard Depardieu e uma lista enorme de grandes actrizes

Segunda, 25

## ▼ RTP1

07.30 Infantil/Juvenil  
09.30 Praça da Alegria  
12.25 Regiões  
13.00 Jornal da Tarde  
13.55 Emoções Fortes  
15.30 Vidas Cruzadas  
16.30 Privilégio de Amar  
17.55 Quebra Cabeças  
18.30 Meu Pé de Laranja-Lima  
19.40 Regiões  
20.00 Telejornal  
21.05 Bastidores  
21.55 Sorte Grande  
23.00 Luís de Matos ao Vivo  
24.00 24 Horas  
00.30 «Boa Noite, Viena» (de Rudolf van den Berg, Hol/1997, com Alan Cummings, Juliet Aubrey, Drama)

## ▼ RTP2

07.00 Hora Viva  
09.45 Espaço Infantil-Juvenil  
12.10 Euronews  
12.30 Pontos de Fuga  
13.00 2010  
14.00 Uma Mulher de Branco  
15.00 Parlamento  
17.00 Informação Gestual  
18.00 Espaço Infantil  
18.30 Informação Religiosa  
19.00 Rotações  
19.30 Escândalos  
20.25 Viver no Campo  
20.40 Por Outro Lado  
22.00 Acontece  
22.30 Jornal 2  
23.00 Snops  
24.00 Artes de Palco - Teatro - «O Estado da Nação»  
01.00 Andamentos

## ▼ SIC

08.00 Buêrére  
10.00 SIC 10 Horas  
13.00 Primeiro Jornal  
14.10 A Próxima Vítima  
15.30 A Viagem  
16.20 New Wave  
17.00 Estrela Guia  
18.00 Um Anjo Caído do Céu  
19.30 Ganância  
20.00 Jornal da Noite  
21.15 Porto dos Milagres  
23.00 O Bar da TV  
24.00 Noites Marcianas  
02.00 Portugal Radical

## ▼ TVI

08.30 Tiro e Queda  
09.00 Animação  
12.15 Mulheres de A a Zé  
13.00 TVI Jornal  
14.00 Big Estrelas  
16.15 Mulheres de A a Zé  
18.30 Big Estrelas  
19.15 Mulheres de A a Zé  
20.00 Jornal Nacional  
21.00 Crianças S.O.S.  
22.00 Olhos de Água  
23.00 Big Estrelas  
02.00 Última Edição  
02.50 Desafio Total  
03.50 Strange World

Quarta, 27

## ▼ RTP1

07.00 Infantil/Juvenil  
09.30 Praça da Alegria  
12.25 Regiões  
13.00 Jornal da Tarde  
14.00 Emoções Fortes  
15.30 Vidas Cruzadas  
16.30 Privilégio de Amar  
17.55 Quebra Cabeças  
18.30 Meu Pé de Laranja-Lima  
19.40 Regiões  
20.00 Telejornal  
21.05 Bastidores  
22.30 «A Lista de Schindler» (de Steven Spielberg, EUA/1993, com Liam Neeson, Ben Kingsley, Ralph Fiennes, Drama)  
02.00 Maiores de 20  
02.30 24 Horas

## ▼ RTP2

07.00 Hora Viva  
09.45 Espaço Infantil-Juvenil  
12.10 Euronews  
12.30 Andamentos  
13.00 O Triunfo dos Porcos  
14.00 Uma Mulher de Branco  
15.00 Travessa do Cotovelo  
16.30 Informação Gestual  
17.30 Espaço Infantil  
18.30 Informação Religiosa  
19.00 Onda Curta  
19.30 Escândalos  
20.20 Viver no Campo  
20.40 Livres e Iguais  
22.00 Acontece  
22.30 Jornal 2  
23.00 Fenómeno  
24.00 Sinais do Tempo  
01.00 Departamento de Homicídios  
02.00 Van Dyck a Nu

## ▼ SIC

08.00 Buêrére  
10.00 SIC 10 Horas  
13.00 Primeiro Jornal  
14.10 A Próxima Vítima  
15.30 A Viagem  
16.20 New Wave  
17.00 Estrela Guia  
18.00 Um Anjo Caído do Céu  
19.30 Ganância  
20.00 Jornal da Noite  
21.00 Malucos do Riso  
21.30 Porto dos Milagres  
22.30 O Bar da TV  
24.00 Noites Marcianas  
02.00 Portugal Radical

## ▼ TVI

08.30 Tiro e Queda  
09.00 Animação  
12.15 Mulheres de A a Zé  
13.00 TVI Jornal  
14.00 Big Estrelas  
15.15 Chiquititas



15.30 Batatoon  
18.00 Olho Vídeo  
18.30 Big Estrelas  
19.15 Mulheres de A a Zé  
20.00 Jornal Nacional  
21.30 Super Pai  
22.00 Olhos de Água  
22.30 Tic Tac Milionário  
24.00 «Inferno entre Irmãs» (de Charles Correll, EUA, com Rena Sofer, Bridgette Wilson, Drama)  
01.00 Última Edição  
01.50 Line's  
02.20 Perfil

## Nota:

A Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizada pelos operadores de televisão após o fecho desta edição

TVisto

• Correia da Fonseca

## Ficção quase sinistra

Mouhamed Seck veio do Senegal. Antosiev Vitali veio da Moldávia. Pascoal Afonso Bolonha veio de S. Tomé. Todos eles, e é claro que muitos mais, vieram para o nosso país como imigrantes. Clandestinos, supponho. Agora nem tanto, mas não com a situação definitivamente legalizada, pois isso é tarefa mais difícil e de facto inacessível à grande maioria dos imigrantes que andam por aí, de Norte a Sul, talvez a renovar Portugal, talvez também e sobretudo a permitir boas margens de lucro aos seus empregadores. Por isso, «Livres e Iguais» (RTP 2) juntou-os no estúdio ao Director do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras e ao Alto Comissário para a Imigração e Minorias Étnicas. Suspeito de que a designação deste segundo alto funcionário do Estado é ainda mais extensa mas, na dúvida, fica assim mesmo, que já não fica mal. Do lado dos imigrantes, quem falou mais foi Mouhamed Seck. Não porque os outros dois imigrantes não falem a nossa língua; até acontece que Antosiev, apesar de estar entre nós há poucos anos, pareceu-me desembaraçar-se melhor a falar português que muitos apresentadores de televisão.

trágica. Os imigrantes vêm para Portugal e encontram trabalho com relativa facilidade porque o país precisa de mão-de-obra e, mais que isso, aos patrões portugueses convém aquela mão-de-obra que não pode discutir direitos, que está coagida pela sua circunstância a aceitar tudo, até a correr o risco de trabalhar sem que depois lhe paguem, pois é sabido que são muitos os patrões portugueses que não se embaraçam com escrúpulos nem com direitos de quem não pode defender-se. Contudo, a lei faz depender do patronato, do honesto e correcto mas também do que é de facto um ladrão enxertado em racista, o arranque do processo burocrático que poderá levar a que o imigrante obtenha não uma autorização de residência, o que ao legislador terá parecido de mais, mas uma autorização de permanência por cinco anos, após o que depois se verá. Não é difícil adivinhar que boa parte dos patrões, se não a maioria, furta-se a entrar na máquina da legalização: não só porque não quer maçã-se mas também porque tem medo: sabe que tem muitos telhados de vidro, que não paga o que deve e quando deve, que não entrega contribuições patronais (era o que faltava!), por aí fora. Em suma: o trabalhador imigrante está nas mãos de quem não quer resolver-lhe a situação. Até porque ilegal é que ele lhe é mais fácil e mais barato.

Perante isto, os dois altos funcionários do Estado, com relevo para o Alto Comissário, desdobraram um bonito arrendado de ficções, excelentes intenções e projectos para um dia que há-de vir, tudo muito catita se para os ouvidos do imigrante não soasse como um sinistro conto não talvez de fadas mas antes de bruxas. O senhor Alto Comissário foi aliás óptimo: falou das preocupações humanitárias do Governo; da legislação que «já permite» (mas não garante, e isso é que conta); de um (um!) posto de atendimento que já funciona nas Portas de Benfica; de coisas assim, tão lindas que seriam enternecedoras se não tivessem um tão acentuado travo de engano. O caso é que a luz da realidade concreta é excessiva para os olhos do poder; que, como disse Mouhamed, «as pessoas não querem dizer a verdade», isto é, o que de facto acontece em contraste com ficções sem aplicação significativa no plano das coisas concretas. E, numa dimensão mais ampla, que na UE o que se quer é que «os imigrantes trabalhem sem direitos e depois se vão embora».

Como nota última naquele quadro de ficção global, registre-se que no final do programa, de cujas excelentes intenções e mesmo utilidade não duvido, foram indicados diversos números de telefones úteis. O da Associação a que Mouhamed pertence, para o qual eu depois tentei ligar, «não está atribuído», segundo me disse a PT. Azar o meu: embora decerto por lapso, também ele era de ficção!

Porém, acontece que Mouhamed faz parte de uma associação que se preocupa com a defesa dos imigrantes e, decerto por isso mesmo, fez prova de possuir um conhecimento de situações, uma bagagem argumentativa e um desembaraço que os seus companheiros não teriam. Talvez até, quem sabe?, que não seria prudente exibir caso os tivessem. Pelo que foi o senegalês que desempenhou, e muito bem, a função de ponta de lança, com perdão da expressão pilhada ao futebolês, na exposição das muitas e graves razões que assistem aos imigrantes. Mesmo ou talvez sobretudo depois da entrada em vigor da lei que supostamente veio regular a situação dos imigrantes ilegais.

## O Comissário e o faz de conta

A situação é simples, sem prejuízo de ser dramática e muitas vezes

## A talhe de foice

• Anabela Fino

### Incómodos

Recentemente, num noticiário de televisão, tivemos oportunidade de ouvir o primeiro-ministro israelita, Ariel Sharon, afirmar que o presidente da Autoridade Nacional Palestiniana, Yasser Arafat, era um assassino. Ao contrário do que muitas vezes sucede, a acusação não mereceu comentários.

Dir-se-ia que já ninguém se lembra - ou será que querem fazer-nos esquecer? - que o homem de prolecta idade que hoje detém o poder em Telavive se tornou conhecido em todo o mundo há 19 anos como o «carniceiro de Beirute». Foi em Junho de 1982, quando Israel invadiu o Líbano. Na operação, cinicamente baptizada com o nome de código «Paz na Galileia», foram utilizados meios aéreos, terrestres e navais, que rapidamente devastaram e pilharam as mais importantes cidades do país. Beirute foi praticamente destruída; milhares de civis foram mortos; escolas, hospitais, casas, fábricas, museus ficaram reduzidos a escombros. Milhares de palestinianos e libaneses foram presos em condições desumanas.

Mas o pior sucedeu mais tarde, depois do homem escolhido por Israel para assumir a presidência do Líbano - Bashir Gemayel -, ter sucumbido a 14 de Setembro num atentado nunca reivindicado. No dia seguinte, Beirute foi totalmente ocupada por militares israelitas. No dia 16 de Setembro de 1982, as chamadas Forças Libanesas, incitadas por Israel, entraram nos acampamentos palestinianos de Sabra e Chatila e assassinaram milhares de homens, mulheres e crianças. A matança dos civis desarmados só terminou no dia 18. Até hoje não se sabe ao certo quantos morreram, quantos desapareceram, quantos ficaram estropiados para sempre.

Ariel Sharon, então ministro da Defesa, foi considerado «pessoalmente responsável» do massacre por uma comissão parlamentar israelita e forçado a demitir-se. Ninguém foi julgado, até hoje, pela carnificina de Sabra e Chatila.

Nada disto é novidade.

O que é novo, é a queixa apresentada segunda-feira em Bruxelas contra Ariel Sharon, acusado de genocídio e de crimes contra a humanidade pelos massacres de Sabra e Chatila.

O que é novo, é que uma reportagem da BBC sobre os trágicos acontecimentos, intitulada «O acusado», tenha provocado, também na segunda-feira, uma queixa israelita.

O que é novo, é que o governo belga, até há pouco tão orgulhoso da sua lei de 1993 que lhe permite julgar crimes contra a humanidade, e à luz da qual foram condenados por genocídio, no passado dia 8, quatro ruandeses, se manifeste agora incomodado e alarmado com a nova queixa.

É preciso evitar os «efeitos perversos» da lei, disse Louis Michel, ministro belga dos Negócios Estrangeiros, argumentando com os perigos que este recurso à justiça pode levantar ao «processo de paz» no Médio Oriente.

Não é preciso ser adivinho para perceber que as campanhas de alarme já soaram em Bruxelas. Em 1 de Julho, a Bélgica assume a presidência da União Europeia, e a última coisa que poderá desejar é um problema desta dimensão a estragar-lhe a festa. Sharon não é ruandês, nem Israel é a Jugoslávia. Fazem parte da família, por mais incómodos que sejam. Os direitos humanos, estamos em crer, vão ter que esperar.

CDU aposta em Álvaro Saraiva para recuperar a Câmara do Montijo, perdida há quatro anos

## Alcançar um bom resultado

Membro da Comissão Executiva Nacional do Partido Ecologista «Os Verdes», Álvaro Saraiva foi ontem apresentado, juntamente com Alice Carregosa, candidata à Assembleia Municipal, perante o secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas.

Embora a iniciativa de apresentação das candidaturas aos órgãos municipais do Montijo se ter realizado após a hora do fecho desta edição, o «Avante!» conseguiu confirmar as presenças, além do secretário-geral do PCP, de vários outros dirigentes

do Partido como José Caetano e José Capucho, do Comité Central e da DORS e Jorge Pires, da Comissão Política, para além de André Martins, em representação do PEV. A apresentação da iniciativa esteve a cargo do antigo presidente da autarquia, Acácio Soares.

Tendo adiantado o essencial da sua intervenção ao «Avante!», o dirigente do PEV e candidato à presidência da Câmara confia na obtenção de um bom resultado, que «represente, efectivamente, o

peso real que temos no concelho do Montijo», sendo, para isso, necessário «vencer a batalha da informação», levando a todos os montijenses as nossas propostas, o trabalho que deixámos preparado para o actual executivo desenvolver e que o

PS e a actual presidente ilegítimamente se apropriaram como sendo seu, e evidenciar as debilidades e falta de visão estratégica para o concelho».

Como exemplos, o candidato lembrou que o Pavilhão Desportivo do Esteval foi projectado e financiado no mandato CDU, tal como a Galeria Municipal, a intervenção na Praça da República, o Programa de Realojamento e outras obras. Do que o PS prometeu, tal como a ETAR do Seixalinho, assegura Álvaro Saraiva, «continuamos à espera».



Álvaro Saraiva

### Cascais do século XXI?

A actual presidente, eleita pelo PS, Amélia Antunes, prometeu transformar o concelho na Cascais do século XXI. Porém, o candidato entende que «volvidos quatro anos, o que vimos é a proliferação, sem critério, do betão», destacando o que considera ser um «urbanismo de características terceiro-mundistas, com um grande défice de infra-estruturas primárias, designadamente ao nível do abastecimento de água e de saneamento, sendo que, para o significativo aumento de fogos operado nos últimos cinco

anos, se mantêm as mesmas estruturas.

Outra das críticas da CDU ao actual executivo prende-se com a arrogância deste. Como exemplos, cita a «situação inédita da instauração de um processo disciplinar a um delegado sindical» ou o afastamento de técnicos «apenas porque não partilhavam os mesmos conceitos ideológicos» da maioria PS. O candidato lembrou ainda a indiferença com que o executivo tratou os trabalhadores da «Valério», lançados no desemprego, que procuravam na autarquia o seu porto de abrigo. E mais. Não raramente se ouve os trabalhadores da autarquia serem apelidados, pelos dirigentes da autarquia, de «sabotadores, arruaceiros, traidores», lembrou Álvaro Saraiva.

A CDU, assegura, é diferente, «trabalha-se para as populações e com as populações», pela realização dos «grandes projectos que Montijo necessita para assegurar a qualidade de vida que todos têm direito», com a garantia de que, «como sempre, a CDU não renegará o seu passado, a sua obra, as suas responsabilidades».

## Polícias manifestam-se

A Associação Sócio-Profissional da Polícia (ASPP) vai promover, na próxima terça-feira, um Encontro Nacional de Polícias, a que se seguirá uma manifestação até à Assembleia da República.

Com estas iniciativas, os profissionais da PSP pretendem demonstrar o seu descontentamento relativamente aos adiamentos sucessivos na aprovação da Lei Eleitoral para a PSP e à «súbita travagem» de várias das suas reivindicações de âmbito profissional.

Para além de um Sindicato para os polícias na PSP - como já possuem todos os polícias da União Europeia -, a ASPP reivindica nomeadamente a publicação do Código Deontológico, o pagamento dos suplementos de turno e piquete, o direito ao pagamento de horas extra, a reclassificação dos polícias licenciados e um



novo Regulamento Disciplinar da PSP.

Entretanto, a necessidade de um Sindicato destaca-se

como um direito essencial que, apesar da luta desenvolvida ao longo de anos, ainda não foi concretizado,

sendo que a sua existência é, na opinião da ASPP, do interesse não só dos profissionais da PSP mas de toda a população. Com um Sindicato, será possível aos polícias defender melhores esquadras e mais e melhores meios técnicos de combate à criminalidade, melhor formação profissional, melhor coordenação de trabalho com as outras forças de segurança - GNR e PJ -, remunerações justas, que correspondam aos riscos de todos os dias.

Num folheto de esclarecimento à população, a propósito do seu direito ao sindicalismo, a ASPP diz mesmo que o Sindicato é, afinal, «a forma mais elevada de manifestação de consciência profissional» e que «ao sentirem-se plenos cidadãos e revendo-se na consciência social do país», os polícias «alcançarão a justa valoração e o justo equilíbrio da ordem pública».

### Serviços Consulares

## Recuo no MNE

O Sindicato dos Trabalhadores Consulares e das Missões Diplomáticas desconvocou, na terça-feira, as greves previstas para o período de 20 a 29 de Junho em todas as regiões do globo, que haviam sido marcadas devido ao descontentamento dos trabalhadores relativamente à «demora e forma desastrosa» como tem estado a ser implementado o seu Estatuto Profissional.

A desconvoação do actual processo de luta - que previa greves de um dia e a recusa total às horas extraordinárias e à prestação de serviço em dias de descanso semanal e feriados - surge na sequência de uma reunião com o MNE, onde este assumiu compromissos que levam o STCDE a conceder ao Governo o benefício da dúvida.

As demoras para a tomada de posse como funcionários, a falta de regulamentação para concursos e a incerteza sobre a manutenção de direitos adquiridos, contrariando as intenções já manifestadas pelo Governo de uma efectiva modernização administrativa na área consular têm levado à carência de pessoal e contratações precárias sem critérios, à incerteza sobre a

manutenção de direitos adquiridos - nomeadamente o valor dos salários actuais - e conduzido, desta forma, «ao limiar da rotura» de alguns serviços.

